

TOQUES ANARQUISTAS

contribuição para uma visão de mundo alternativa

Robson Achiamé, editor

Caixa Postal 50083

Rio de Janeiro/RJ – 20050-970

Telefax (0xx21) 2208-2979

letralivre@gbl.com.br

www.achiamé.net

Antônio José Botelho

TOQUES ANARQUISTAS

contribuição para uma visão de mundo alternativa

TOQUES ANARQUISTAS

Copyright © 2007 – Antônio José Botelho, 1997
Permite-se a livre reprografia para fins educacionais,
científicos e culturais

Áreas de interesse:

Anarquismo
Capitalismo
Ciências Políticas
Economia Política
Socialismo

Revisão Crítica:

Luigi Battaglia

Revisão Ortográfica:

Darcy Macena Corrêa Marques da Silveira

Editoração Eletrônica:

Antônio José Botelho

A 1ª edição de 300 exemplares deste Livro se tornou possível graças a parceria cultural do Autor com a Associação dos Escritores do Amazonas - ASSEAM, a qual foi impressa nas oficinas gráficas da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas

achiamé

Rio de Janeiro

Dedico este Livro ao amazonense Plínio Augusto Coelho,
que me apresentou ao anarquismo e que muito tem contribuído
para a sua divulgação com a tradução e publicação
de diversos clássicos

“ISTO É – Como o Sr. consegue ser anarquista nos dias de hoje?
Freire – Por atitudes simples. Por exemplo, se eu quero ser um anarquista dentro da sociedade capitalista, eu preciso ser uma pessoa que consuma o menos possível e gaste o menos possível porque vou ter pouco dinheiro. Você tem que romper com as ambições capitalistas e burguesas de consumo” (Parte da entrevista concedida por Roberto Freire, criador da SOMA, uma terapia libertária e anticapitalista, à Revista ISTO É, publicada na de n.º 1367, de 13/12/95)

LISTA DOS TOQUES

CONVITE AO LEITOR / ??
CONVITE AO LEITOR II / ??
SOBRE O CONTEÚDO DA OBRA / ??
SOBRE O CONTEÚDO DA OBRA II / ??
TOQUE INICIAL À PRIMEIRA EDIÇÃO / ??
TOQUE INICIAL À SEGUNDA EDIÇÃO / ??
TOQUES FUNDAMENTAIS
nem a democracia burguesa, nem a ditadura do proletariado / ??
solidariedade econômica / ??
como evadir? / ??
alternativas de organizações sociais / ??
leitura crítica da modernidade / ??
em nome desse tal de deus / ??
participação política do homem produtor / ??
o que seria projeto humanidade? / ??
ideologia do lucro / ??
louvor a comte, descrédito a bakunin / ??

TOQUES CRÍTICOS

a faceta mercenária da tecnologia / ??
política industrial: neocolonialismo x projeto de sociedade / ??
intenção do estado moderno / ???
a sabedoria do povo russo / ???
a moral do homem / ???
imoralidade administrativa / ???
a essência do orçamento público / ???
a doença da falta de consciência / ???

TOQUES ADICIONAIS

tecnologia intermediária: opção para um país subdesenvolvido / ???
pequena comparação das grandes linhas do desenvolvimento do estado burguês em rousseau e do estado operário em Lênin: reflexões frente à alternativa anarquista / ???
sociedade e mercado / ???
TOQUE FINAL À PRIMEIRA EDIÇÃO / ???
TOQUE FINAL À SEGUNDA EDIÇÃO / ???
TOQUES BIBLIOGRÁFICOS / ???

CONVITE AO LEITOR

Antônio José Botelho, homem ímpar por sua inteligência e obstinação em fazer política do ponto de vista da ação e de sua análise histórica, neste seu segundo livro, analisa, de forma interessante e com muita profundidade, várias obras importantes no cenário da história do anarquismo, nos colocando, como possibilidade, na medida em que vislumbra um futuro onde o homem poderá se relacionar econômica, política e socialmente de forma presente, autônoma, por não haver monopólios ou grandes centros subjugando pequenos na ciência, na tecnologia, ou nas ações políticas nacionais e internacionais.

Princípios como a cooperação poderão despontar estabelecendo laços entre diferentes regiões ou até mesmo continentes, visualizando uma proposta de universalidade, pois, neste momento, vemos que a ciência, a tecnologia e o conhecimento não são tão esclarecedores da consciência como se crê. São elucidativos, mas não promovem o crescimento de todos.

A reflexão que o Autor nos convida a fazer e da qual não podemos nos eximir se quisermos, hoje, pensar nas relações socioeconômico-políticas não nos servindo delas como instrumento de dominação, pois esta cuidadosa pesquisa e criteriosa análise nos permite acompanhar a história, porque não se constitui apenas em jogos teóricos, contemplativos, mas dinâmicos e contínuos confrontos discursivos onde diferentes autores, a partir dos seus pontos de vista, nos trazem o fato de vivermos dentro de uma visão puramente ideológica, uma vez que a vida é feita de valores não efetivados, na realidade social. O objetivo é manter intacto determinado ordenamento nas relações sociais, permeado por um elevado grau de poder que homens infringem a outros homens, num processo perverso de exploração e dominação.

Este Livro merece leitura atenta e minuciosa porque propõe uma reflexão séria que nos leva a valorizar a solidariedade consciente como novo ponto de referência.

Profa. Dra. Jussará Lummertz, em dezembro de 1996!

SOBRE O CONTEÚDO DA OBRA

Antônio José Botelho volta ao cenário da literatura polêmica, após o brilhante trabalho de sua lavra, intitulado *Redesenhando o Projeto ZFM: um estado de alerta!* Agora o Autor aborda um velho tema filosófico. Seu novo livro é um relicário de teorias responsáveis pelas mudanças no comportamento do homem.

O anarquismo, teoria política baseada na idéia de que toda e qualquer forma de governo interfere arbitrariamente e injustamente na liberdade do indivíduo, preconiza a substituição do Estado por organizações associadas. Representa uma resistência à ordem estabelecida e, muitas vezes, é confundida com a desordem.

Em verdade, o anarquismo, na sua forma sistemática de vislumbrar a liberdade como fundamento maior da existência humana, sempre desafiará as mais diversas formas de poder.

Nas suas teorias, nos seus conceitos e definições, o homem tem sido constantemente surpreendido pela natureza, pela ciência, pelo avanço das pesquisas e do conhecimento, porque descobre que se equivocou num primeiro momento.

Sem dúvida, as ciências modernas, como a Sociologia, a Psicologia e outras, foram tornando a liberdade humana e a sua responsabilidade cada vez mais questionadas. Isso provocou uma decadência acentuada na vontade do indivíduo e muitas vezes ele sucumbe porque cada vez mais vai perdendo de vista os verdadeiros conceitos da ética e da moral. É que se faz necessário observar o homem, primeiramente na sua capacidade de conduta, nem sempre de acordo com a sua consciência ou com a sua inteligência, e, em segundo lugar, como ele recebe a conduta do seu semelhante, ao se opor ao mundo que o rodeia.

O Autor, em *Toques Anarquistas*, retrata a luta do homem em sua busca da liberdade, da felicidade, da paz social, questionando a distribuição de renda, defendendo inteligentemente um sistema eclético para o poder, a fim de que o homem possa atuar livremente sem os preconceitos do poder, sem a força do capitalismo, sem se submeter às desvantagens da tecnologia esmagadora.

O mundo já enfrentou os mais diversos movimentos e a criatividade do homem jamais cessará na busca de novos comportamentos de liberdade e de felicidade. O homem jamais quis a guerra. Nunca pensou na miséria. Está no seu espírito, no seu íntimo, o amor, o prazer, a satisfação de todas as necessidades. Não da forma utópica como dissertou Maltus, mas da forma realística como definiu com tanta elegância de estilo e beleza de formas, o inesquecível Oscar Wilde.

Antônio José Botelho pensa nessas coisas, dentro de um anarquismo em que a consciência de liberdade venha acompanhada da paz, da harmonia entre os homens e onde a vida possa retornar ao Paraíso. Seu sonho não se faz impossível.

O avanço da informática, o disparo das comunicações, a vanguarda da engenharia genética, dentre outras, vem provocando a possibilidade de todos terem acesso ao conforto e a felicidade comum não está mais tão distante do homem. Esta possibilidade, na idéia do Autor, está condicionada à superação do caráter mercenário presente na geração da ciência e da tecnologia.

Tem razão o Autor em alertar para o processo decadente em que se encontram a sociedade e o poder, desde os primórdios da organização política do estado, que realimenta, cada dia mais intensamente, a decadência moral. O homem tem necessidade de se aliar às virtudes para simplificar a vida.

Mudam-se os controles e imediatamente os desonestos mudam as formas de transgredir esses controles. Há um sistema tão enraizado de corrupção do poder, que hoje os procedimentos são realizados de forma aparentemente austera e dentro dos padrões da ética e da moral.

Muitos governantes que dominam o poder por tempo indeterminado, via de regra, nominam-se proprietários da coisa pública. Após um período longo, quando não se fazem oposições políticas pelo temor, quando a imprensa está envolvida no processo, quando o empresariado alimenta as orgias, a arbitrariedade, o luxo e a riqueza dos que dominam o povo com mão de ferro, nascem os déspotas, que só perdem o poder por meio de revoluções sangrentas.

Em verdade, os grandes movimentos intelectuais e revolucionários que passaram, deixaram suas marcas de progresso, outros surgiram e não vingaram, outros virão, mas o coração e o cérebro do homem continuarão sua marcha de criatividade, ora impulsionada pela razão, quando nasce na sua mente, ora emanada da emoção, quando nasce no seu íntimo.

A humanidade, independentemente dos regimes políticos e sistemas de governo, caminha para um aperfeiçoamento social e a vida marcha na direção da ética e da moral, porque, à medida que o ser humano sente as desventuras do erro, retorna e busca fazer o melhor possível.

É necessário muita atenção, muita reflexão para acompanhar as discussões trazidas ao leitor nas pesquisas de *Toques Anarquistas*, pois o Autor aprofunda seus conceitos filosóficos desde as escrituras sagradas até aos mais consagrados pensadores que desafiaram a humanidade com suas idéias.

Recomendado para governantes, políticos, intelectuais e estudantes, o obra de Antônio José Botelho vem contribuir para o gênero subjetivo da literatura amazonense, inovando nas idéias, lembrando as teorias do passado e permitindo à sociedade angustiada com o poder, uma saída inteligente baseada no comportamento eclético que deverá predominar para sempre na configuração doutrinária desse poder.

Gaitano Antonaccio,
Presidente da ASSEAM, em março de 1997!

SOBRE O CONTEÚDO DA OBRA II

Toques Anarquistas

(Crítica publicada no Jornal *Gazeta de Alagoas* em 07/05/98)

Nome do livro de Antônio José Botelho, amazonense que já escreveu outro livro sobre a Zona Franca de Manaus, um alerta sobre o que por ali está acontecendo. É engenheiro da SUFRAMA, de 39 anos, com predileção para um anarquismo cristão, ou cristiano. O livro já chegou às livrarias.

O livro é uma utopia anarquista-cristã. Se por um lado as citações sobre Michail Bakunin são extensas, verificamos, depois, que Leon Tolstói, anarquista cristão, e as Escrituras Sagradas, são uma referências muito fortes nas meditações de Antônio José Botelho.

O anarquismo tem várias tendências: mutualismo, inspirada em Joseph Proudhon; coletivismo, inspirado em Mikhail Bakunin; anarco-comunismo, inspirada em Piotr Kropotkin; anarco-sindicalismo, comum na Europa e Américas e, finalmente, o individualismo anarquista, que optou pela violência de cunho político, e que pode, por vezes, recorrer à força.

Os anarquistas passaram a história como ingênuos e ingovernáveis. Todo o pensamento anarquista se contrapõe ao Estado, como entidade política opressora, que engole tudo em seu próprio nome. Os anarquistas sempre preferiram federações ou associações de trabalhadores, ideal que garantiria a autogestão social. O maior exemplo do sistema anarquista ocorreu na Ucrânia, com Nestor Makhno, conhecido como “O pai da Ucrânia”, traído por Trotsky...

O anarquismo de Antônio Botelho está para o cristiano, cristão, na medida em que se coloca contra o juro, instrumento de opressão. E o autor busca nos grandes pensadores do passado suas bases para reflexão: nos pensadores católicos medievais verifica que eles absorveram a condenação do juro e da usura, recomendadas por Aristóteles; em Santo Agostinho descobre que os juros afastam o homem de Deus e, finalmente, em São Tomás de Aquino descobre que o pensador condenava a venda do tempo, o tempo servindo para se ganhar juros sobre capitais, porque o tempo pertencia apenas a Deus.

Em sua utopia, Antônio José Botelho vai criando categorias tais como *Centros de Produção, Conselhos do Trabalho, Solidariedade Econômica, Projeto Humanidade* etc., baseados no que consta do Terceiro Manuscrito-Filosófico, de Karl Marx “...a cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”. Antônio José Botelho em lugar de “capacidades” (algo já sabido e testado), usa potencialidades (algo a ser desenvolvido) e segue examinando as Escrituras Sagradas, sobretudo “Os Atos dos Apóstolos”, nos quais encontra elementos para estabelecer relações com as “sociedades gentílicas”, onde a distribuição dos bens era comunitária, e onde a divisão do trabalho era primitiva. Mais tarde, com a divisão social do trabalho, foi que surgiu a ideologia do lucro – ideologia que se apropria do trabalho, sonhando parte do seu valor, categoria conhecida como “mais-valia”.

A destruição do Estado, enquanto doutrina anarquista, vem sendo corroborada pela doutrina neoliberal, com a prática de mercado conhecida como globalização, na verdade algo parecido com o que se poderia chamar de *anarco-capitalismo* – tendência para a privatização em nome de grupos particulares. E aí Antônio José Botelho, que não aceita nem a democracia burguesa, causadora de tais acumulações de riquezas, nem a ditadura do proletariado, concentradora de poderes militar-tecnocratas, avista algo em favor de uma nova ideologia baseada na solidariedade econômica e por tabela no seu “projeto humanidade”, futura forma social de convivência da sociedade, propondo então seu anarquismo cristão como uma opção. A questão para Antônio José Botelho em foco é a seguinte: a Revolução Francesa liquidou com o Estado absolutista, monárquico, feudal, portanto, em nome do Estado moderno. O que se esperava é que a destruição do Estado absolutista, de “ordem divina”, pois os reis achavam-se representantes de Deus, e sua passagem para o Estado moderno, nascido e inspirado em função da “vontade do povo”, respeitasse o projeto social a que se propôs, nos primórdios.

Antônio José Botelho acredita **que marxismo e anarquismo**, e busca apoio em autores como Bakunin, Malatesta, Kropotkin, Guérin e até mesmo em Engels, procurando provar que as duas correntes tinham por objetivo a destruição do Estado, embora pudessem ter escolhido caminhos diferentes. Entretanto Marx ainda aceitou a ditadura do Proletariado como instrumento para se atingir o comunismo pleno, conduta recusada e criticada pelos anarquistas, daí sua longa reflexão sobre o trabalho, que se diria, do “velho Marx”, do Marx já um tanto envelhecido e ciente de algumas dificuldades na transição de uma para outra sociedade: “Numa fase mais elevada da sociedade comunista, depois de desaparecer a

subordinação escravizante do indivíduo à divisão do trabalho, e com ela também a antítese entre trabalho intelectual e trabalho físico; depois de o trabalho tornar-se não apenas um modo de vida mas a necessidade primeira da vida; depois de as forças produtivas também aumentarem juntamente com o desenvolvimento geral do indivíduo, e todas as fontes de riquezas cooperativa fluírem mais abundantes - só então o estreito horizonte do direito burguês poderá ser cruzado por inteiro e a sociedade poderá inscrever em sua bandeira: de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade!”.

Roger Garaudy em *A Grande Virada do Socialismo*, nos fala das contradições e mutações que foram surgindo dentro dos sistemas capitalista e socialista, propondo que elas fossem examinadas e daí algumas iniciativas fossem apresentadas para as suas soluções. A revolução da ciência havia criado uma revolução pela ciência. A economia havia sofrido grandes mudanças na visão do pensador francês. Urgia, portanto, que a nova revolução pela ciência, com suas tecnologias, guardassem proporções de avanços com o projeto social da humanidade. Mas a tecnologia, aos poucos, foi andando com maior velocidade e não permitindo às sociedades em desenvolvimento acompanharem o seu curso, criando dependências irremovíveis para tais países. A belíssima intenção da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, também a dos Direitos Humanos, viraram figuras de retórica, diante do quadro de globalização da economia, com a onda de desemprego, o confinamento e a quase destruição do Estado moderno do bem-estar social, que já não tem forças diante das forças de mercado a um tempo, e a outro já não inspira segurança aos seus cidadãos – embora continue grande cobrador e criador de novos impostos.

Como toda utopia a obra de Antônio José Botelho deve ser lida: trata-se de longa reflexão e preocupação com os destinos da humanidade, de resto preocupação relevante e comum nos homens que dedicam suas vidas ao estudo do comportamento das sociedades humanas....

Luiz Nogueira Barros
Sócio do IHGA

TOQUE INICIAL À PRIMEIRA EDIÇÃO

Amarrando a dica de Roberto Freire, adiciono que a verdadeira arte da vida moderna é viver com pouco dinheiro; viver com muito, é por demais fácil.

É uma arte, especialmente quando se percebe, ainda que de forma tênue, a sugestão anarquista de que a propriedade privada é resultado de um roubo, como assegura Joseph-Pierre Proudhon em seu clássico *O que É a Propriedade?*, da Coleção Novas Direções, editado pela Martins Fontes, em São Paulo, em 1988.

É uma arte, especialmente quando se tem a indicação de que a renda que se auferi dentro do sistema capitalista/instituto Estado – e é, seguramente, muito difícil estar fora deles – contribui para a reprodução da autoridade política, nefasta, segundo o anarquismo, para a existência libertária do homem.

Por isso, entendo heróis todos aqueles que, quer no passado (vide *toques bibliográficos*), no presente ou no futuro, tenham, estejam ou venham a despojar-se de qualquer benefício material maior, tenham, estejam ou venham a despir-se da inveja, do ciúme, da ganância, enfim, dos sentimentos negativos, no sentido da busca da possibilidade da prática da solidariedade social, política e econômica entre os seres humanos, conjunto do qual considero-me excluído, pois reproduzo, no cotidiano, em todos os níveis, o instituto da autoridade política e da propriedade privada.

Neste sentido, é oportuno registrar que o Autor não é anarquista, uma vez que é servidor ativo do Estado brasileiro, prestando serviços à sociedade com caráter ético, diferentemente de muitos pequenos burgueses convictos das propriedades positivas do liberalismo que diariamente burlam o discurso político imanente à sua consciência ideológica, e proprietário da casa onde mora.

Simplesmente, utilizo *toques anarquistas*, permeados aqui e acolá pela mensagem cristã, que demonstram os vieses negativos desta modernidade, para propor, através deste verbo, minha única e singela *contribuição para uma visão de mundo alternativa*, ao qual determinei o alinhamento à esquerda com capa invertida, simbolizando a possibilidade

do socialismo anarco-cristão, pois não acredito que o socialismo esteja alijado, enquanto compromisso da humanidade, com o malogro da experiência soviética.

Até porque o comunismo não existiu naquela oportunidade, pois pressupõe a inexistência do instituto Estado; o que se deu foi a degradante mensagem reacionária de que “comunista come criancinhas”.

Quem come criancinhas são os paranóicos gerados pela alienante competição imanente ao capitalismo.

Não obstante, reproduzo, fazendo minhas, as palavras de Léon Tolstói, em carta escrita a um amigo em 1903, citada na Nota Bibliográfica escrita por Máximo Gorki e contida no livro *Guerra e Paz*, editado pela Tecnoprint, no Rio de Janeiro, em 1985: “Por mais útil que possa parecer a alguns, minha atividade (no caso, o meu verbo!) perde a maior parte de sua importância porque minha vida não está inteiramente de acordo com a doutrina que professo” (acréscimo nosso).

Por oportuno, a Léon Tolstói rendo homenagem pelo contraditório que estabeleceu com todas as variantes anarquistas, ao admitir a fé no amor e em Deus como pilares, juntamente com a negação e superação da propriedade privada e da autoridade política, da sociedade futura.

Sim, porque falar positivamente em anarquismo e em Deus num mesmo contexto é praticamente inconcebível e ininteligível, tanto quanto a própria perspectiva de uma organização social estruturada na solidariedade, ao invés da competição entre os homens.

No meu ver, o caminhar da humanidade para a prática de uma vida baseada nos princípios anarquistas só tem uma direção e sentido: proceder-se o descondicionamento dos valores e costumes que reproduzem, há milênios, a mentira e a violência no homem.

Nesta possibilidade, retornaríamos à sociedade primitiva, onde segundo Friedrich Engel (vide nota de rodapé n.º 21), a produção da riqueza do homem era comunitária, isto é, desprovida de acumulação e da posse, e inexistia o instituto Estado.

Hoje, o grande paradigma de vida é a acumulação material, enquanto que a valorização do ser é secundário, onde quem obtém sucesso financeiro no mercado reafirma o *status* de profissional competente, em detrimento da atenção à moral e à ética.

Esta é a tipologia do mercado de competição do sistema capitalista/Estado burguês que tem impulsionado a existência humana.

O homem deve procurar rompê-lo e destruí-lo!

A abstenção consumista sugerida por Roberto Freire é uma indispensável ferramenta para aquele fim, entendida de cunho político, inclusive.

Agora, com o exercício da liberdade libertária e a prática da solidariedade econômica, aliada ao amor que verdadeiramente simboliza Deus, poderíamos edificar a sociedade presente nas utopias de todos aqueles – neste conjunto, permito a minha inclusão – que sonham com um futuro melhor, onde todos os homens estejam livres da guerra, da indigência e da alienação.

Para tanto, não precisamos estar clamando ou dando graças continuamente a Deus.

Devemos respeitá-lo e procurar buscar seu conforto na espiritualidade; na materialidade, devemos esquecer-lo para não o utilizarmos enquanto justificativa de nossas ações daninhas.

Deus pode até ser direitista – o maior símbolo contemporâneo da democracia burguesa utiliza Deus para justificar o seu modelo de dominação, para tanto, basta perceber a seguinte frase gravada no seu papel-moeda: “In God we trust” –, uma vez que a mensagem bíblica admite abertamente o senhorio (portanto, a autoridade) e a escravidão e o trabalho assalariado (portanto, a propriedade), mas, em se admitindo sua bondade e compaixão, não deve suportar a miséria humana, a qual, portanto, só deve ser obra do próprio homem, construída através de seus sistemas políticos e econômicos.

Donde se conclui que a Bíblia não deve ser tomada dogmaticamente, mas de forma crítica e, sobretudo, inserida nos momentos históricos de sua criação, enquanto, inclusive, produto literário.

A propósito, falo abertamente de Deus no artigo “*Em nome desse tal de Deus*” e de forma tangencial em “*Ideologia do Lucro*”, onde, ao admitir a idéia da existência de algo maior que domina o universo, ratifico o entendimento de que a obra do homem, qualquer que seja ela, a riqueza ou a pobreza, a liberdade ou a opressão, a verdade ou a mentira, a paz ou a guerra, dentre muitas outras, independem da sua onipresença e/ou da sua onisciência.

Ou seja, dependemos tão-somente da nossa inteligência, do nosso esforço; com eles temos construído o progresso da humanidade, mas também temos determinado a miséria humana.

Para mim, o homem é a solução e o problema para todas as coisas deste plano de existência, sendo que tem prevalecido o problema.

Neste sentido, tanto no capitalismo quanto no socialismo real ou, até mesmo, no socialismo libertário as coisas continuarão dando errado, porque o problema está no homem.

Aliás, o anarco-cristão ou socialismo libertário só será mesmo possível com uma profunda modificação do modo de pensar do homem, que vem,

como já sugerido, sendo formado desde a derrota da sociedade primitiva para os valores egoístas do ter.

Mas, o projeto de Deus não é tão simples assim, especialmente porque o homem tem dado provas danosas quanto ao uso do livre-arbítrio.

Muito bem, após confessar a minha simpatia pelo anarquismo cristão, vamos aos artigos-toques – subdivididos em fundamentais e críticos e escritos em suas formas originais durante a primeira metade destes anos 90, inicialmente no jornal *A Crítica* e, posteriormente, no *Amazonas em Tempo* –, os quais, de uma forma direta ou indireta, convergem para tópicos da doutrina anarquista e à cuja reprodução jornalística procurei agregar notas de rodapé, escritas durante o segundo semestre de 1996, visando oferecer indicações bibliográficas, enquanto fonte das idéias expostas, sentimentos e informações mais atuais, além de alguns terem sido levemente ampliados na passagem do original para a forma dada neste Livro.

Faço questão de registrar que meus conhecimentos sobre as formas dos homens estarem, política e economicamente, em sociedade é apenas superficial, que considero uma grande pretensão apontar um caminho anarquista e que, da mesma forma que o meu primeiro livro intitulado *Redesenhando o Projeto ZFM: um estado de alerta!*, estes toques anarquistas não estão revestidos da áurea acadêmica.

O benefício maior deverá estar melhor direcionado para o leitor que, a meu exemplo, deseja se introduzir nas envolventes questões passadas, cotidianas e do “por vir” vinculadas às ciências políticas e à economia política.

Registro, também, que minhas reflexões estão restritas ao núcleo central do anarquismo – negação do instituto Estado e da autoridade política e, por dedução, prática da solidariedade econômica –, passando ao largo das suas vertentes (vide *Toques Bibliográficos*), o que mereceria um maior volume de leitura.

Relevem os erros de português, ok?

Meu esforço de escrever reflete tão-somente o desejo de expor minhas reflexões, ainda que sem um primor gramatical!

Uma melhor correção ortográfica foi possível com a ajuda da Darcy, colega da SUFRAMA, instituição à qual ambos servimos, a quem agradeço pela revisão efetuada.

De enorme valia foi a revisão crítica do meu cunhado-sociólogo Luigi Battaglia, que me ajudou, inclusive, a perceber o quanto este esforço poderia ter saído melhor, a quem presto meus orgulhosos agradecimentos.

Sou grato à Professora Jussará, minha mestra na disciplina “Análise

dos discursos políticos”, pela formulação do “*CONVITE AO LEITOR*” e pelas sugestões oferecidas, todas acolhidas.

A minha gratidão, finalmente, também vai para Gaitano que, na qualidade de Presidente da Associação dos Escritores do Amazonas, elaborou os comentários expressos no “*SOBRE O CONTEÚDO DA OBRA*” e oportunizou a edição destes *TOQUES ANARQUISTAS* através de parceria cultural entre o Autor e a ASSEAM, mecanismo que criou para possibilitar que os escritores neófitos e descapitalizados divulgassem suas idéias.

O Autor,
no início do segundo semestre de 1996!

TOQUE INICIAL À SEGUNDA EDIÇÃO

Bem-vindo a todos! Espero, sinceramente, poder contribuir para uma visão de mundo alternativa de todos!

Conforme digo na *orelha*, a idéia e prática anarquista é algo tão distante quanto o ideal cristão. Tanto porque é inconcebível – não que seja impossível – relações humanas sem a autoridade política, porquanto, sem Estado, quanto porque não desenvolvemos o amor mútuo, isto é, não amamos ao mesmo tempo o próximo como a nós mesmo.

A concepção de uma sociedade ideal sempre foi motivo de reflexões ao longo dos tempos. O anarquismo me ajudou a perceber que o maior obstáculo para que se configure aquela sociedade perfeita é, sem sombra de dúvida, a figura da autoridade política, daí o primeiro dos artigos: “*Nem a Democracia Burguesa nem a Ditadura do Proletariado*”.

A democracia burguesa está estruturada na autoridade política que decorre do “estado de direito”. Por sua vez, a ditadura do proletariado esteve estruturada na que decorre do “estado revolucionário”.

Tolstoi me ajudou a perceber que o amor e a fé de e em Deus ajustado ao ideário anarquista talvez possa constituir um novo caminho para a humanidade. No que concerne a esta possibilidade, entendo, contudo, que a humanidade só conseguirá estabelecer uma sociedade perfeita através do descondicionamento do que meu irmão João Bosco Botelho chamou de memória sociogenética. De forma equivalente, porém com sentido anarco-cristiano, coloquei a necessidade de se proceder o descondicionamento dos valores e costumes que reproduzem há milênios a mentira e a violência no homem. No artigo “*Em Nome Desses Tal de Deus*” confesso minha fé em Deus, necessariamente diferenciada da desta modernidade. Hoje, tento avançar na prática da yoga, ajustando atitudes à possibilidade da libertação. Mas continuo atento às nuances sutis da autoridade. Talvez fruto de um karma negativo de vidas passadas.

A superação dos valores e costumes negativos presentes no homem é que entendo oportunizará a concepção da liberdade libertária e da solidariedade econômica, pilares fundamentais do anarquismo, no sentido de que se possa reproduzir uma organização social sem o instituto Estado.

Como atingir? Não sei! Deverá ser obra de todos mediante ações cotidianas por pelo menos dois milênios. Portanto, somente a partir do século 40 é que o homem poderá iniciar o desfrute de uma sociedade verdadeiramente justa e solidária, caso comece agora, tentando mudar atitudes.

Não obstante, o que mais me atormenta é que protelamos continuamente o começo dessa longa jornada com discursos políticos hipócritas e demagogos. Esta caminhada é que poderia constituir o paradigma anarquista para o século 21.

Além dos discursos políticos tergiversantes, alguns mitos deverão ser questionados, com uma ousadia próxima da heresia, como o entendimento dogmático que se faz acerca das mensagens bíblicas. Por exemplo: até que ponto o simbolismo do pecado original determinado pelo ordenamento católico ao longo dos tempos não tem obstruído o desenvolvimento da verdadeira liberdade do homem?

Em minha opinião, que está baseada na leitura anarquista, o homem nasce bom. O que o torna invejoso, ambicioso, impiedoso, cruel, hipócrita etc., é a prática das autoridades, fundamentalmente, da autoridade econômica, política, jurídica e religiosa. É certo que a questão permeia o conceito do “livre-arbítrio”, porém creio que um “olhar desacostumado” para com o símbolo do *pecado original* seria um grande avanço.

Um outro exemplo, é a absorção crítica da citação dos Atos dos Apóstolos expressa na nota de rodapé nº 12 quanto à possibilidade da justa distribuição da riqueza produzida pelo homem. Ainda que carente da perspectiva da produção, uma vez que apenas passa a idéia de cada um dispor *segundo suas necessidades*, atinge 50% da máxima do socialismo libertário: “*A cada um de acordo com suas possibilidades e de cada um de acordo com suas potencialidades*”.

Destarte, faço o seguinte questionamento: por que a Igreja não assume e divulga de maneira inequívoca que o modo de produção capitalista, que se baseia na competição e na acumulação, deve ser superado pelo homem para que este seja verdadeiramente livre e solidário, onde todos repetem, todos teriam uma vida digna? No artigo “*Ideologia do Lucro*”, baseado numa passagem bíblica de Salomão, sugiro a possibilidade do homem buscar *ser* e não *ter*. Engraçado, com a prática da yoga já consigo enxergar um outro dilema: ser ou não-ser; perceber o eterno ou permanecer na natureza egóica.

Em minha opinião, conforme menciono no *Toque Final*, a perspectiva do desprezo ao viés beato da religiosidade, juntamente com a revisão do simbolismo do pecado original, é que contribuiria para superar o modo

de produção capitalista, constituindo o verdadeiro paradigma cristão para o século 21.

Na oportunidade do lançamento da primeira edição, nas conversas que mantive com Aldísio Filgueiras e Leila Leong, no momento das respectivas entrevistas de divulgação daquele lançamento, dois questionamentos foram por eles colocados, aos quais replico nesta oportunidade, enquanto polêmica produtiva e com todo o respeito à leitura, conhecimento e experiência de ambos, o seguinte:

1. Aldísio expressou a possível contradição contida na idéia de permear o anarquismo com o cristianismo, a qual, conforme já disse, trouxe de Léon Tolstoi. Desejo dizer que entendo a contradição no contexto do anarquismo do século 19, com seus precursores, quais sejam Bakunin, Matesta e companhia. Nesta virada de milênio, entendo, sem mais delongas, a proposta como politicamente correta, tendo em vista a onda ratificadora que atravessa o sistema capitalista/Estado moderno. Será um grande avanço minar o modo de pensar capitalista, do qual nenhum de nós está isento, com conceitos de solidariedade econômica anarquista e de fraternidade social cristã, por exemplo; e

2. Leila expressou a possível contradição deste Autor discursar a doutrina anarquista sendo servidor ativo do instituto Estado, do Estado brasileiro. Desejo realçar o que registrei no *convite* elaborado para o primeiro lançamento, de que lamento profundamente não ter a coragem de ser um libertário na concepção maior da palavra, como o foi Bakunin, por exemplo, que passou a maior parte de sua vida recluso nas masmorras ou fugindo das autoridades instituídas de sua época. Logo, na minha concepção, ser libertário significa romper todos os vínculos de qualquer ordem social estruturada na autoridade política. Seria uma espécie de marginalidade voluntária de determinado indivíduo, portanto, desprezando emprego, renda e consumo com caráter absoluto. Hoje se tem muita notícia de exclusão social, mas decorrente do expurgo imanente ao sistema capitalista/Estado moderno, o qual não dá e nunca dará espaço para todos. Não vejo contradição alguma em tentar, ainda que na qualidade, segundo linguagem marxista, de um pequeno-burguês, redemonstrar que a autoridade política é um monstro nefasto para a humanidade e, por conseguinte, desejar que todos fossem libertários!

Neste sentido, ratifico o que disse no toque inicial que não sou, enquanto prática social, um anarquista nem um cristão; quando muito, respectivamente, um eterno simpatizante do ideário libertário e da mensagem de Jesus Cristo que se encerra na síntese “amai ao próximo como a si mesmo”, como fundamento da solidariedade social e econômica

de uma sociedade perfeita. A maior demonstração é minha dedicação ao Projeto ZFM e à instituição SUFRAMA, aos quais sirvo com ética e profissionalidade aguerridas.

TOQUES ANARQUISTAS deve ser entendido como uma dura crítica ao estabelecido e um profundo desencanto com a hipocrisia do mundo, respeitadas, segundo leitura burguesa, as conquistas sociais do homem que produz a riqueza do homem, que passou a ser controlado socialmente através da carteira de trabalho do chão de fábrica, superando a corrente da senzala.

Agreguei ao conteúdo da 1ª edição o *SOBRE O CONTEÚDO DA OBRA II*, os ensaios Sociedade e Mercado e Pequena Comparação das Grandes Linhas do Desenvolvimento do Estado Burguês em Rousseau e do Estado Operário em Lênin: reflexões frente à alternativa anarquista, alocados nos *TOQUES ADICIONAIS*, os *TOQUES INICIAL* e *FINAL* à presente edição, além do *CONVITE AO LEITOR II*, do editor Robson Achiamé, a quem sou muitíssimo grato. Foram retirados os artigos Teoria dos Conjuntos: uma aplicação política de longo prazo e Alternativas de Governabilidade em função de suas extemporaneidades e os *TOQUES PARA LEITURA*.

Ao Luiz Nogueira de Barros, que escreveu o *SOBRE O CONTEÚDO DA OBRA II*, dedico esta 2ª edição.

Leiam e critiquem.

Antônio José Botelho,
no primeiro semestre de 2007!

TOQUES FUNDAMENTAIS

NEM A DEMOCRACIA BURGUESA, NEM¹ A DITADURA DO PROLETARIADO²

A idéia é confrontar os aspectos fundamentais da democracia burguesa e da ditadura do proletariado com a essência da teoria anarquista, todas enquanto sistemas políticos de organização social, ainda que admitindo que a primeira, por primar por uma liberdade dissimulada, seja algo superior à segunda, que primou por uma igualdade ilusória entre os homens.

Os seguintes fatos configuram-se nas ferramentas necessárias para uma confrontação frente ao ideal libertário da doutrina anarquista:

– O desmantelamento da antiga URSS, assentada no conceito político da ditadura do proletariado, a nosso ver, ocorrido porque seu totalitarismo associado a sua extremada limitação da liberdade individual, linha de ação perpetrada por Joseph Stalin, já não se auto-sustentava frente à inevitável coexistência com a democracia burguesa, por força da pressão da mídia ocidental ideologizando a prática do consumo desvairado e da acumulação desenfreada; e

– O entendimento de Francis Fukuyama, contido no ensaio intitulado *O Fim da História e o Último Homem*, o qual está centrado na hipótese de que a espécie humana já estaria desenvolvendo a derradeira forma de

1. Hoje, no momento da 2ª edição, substituiria a conjunção “nem” pela expressão “muito menos”, em face de crescente consciência de que a pior democracia é infinitamente mais positiva do que a melhor ditadura.

2. Artigo derivado do trabalho acadêmico intitulado “Pequena Comparação das Grandes Linhas do Desenvolvimento do Estado Burguês em Rousseau e do Estado Operário em Lenin: reflexões frente à alternativa anarquista”, apresentado para fins de avaliação do aproveitamento da disciplina História Crítica das Idéias Políticas, ministrada pelo Prof. M. Sc. João Ricardo Bessa Freire, durante o Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Ciência Política, promovido pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA/Campus-Manaus, durante os semestres 92.2 e 93.1, o qual recebeu nota 9,0. Nesta 2ª edição, anexei-o aos *Toques Adicionais*.

se organizar socialmente, portanto, oferecendo as variáveis maiores do desenho final da Humanidade.

A principal argumentação anarquista reside na defesa da necessidade da negação do instituto Estado/autoridade política para que surja uma possibilidade de organização social de onde possa fluir a verdadeira harmonia de todo indivíduo, no sentido da experimentação da mais ampla e inquestionável liberdade, agregando-a ao verdadeiro bem-estar de toda sociedade, o qual estaria estruturado na prática da solidariedade econômica³/autogestão, conceito alternativo de produzir e distribuir as mercadorias e serviços, ou a riqueza produzida pelo homem, ainda distante da consciência humana.

Já na fase inicial da Revolução de Outubro, a qual determinou todo um conjunto de Estados orientados pela ditadura do proletariado, os pensadores anarquistas prediziam a sua ruína⁴.

Constataram que aquela opção política representava, tão-somente, a substituição de uma classe dominante, a aristocracia russa, por uma outra, constituída pelos mentores intelectuais daquele movimento, juntamente com os membros do círculo de poder do Partido Comunista.

Ambas a utilizar a massa de trabalhadores como engrenagem das respectivas formas de organização social, dado que os meios de produção, expropriados daquela aristocracia, passaram às mãos dos gestores do novo Estado, dito operário, a título de planejamento centralizado, com o reordenamento da legalidade econômica, a qual discursava como sendo, aqueles meios de produção, recursos de toda sociedade soviética.

3. Veja adiante artigo visando demonstrar o que se deve entender por solidariedade econômica.

4 .Victor Serge, em *Memórias de um Revolucionário*, editado pela Companhia das Letras, em São Paulo, em 1987, enquanto ex-quase-anarquista, de dentro da Revolução de Outubro, recordou (página 142), sobre o período que definiu de 1920-1921, intitulando-o de “O perigo está em nós”: “Eu estava em condições excepcionais para acompanhar os avanços do mal; pertencia aos meios dirigentes de Petrogrado e tinha relações de confiança com diversos elementos de *oposição, anarquistas, mencheviques, socialistas-revolucionários de esquerda, mesmo comunistas da Oposição Operária*”, que já *denunciava a burocratização do regime e a condição do trabalhador: miserável* não só de fato, mas – o que era mais grave – de direito, já que os gabinetes recusavam-lhe a palavra” (grifo nosso). Ou seja, não só os anarquistas, mas os próprios críticos daquela Revolução, porque percebiam sua degenerescência, apontavam as variáveis, enquanto contradição imanente ao instituto Estado lastreada pela alienação/dominação a negar o ideal libertário, que determinariam seu insucesso.

Ou seja, a idéia do instituto Estado/autoridade política, imanente à coerção social dos sistemas políticos, permaneceu como indispensável instrumento de dominação.

Não é segredo para ninguém que a ditadura do proletariado não trouxe benefício palpável para o conjunto de sua massa de trabalhadores do ponto de vista do uso da verdadeira liberdade de que todo ser humano necessita para melhor desenvolver sua existência e a evolução de toda a humanidade, ainda que admitindo-se as conquistas sociais advindas com aquela Revolução, como as dos campos da educação, da saúde e da politização do povo, por conta, especialmente, daquela educação.

A experiência soviética para o anarquismo, no mínimo, demonstrou que a utilização da ditadura do proletariado como estratégia política⁵, enquanto etapa necessária para o atingimento do comunismo, possui a mesma vertente repressora e autoritária da democracia burguesa.

No máximo, que somente poderá obter sucesso se ocorrer ao mesmo tempo e em toda a territorialidade deste planeta, ou seja, com o desencadeamento de uma revolução socialista com uma frente única em todos

5. Vladimir Ilitch Lenin, teórico e prático da Revolução de Outubro, em *O Estado e a Revolução*, editado pela HUCITEC, em São Paulo em 1987, reproduz (p. 75) os clássicos Karl Marx e Friedrich Engels: “Se a luta política da classe operária – escrevia Marx ridicularizando os anarquistas pela sua negação da política – adquire formas revolucionárias, se *os operários*, em lugar da ditadura da burguesia, estabelecem a sua ditadura revolucionária, cometem um espantoso crime de lesa-princípios, pois que, para satisfazerem as necessidades do momento, necessidades lamentáveis e profanas, para quebrarem a resistência da burguesia, *dão ao Estado uma forma revolucionária e passageira*, em vez de deporem as armas e suprimirem o Estado” (grifos nossos). Numa outra passagem, reproduz (p. 80) parte da Carta de Engels a Bebel, de crítica ao projeto do Programa de Gotha: “... Os anarquistas já nos quebraram bastante a cabeça com o “Estado popular”, muito embora Marx, já na sua obra contra Proudhon e, depois, no *Manifesto Comunista*, tenha dito expressamente que, com o advento do regime socialista, o Estado se dissolverá por si próprio (*sich auflöst*) e desaparecerá. Como o Estado não é, afinal, senão uma organização provisória que se emprega na luta durante a revolução, para esmagar pela força o adversário, falar de um Estado popular livre é um contrassenso. Enquanto o proletariado *ainda usa* o Estado, não o faz no interesse da liberdade, mas sim para triunfar sobre o adversário, e desde que se possa falar de liberdade, o Estado como tal deixará de existir. Portanto, proporíamos substituir a expressão *Estado* por *Gemeinwesen*, velha e excelente palavra alemã, cujo sentido equivale ao da palavra *Commune* em francês” (grifo Engels). Neste momento, é oportuno registrar, conforme pode ser observado, que a palavra comunismo sempre foi equivocadamente utilizada tomando-se como paradigma o seu conceito acadêmico, especialmente pela ocidentalidade, por questões ideológicas quanto a necessidade de negar o sistema político em adversidade durante a maior parte **deste século**.

os Estados nacionais⁶, necessariamente, entretanto, desacompanhada da sua compulsividade totalitária.

Aquela possibilidade de sucesso, não obstante, parece incompatível com a memória social⁷ do homem moderno, a qual somente poderá obter mutação qualitativa, no sentido de um descondicionamento, a partir da interiorização pela humanidade de uma estrutura de valores fincada nos conceitos de solidariedade e de fraternidade, o que, infelizmente, denota um sentimento ainda utópico, enquanto algo distante, não impossível⁸.

6. No Terceiro Diálogo, intitulado “Realidades e falácias do planejamento da economia no socialismo de um país só”, do livro *Marcino e Liberatore: diálogos sobre marxismo, social-democracia e liberalismo*, editado pela Ática, em São Paulo, em 1992, Jacob Gorender, através do personagem Marcino, assegura (p. 37): “... Uma economia socialista à margem do mercado será sempre um retrocesso, uma tentativa condenada à frustração e ao fracasso. Tal o dilema implacável do socialismo num só país”. Vê-se a condicionante que Marx ditou, de que o socialismo, enquanto possibilidade de factibilidade de organização social, somente seria possível após o desenvolvimento ulterior do sistema capitalista/Estado moderno.

7. João Bosco Botelho, em *Arqueologia do Prazer*, editado pela Metro Cúbico, em Manaus, em 1993, irmão-cidadão convicto dos benefícios da democracia burguesa, assim concluiu (p. 196) sobre sua tese: “A estrutura teórica que sustenta as categorias das memórias sociogenéticas, como motor dos processos ordenadores sociais, é simples e consistente: o território (*casa*, bairro, cidade, local de trabalho, município, *país* ou área por onde se dá o *fluxo de mercadorias*) é entendido, pela herança congênita, nos núcleos nervosos centrais e periféricos, como a garantia essencial do alimento e do conforto” (grifo nosso). Por essa afirmação, a propriedade privada e o instituto Estado oferecem substrato para a reprodução do modo de produzir e distribuir as mercadorias com base na competição, negação do conceito de solidariedade econômica que permeia o anarquismo. Entretanto, deve-se refletir: será que quando a ciência médica conseguir ler plenamente a codagem genética que circula no sistema nervoso do homem, não encontrará algo dialeticamente oposto à competição? O que existe é o fato do modo de pensar capitalista impingir à razão humana o sentido da competição, reproduzindo aquela memória sociogenética, o que não esgota a possibilidade de se oportunizar uma existência estruturada na solidariedade econômica!

8. Oscar Wilde, em *A Alma do Homem sob o Socialismo*, editado pela L & PM, em Porto Alegre, em 1983, discursando sobre o prejuízo que a propriedade privada causa à vida (p. 17 e 18), assegura “... que o homem passou a achar que o importante era ter, e não viu que o importante era ser. Numa sociedade como a nossa, em que a propriedade confere distinção, posição social, honra, respeito, títulos e outras coisas agradáveis da mesma ordem, o homem, por natureza ambicioso, fez do acúmulo dessa propriedade seu objetivo, e perseguirá sempre esse acúmulo, exaustivo e tedioso, ainda que venha a obter mais do que precise, possa usar ou desfrutar, ou mesmo que chegue até a ignorar quanto possui. O homem irá se matar por excesso de trabalho com o fim de garantir a propriedade, o que não é de surpreender, diante das enormes vantagens que ela oferece. É de lamentar que a sociedade, construída nessas bases, force o homem a uma rotina que o impede de desenvolver livremente o que há de maravilhoso, fascinante e agradável – rotina em que, de fato, perde o prazer e a alegria

A hodierna expectativa majoritária do homem moderno é de que a humanidade deve trabalhar pelo aprimoramento da democracia burguesa, até porque é para esta forma de organização social que verteram e vertem todos os falidos Estados “operários” montados a partir da Revolução de Outubro.

Na busca de uma inevitável justificação ideológica, tanto na esfera individual quanto na coletiva, a intelectualidade ocidental ampara-se na divulgação de fatos que conformavam o perfil da ordem social daqueles Estados “operários”, demonstrando o caráter sanguinário do esquerdismo revolucionário no sentido do aparelhamento ideológico pertinente à conquista e à manutenção do ordenamento político da ditadura do proletariado, que resultavam em agressões à condição de ser humano de todo indivíduo.

No momento em que o fazem, esquecem-se de que a democracia burguesa gera inumanidade em todas as nacionalidades que a adotam como sistema político, caracterizada pela condição de indigência, portanto, de marginalidade, determinada a um conjunto considerável de seres humanos que não consegue ter acesso à renda, isto é, ao consumo, e, por consequência, a uma sobrevivência digna das conquistas tecnológicas experimentadas com a busca do progresso assentada no lucro.

Ou seja, milhares de não-cidadãos do Brasil e de muitos outros países, choram à toda hora, sem qualquer perspectiva de solução de vida, porque o sistema capitalista/Estado moderno, argamassado politicamente pela democracia burguesa, não oferece, nem nunca oferecerá, a configuração de uma humanidade estruturada nas verdadeiras liberdades individuais e bem-estar coletivo, admitidos factíveis pelo anarquismo, a partir da negação do instituto Estado/autoridade política e da prática da solidariedade econômica/autogestão.

É preciso que todo indivíduo conscientize-se de que tanto a democracia burguesa quanto a ditadura do proletariado são estágios intermediários da evolução da humanidade, e que como formas imperfeitas utilizam-se de mecanismos coercitivos e compulsórios, via instituto Estado/autoridade política, para o estabelecimento das respectivas ordens sociais⁹.

de viver”. Não se tem como disfarçar que este ritmo de vida do homem descrito por Wilde é que, verdadeiramente, rouba-nos a possibilidade da prática da solidariedade, tanto a social, quanto a econômica.

9. Louis Althusser, em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, editado pela Graal, no Rio de Janeiro, em 1985, leciona que “A tradição marxista é formal: desde o Manifesto e do 18 Brumário (e em todos os textos clássicos posteriores, sobretudo no de Marx sobre a Comuna de Paris e no de Lenin sobre o Estado e a Revolução), o Estado é uma ‘máquina’

O atual revigoramento da democracia burguesa apenas corresponde ao arcabouço da consciência individual e coletiva desta modernidade, a qual deverá continuar sendo burilada, no sentido de libertar o trabalhador, da mesma forma que a humanidade libertou o escravo, mesmo que, em grande parte, como resultante de uma exigência econômica.

Para tanto, não devemos adotá-la como sistema político acabado de organização; ou alguém poderia admitir o resultado prático de tanta modernidade tecnológica, se somente uma pequena parcela da humanidade desfruta dos benefícios concernentes, ao passo que a maioria dos seres humanos morre na indigência e marginalidade?

Nem a democracia burguesa, nem a ditadura do proletariado: nenhum desses sistemas políticos é melhor do que o outro; ambos geram desalentos e dissabores.

Seria possível discorrer sobre muitos outros aspectos para fins de demonstração das muitas de suas evidências negativas, tomando-se como base a ainda não-acadêmica (no sentido de que deveria constar como disciplina obrigatória – modo de produzir e distribuir as mercadorias pautada na solidariedade econômica/autogestão –, por exemplo) doutrina anarquista.

Por outro lado, registre-se que as evidências de sucesso das solitárias experiências anarquistas à indicar a factibilidade das convicções libertárias, como por exemplo a do Quilombo dos Palmares, no sertão do Estado de Pernambuco, a da Comunidade Independência, nas proximidades de Parati, no Estado do Rio de Janeiro, a do Quilombo de Livramento, a 11 km de distância da sede do Município pernambucano de Trindade, a do Quilombo da Serra do Trabalho, no Planalto do Borborema do Município paraibano de Santa Luzia, a da Colônia Cecília, idealizada na Itália e golpeada de morte pelo Governo do Estado do Paraná, dentre muitas outras em nível internacional, são historicamente sufocadas pela força do poder de império do instituto Estado/autoridade política.

de repressão que permite às classes dominantes (no século 19 à classe burguesa e à ‘classe’ dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista)”. Desafio o leitor para, sob o prisma anarquista, exercitar a reflexão substituindo a palavra “Estado” acima utilizada por “ditadura do proletariado” e “classe burguesa” por “mentores intelectuais da Revolução de Outubro e membros do círculo de poder do Partido Comunista”, expressão ajustada à equivalente que utilizei no artigo.

SOLIDARIEDADE ECONÔMICA¹⁰

“Participação nos lucros, ou resultados, desvinculado da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em Lei” (inciso XI, do art. 7º (relativo aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social), do capítulo II (relativos aos direitos sociais), da Constituição Federal da República Federativa do Brasil/1988)

Solidariedade econômica representa uma concepção de produção e troca de bens e serviços com cunho libertário, base de um ideário de organização social estruturada na negação da autoridade política/Estado moderno, principal instituto que acoberta o sistema de vida concernente à *economia competitiva de mercado/democracia burguesa*.

10. O conceito anárquico de solidariedade econômica não é muito cristalino em pensadores como Bakunin, Malatesta, Kropotkin. Talvez encontre maior convergência com os estudos formulados sobre a questão por Proudhon, que desenvolveu a vertente anarquista do mutualismo, “que pretendia, mediante las asociaciones de trabajadores y las mutualidades de crédito, encontrar una vía intermedia entre los principios de la PROPIEDAD privada y el comunismo” (vide p. 417 da *Enciclopedia del Pensamiento Político*, dirigida por David Miller, editado pela Alianza Diccionarios, em Madri, em 1989) (grifo da Enciclopédia). Jean Bancal, nos fundamentos do *Pluralismo e Autogestão*, baseado nos escritos de Proudhon, editado pela Novos Tempos Editora, em Brasília, em 1984, traduz o parâmetro de *força coletiva* (existe seu corolário, a *teoria proudhoniana da mais-valia; sistema de apropriação mutualista: 1º “toda produção sendo necessariamente coletiva, o operário tem direito, na proporção do seu trabalho, à participação dos produtos e dos benefícios”; e 2º “todo capital acumulado sendo uma propriedade social, ninguém pode ter a sua propriedade exclusiva”*) daquele autor anarquista, que entendemos permear o conceito maior da solidariedade econômica, assim (p. 72): “Por sua teoria da força coletiva, Proudhon chega não somente a demonstrar economicamente o caráter coletivo da produção e o direito pessoal do trabalhador em particular dos frutos desta produção, mas, paralelamente a esta SOCIALIZAÇÃO DO MEIO ECONÔMICO e a esta personalização do trabalho, ele chega sociologicamente a um PERSONALISMO ECONÔMICO: direito individual do trabalhador, fundado sobre sua participação social; a um SOLIDARISMO trabalhista: interdependência do trabalho e do esforço de todos e de cada um no seio da sociedade econômica; e a um REALISMO SOCIAL: força coletiva e sociedade econômica concebidas como realidades diferentes das forças individuais e das pessoas que as engendram”. Segundo o Aurélio, solidarismo significa “*doutrina moral e social baseada na solidariedade*”, no “sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades de um grupo social, de uma nação, ou da própria humanidade” e como caráter de “*relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns*, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s) (grifos nossos).

Implica, necessariamente, a gestão, ou *autogestão*¹¹, da produção pelo trabalho, isto é, o afastamento do capital das decisões de investimento e de gerenciamento, especialmente, enquanto busca pura e simples do lucro, enquanto busca da reprodução daquele mesmo capital.

Tal conceito, embora inexistente na consciência coletiva desta modernidade, ganhou delineamento, enquanto instrumento de composição de uma sociedade ideal, a partir da *Utopia* de *Thomas More*, convergindo para a doutrina anarquista desenvolvida nos séculos 19 e 20 por pensadores sociais, tais como: *Kropotkin, Proudhon, Malatesta, Bakunin*, dentre outros.

Ou seja, mesmo com todo esse secular esforço intelectual, não vingou, nesta contemporaneidade, nem mesmo como disciplina acadêmica de um Curso de Economia, onde se dá, ou justamente porque se dá, a base teórica da sua representação rival, a *economia competitiva de mercado/democracia burguesa*.

O fundamento da *solidariedade econômica* remete, forçosamente, então, a uma contextualização de relações sociais imaginária onde os conscientes individuais e coletivo estariam desenhados com o pano de fundo do célebre tema de ordem do genuíno socialismo: “*De cada um de acordo com suas potencialidades, a cada um de acordo com suas necessidades*”¹².

11. O 1º volume da 7ª edição do *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, Editora Universidade de Brasília, em Brasília, em 1995, traz (p. 74) a seguinte definição essencial: “Por autogestão, em sentido lato, se deve entender um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação da várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade (empresa, escola, bairro etc.). São, portanto, identificáveis duas determinações essenciais do conceito de Autogestão. A primeira é a superação da distinção entre quem toma as decisões e quem as executa, no que respeita ao destino dos papéis em cada atividade coletiva organizada com base na divisão do trabalho. A segunda é a autonomia decisória da cada unidade de atividade, ou seja, a superação da interferência das vontades alheias às coletividades concretas na definição do processo decisório”. O *Dicionário* informa, ainda, que as origens do conceito tem evidências, em “alguns dos seus elementos prefigurativos, no pensamento anárquico (particularmente no conceito de *democracia industrial* de Proudhon) ...” (grifo do *Dicionário*).

12. Algo semelhante pode ser lido no “Atos dos Apóstolos”, Capítulos II IV, respectivamente, versículos 44 a 46 e 31 a 35, fundamentalmente: “44. E todos os que criam estavam unidos, e tudo o que cada um tinha era possuído em comum por todos.

A ordem das coisas naquela contextualização imaginária salienta a proteção do individualismo, contrapondo-se à tese da igualdade definida pelo socialismo real.

Indicaria, ainda, uma mudança na atual concepção de trabalho, desenvolvida visando a garantia da sobrevivência, sem a ponderação dos gostos e aptidões de cada um, porque imposta para reproduzir o poder econômico de poucos, por uma outra, onde estariam presentes o prazer e o desejo de gerar, com responsabilidade, uma utilidade a ser distribuída ao conjunto da sociedade, e não acumulada individualmente com caráter de posse.

A factibilidade da *solidariedade econômica* perpassa, intrinsecamente, pelo rompimento da legalidade, oferecida pelo ordenamento jurídico do instituto da autoridade política/Estado moderno, da propriedade privada.

Aquela legalidade dá guarida à razão de viver do homem moderno, que despende todo o seu potencial na prática da acumulação de capital através do lucro, entendida como o melhor caminho para o desenvolvimento da humanidade.

Caminho que tem impedido o homem de experimentar a verdadeira liberdade, condição básica para se cristalizar o real sentido da existência do gênero humano, admitida possível sob a égide libertária.

A produção da riqueza, adaptada ao acervo tecnológico disponível, sofreria um redirecionamento de prioridade, isto é, substituir-se-ia a busca do lucro pela busca da satisfação possível das necessidades para a existência digna de todo homem.

45. *Vendiam* as suas fazendas e os seus bens, e *distribuíam-nos por todos, segundo a necessidade que cada um tinha*. 46. E todos os dias perseveravam unanimemente no templo, e partindo o pão pela casas, tomavam a comida *com regozijo, e simplicidade de coração*,” e “31. ... E da multidão dos que criam o coração era um e a alma uma; e nenhum dizia ser sua coisa alguma daquelas que possuía, mas *tudo entre eles era comum*; ... 34. E *não havia nenhum necessitado entre eles, porque* todos quantos eram possuidores de campos, ou de casas, vendendo isso, traziam o preço do que vendiam, 35. E o punham aos pés dos apóstolos. *Repartia-se* pois por eles em particular, *segundo a necessidade que cada um tinha*” (grifos nossos). A mensagem, extraída de *A Bíblia Sagrada*, editada em 1902, em Lisboa, Depósito das Escrituras Sagradas, Rua das Janelas Verdes, 32, da edição aprovada em 1842 pela Rainha D. Maria II, com consulta do Patriarca Arcebispo eleito de Lisboa, dos versículos fica carente da perspectiva da produção, uma vez que apenas passa a idéia da distribuição segundo as necessidades de cada um, negligenciando as potencialidades a serem desenvolvidas por cada um, no sentido da manutenção do conjunto de mercadorias e serviços necessários à sobrevivência do homem.

Para tanto, as decisões de investimentos, associadas às definições do que, do quanto e para quem produzir, bem como a própria operação da produção, passariam a ser processadas por Conselhos do Trabalho, caracterizando associações livres e espontâneas, com componentes credenciados por cada comunidade e instalados em cada Centro de Produção.

A responsabilidade de cada elemento, locado segundo sua potencialidade, e de todo Conselho, concernente ao paradigma da nova prioridade de produção da riqueza, seria testada, posta em questionamento e reciclada constantemente.

As decisões acerca da produção da riqueza, como tomadas dentro desta economia competitiva de mercado/democracia burguesa, ocorridas de forma dissociada do objetivo de atender as necessidades humanas, que buscam, através da competição, mercados e consumidores específicos para garantir a reprodução do capital, estariam banidas.

Ou seja, a teoria da oferta e da procura, baseada na noção de que os fatores de produção são escassos frente àquelas necessidades, cede lugar para a prática da *solidariedade econômica*.

Em consequência, eliminar-se-ia o processo de alienação e opressão que impede o usufruto da verdadeira liberdade individual, uma vez que a liberdade inerente à *economia competitiva de mercado/democracia burguesa* só é desfrutada por aqueles que dispõem de recursos financeiros e impossível para os que contam com as limitações da vida humana em estado de miséria, ao qual está determinada parcela considerável da humanidade.

Como pré-requisito, as estruturas de coordenação pertinentes aos Centros de Produção e instituições da organização social implementadora da *solidariedade econômica* teriam um perfil horizontal, ao invés de vertical como nas atuais organizações hierarquizadas, dificultando o surgimento de novas elites dirigentes, certamente prejudiciais à manutenção e reprodução do novo sistema de vida.

Além do que, as coordenadorias em si, estariam sujeitas a uma dada rotatividade no sentido da realimentação do novo modelo de gerenciamento.

Enfim, a moeda e a ciência/tecnologia deixariam de ter caráter mercenário, adotando-se regras que refletissem uma determinação humanitária; a educação teria essência libertária objetivando o aprimoramento da nova razão de viver, sustentada na certeza de que todo homem deteria a verdadeira liberdade; a saúde, na totalidade de seus recursos disponíveis, seria naturalmente acessível a todos, e não só

àqueles acobertados financeiramente; a criatividade de todo artista seria incentivada como forma de trabalho, assegurando-se sua sobrevivência com dignidade e o desfrute de sua arte por toda a sociedade, desfigurando-se o caráter empresarial de sua criação como reflete a cultura atual etc.

Ademais, nesse tempo-futuro, quiçá real, a prática da solidariedade humana estaria efetivamente impregnada na consciência de todo ser humano, constituindo-se no principal vetor de sustentação da *solidariedade econômica*, e não apenas utilizada como elemento simbólico, como o faz esta modernidade para camuflar as contradições da *economia competitiva de mercado/democracia burguesa*.

Oxalá o art. 7º da atual Constituição Brasileira, reproduzido acima, abra, ainda que tenuemente, caminho para a factibilidade da *solidariedade econômica*, à medida que se encontram desacreditadas as vertentes insurrecional e revolucionária teorizadas **no século passado**, resultado de eficiente patrulhamento ideológico aplicado pela *economia competitiva de mercado/democracia burguesa*.

Antes, porém, os operários terão que primeiro obter instrução para ler e interpretar as Demonstrações Financeira onde estariam expressos os resultados empresariais (lucros ou prejuízos do capital), considerada vencida a resistência do Congresso Nacional, composto majoritariamente por representantes do capital, em normatizar a aplicação daquele ditame constitucional.

Até lá, a Academia terá de projetar o escopo da *solidariedade econômica* enquanto disciplina obrigatória do 3º grau.

Isto em nível de Brasil!

Será mesmo possível que um dia isto aconteça?

Dizem que em alguns países industrializados, a participação do trabalhador nos lucros das firmas já é um fato menos virtual, será?

COMO EVADIR?

A vida do homem moderno é condicionada por um gradil “imaginário” – isto é, real mesmo –, que confina, que restringe a possibilidade da prática, do exercício de uma liberdade ampla.

Não falamos da “liberdade” preconizada pelo liberalismo, embora reconhecendo sua validade relativa, mas da liberdade que, efetivamente, possibilitasse a realização das aspirações do homem moderno a qualquer título e grau; liberdade que o faria harmonioso consigo mesmo e em paz nas relações com a sociedade.

Cada ferro do gradil está associado às regras que delimitam a conduta diária do homem moderno e que norteiam seus objetivos de longo prazo, ou seja, que definem o projeto de vida de cada um, admitindo que todos tenham essa oportunidade de formular uma proposta de vida – o que, de todo modo, não é verdade, por conta da própria essência deste artigo.

Tais regras conformam as ordens social, econômica, política, jurídica, religiosa, dentre outras, que se entrelaçam entre si, as quais são concebidas pelo próprio homem.

Neste contexto, pode-se facilmente apontar o limite mínimo e o limite máximo de possibilidades efetivas para a realização, com as respectivas proporcionalidades de êxito, da vida do homem moderno – a idéia que se tem é que sempre foi assim –, cuja medida de aferição principal reside, exatamente, no grau, no nível de liberdade que cada um possui.

O limite máximo é representado pelo conjunto de homens que concebem, e mantém em pé, aquele gradil imaginário, os quais desfrutam do maior grau de liberdade, porque, tal liberdade, tem respaldo no concernente poder econômico e político.

Trata-se de um conjunto pequeno; é o topo da pirâmide, da estratificação social.

O conjunto mais inferior, da base dessa estratificação, que é o maior em número de elementos, retrata o homem desprovido de qualquer tipo de poder, portanto, desfrutando de um grau de liberdade restrita ao nível de sua subsistência, de uma existência sem a dignidade que um ser humano tem direito; isto quando tem esse mínimo.

O primeiro tipo de homem caracterizado acima, embora detentor de uma liberdade em alto grau, não ultrapassa os limites do gradil, porque está escravizado pela função de resguardar o sistema que ajudou a estabelecer, utilizando-se dos aparelhos ideológicos do Estado e da produção, isto é, dos mecanismos de manutenção, sobretudo, das ordens política e econômica, que, por sua vez, ditam a ordem social.

E, todas, justificadas pela ordem jurídica!

O segundo tipo, que é o que mais interessa, é o desfavorecido – ou descamisado e descalçado, ou qualquer denominação que o valha –, privado de qualquer possibilidade de realização pessoal maior – até que alguns conseguem passar pelo funil, sabe lá a que custo –, enquanto ser humano, exatamente, porque está à margem do exercício do poder, com o qual se estruturam as relações sociais.

Sua possibilidade de passar a usufruir de uma maior liberdade, dentro do próprio gradil – da arena do liberalismo, do mercado da competição – é bastante limitada, uma vez que compete em condições de desigualdade,

desfavoráveis, frente aos recursos que dispõe o homem do primeiro conjunto, o que se dirá quanto a romper, a evadir do sistema que o sufoca.

Ou seja:

– Como evadir, se se destrói muitas vezes montanhas de alimentos com o objetivo de manutenção dos preços das mercadorias, de manutenção da margem de lucro dos donos do capital, enquanto seres humanos passam fome, até mesmo morrem por falta de comida, de alimentação?

– Como evadir se se priva os seres humanos da base da estratificação social de uma educação libertária, objetivando facilidades no exercício de manutenção da ordem estabelecida?

– Como evadir se se nega o acesso daquela gente-irmã às melhores resoluções da ciência médica, circunscrevendo-as ao jogo do mercado liberal, da disponibilidade financeira, da disponibilidade de renda, fazendo valer a busca do lucro, fazendo valer a reprodução do capital?

– Como evadir se se subtrai das comunidades carentes os produtos e serviços que poderiam ser ofertados com a aplicação plena dos recursos arrecadados da própria população, a partir do seu desvio por interesses pessoais, ilegítimos, dos administradores por ela designados para gerência da coisa pública? enfim,

– Como evadir, inclusive, o próprio homem que detém as chaves do gradil e não as utiliza como forma de manter o estado de coisas que o faz beneficiário maior das conquistas da humanidade, apegando-se cada vez mais às condições materiais – também importantes, contudo, não exclusivamente importante – para a solução da sua existência, ao passo que se desliga das variáveis não-materiais, como solidariedade, amizade?

A última das interrogações acima formuladas, poderia ter como resposta, a tomada de consciência pelo homem de que a solução final para si próprio não está tão-somente na materialidade das coisas.

A saída dependeria de uma resolução interior, de uma revisão de seus valores de vida.

A viabilização dependeria da superação do modo de pensar capitalista, o qual é condicionado, sobremodo, pelas subordens religiosa, familiar e da propriedade privada.

As respostas às outras indagações se entrelaçam, no que concerne a interdependência, para a solução que indique o melhor caminho para a humanidade, em relação a uma revisão ou superação do atual modo de produzir e distribuir as mercadorias, especialmente a primeira e a terceira indagações, que tratam, efetivamente, da busca do lucro como alternativa única para o desenvolvimento dos povos.

A segunda e a quarta indagações, até que poderiam ter como resposta, a otimização deste próprio sistema capitalista/Estado moderno, a partir da evolução positiva do que ficou sugerido com a última indagação, isto é, a partir da tomada de posição de que também os donos do poder precisam se libertar.

De certo, é que todas e tantas outras indagações deverão ser solucionadas somente com o estabelecimento da cultura do ser; ser solidário, ser amigo, em contraposição a cultura do ter; ter muitos carros, ter muitas casas.

O caminho possível para a evasão, para a busca de uma liberdade libertária¹³ é por aí ... – ao menos, reduziríamos a carga de hipocrisia que carregamos com o nosso discurso em nome da melhor solução para os povos, quanto ao liberalismo, quanto à falsa democracia que praticamos, quanto à ilusória solidariedade social que praticamos para com os mais pobres, porque reprodutora da miséria!!!

ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

“... Creio que o único sentido da vida, para cada um de nós, é o de aumentar o seu amor ...; creio que esse aumento do amor contribuirá, mais que qualquer outra força, para fundar na terra o reino de Deus, isto é, para substituir uma organização da vida em que são onipotentes a divisão, a mentira e a violência, por uma nova ordem em que reinarão a concórdia, a verdade e a fraternidade ...” (Trecho da resposta oferecida por Leon Tolstói ao Santo Sínodo por ocasião de sua excomunhão ocorrida em 1901, extraída do livro citado no *Toque Inicial*).

As duas formas de organizações sociais experimentadas pelo homem do século 20 foram a capitalismo/Estado burguês, atualmente numa vigorosa fase de ratificação, e o socialismo real/Estado operário, recentemente derrotado pelo efeito Perestroika/Glasnost.

As duas formas idealizadas são o comunismo/não-Estado e o anarquismo/não-Estado, ideários de ambiências semelhantes e de práticas impensáveis até o presente momento histórico.

Deve estar registrado que não se pretende negar a validade histórica do atual sistema de organizar as sociedades, enquanto importante conquista social da humanidade, dada com a melhoria relativa das condições de vida de ser humano produtor das riquezas materiais, caracterizado, no passado, como escravo, e hoje, como trabalhador, ainda que as correntes da escravidão, antes fixadas nos pés, agora estejam atreladas às mentes.

Ao mesmo tempo, não se pretende também negar a contribuição para a humanidade oferecida pela fracassada experiência do socialismo real/Estado operário, fundada no entendimento do materialismo histórico, enquanto indispensável instrumental científico para se trabalhar por um futuro mais promissor do ponto de vista das verdadeiras realizações sociais, ainda que depois desvirtuada para o que ficou conhecido por “stalinismo”.

Então, objetivando levantar pontos para a reflexão e, quiçá, inquietar a existência de todo indivíduo/cidadão, temos:

1. O capitalismo/Estado burguês surgiu com a superação da organização social estruturada na vassalagem e conseqüente extinção do Estado feudal, o qual era conformado pelo poder político advindo da prática da autoridade política de cunho legitimador divino oferecido pela classe clerical à elite aristocrática governante.

Seu grande marco histórico foi a Revolução Francesa, promovida pela classe burguesa emergente, hoje denominada capitalista, com a ajuda dos desfavorecidos daquela época, os quais, em seguida, foram refutados a segundo plano, exatamente pela associação da burguesia com o instituto Estado¹⁴.

14. Mikhail Bakunin, na Primeira Conferência das três feitas aos operários do Vale de Saint-Imier, em 1871, reproduzida no livro *O Princípio do Estado*, editado pela Novos Tempos, em Brasília, em 1989, assim descortina (p. 43) a inauguração do mundo moderno: “Dois fatos históricos, duas revoluções memoráveis haviam constituído o que denominamos ... o mundo da civilização burguesa. Uma, conhecida sob o nome de Reforma, no começo do século XVI, havia destruído ... a onipotência da Igreja; ao destruir essa força, ela preparou a ruína do poder independente e quase absoluto dos senhores feudais, que, abençoados e protegidos pela Igreja, ... faziam proceder seus direitos diretamente da graça divina; e por isso mesmo ela proporcionou um novo desenvolvimento à emancipação da classe burguesa, lentamente preparada, por sua vez, durante os dois séculos que haviam precedido essa revolução religiosa, ... pelo desenvolvimento do comércio e da indústria que haviam sido ao mesmo tempo sua condição e sua conseqüência. Desta revolução surgiu uma nova potência, não ainda a da burguesia, mas a do Estado ...” Mais adiante, continua: “Os dois séculos que separaram as lutas da Reforma religiosa daquelas da grande Revolução *Francesa* foram o período heróico da classe burguesa. Tornada poderosa pela riqueza e pela inteligência, atacou audaciosamente todas as instituições respeitadas da Igreja e do Estado. Ela minou tudo, inicialmente pela literatura e pela crítica filosófica; mais tarde, derrubou tudo pela revolta aberta. ... servindo-se da força popular; ...”. Continuando na Segunda Conferência, para finalizar a lógica de Bakunin, a lógica anarquista: “E, todavia, o programa dessa Revolução, à primeira vista, ... não se realizou em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade da espécie humana, ...? Como é possível, portanto, ... que ... tenha resultado miseravelmente na emancipação exclusiva, restrita e privilegiada, de uma única classe, em detrimento desses milhões de trabalhadores que se encontram hoje esmagados pela prosperidade insolente e iníqua dessa classe? ... É que esta Revolução foi apenas uma

Por conseqüência e com o desenrolar dos acontecimentos, trouxe para o homem moderno o governo democrático assentado na autoridade do poder político decorrente do sufrágio universal¹⁵.

A produção e a distribuição dos bens materiais necessários à sobrevivência e ao conforto do homem estão alicerçadas na acumulação de capital nas mãos daqueles que dispõem da possibilidade da propriedade privada, ordem sustentadora da mesma divisão básica entre os homens: escravos e senhores, produtores e proprietários, enfim, pobres e ricos, agora denominados trabalhadores e capitalistas.

Seus principais princípios são, além dos já citados da propriedade privada e do sufrágio universal/democracia, os da liberdade de expressão e de associação e da igualdade jurídica, cujas possibilidades de usufruto são proporcionais ao poder político e econômico de que dispõe cada indivíduo/cidadão.

Como já dito, desfruta de um reluzente estado de renovação a partir do contínuo e progressivo aperfeiçoamento dos seus ordenamentos político e jurídico;

revolução política. Ela havia audaciosamente derrubado todas as ... tiranias políticas, mas havia deixado intactas – havia inclusive proclamado sagradas e invioláveis – as bases econômicas da sociedade, que *são* ... o fundamento principal de todas as iniquidades políticas e sociais. Ela havia proclamado ... o direito de ser livre para cada um e para todos. Mas ela havia dado realmente os meios de realizar esta liberdade ... somente aos proprietários, aos capitalistas, aos ricos.” (grifo nosso). Sob a ótica do anarquismo, parece-nos inquestionáveis, tanto a hegemonia burguesa frente aos não-proprietários ou trabalhadores, bem como a associação, por força histórica, entre aquela burguesia e o Estado, entre os capitalistas e a pequena burguesia.

15. Mikhail Bakunin, em fragmento reproduzido no livro *Os Anarquistas e as Eleições*, editado pela Novos Tempos, em Brasília, em 1986, expõe (p. 54) claramente o entendimento anarquista sobre a questão: “... O sufrágio universal ... é a exibição ao mesmo tempo mais ampla e refinada do charlatanismo político do Estado; um instrumento perigoso, sem dúvida, e que exige uma grande habilidade da parte de quem o utiliza, mas que, se souber servir-se dele (e como sabem!!!), é o meio mais seguro de fazer com que as massas cooperem na edificação de sua própria prisão.” (acréscimo nosso). Adicionalmente, P. J. Vidal, no escrito intitulado “As Eleições”, reproduzido no mesmo livro, esclarece (p. 15), em outras palavras, o seu entendimento, ainda dentro do paradigma anarquista, sobre a mesma questão: “Para melhor compreender a posição dos anarquistas, em matéria de eleições presidencialistas ou parlamentares, é preciso compreender que ela é, brevemente resumida, sua visão da sociedade atual. Esta é organizada segundo o esquema *governantes-governados*: aqueles que comandam e aqueles que obedecem. A ficção democrática só é introduzida pelo viés do voto que legitima a plenitude do poder que exercem os governantes por intermédio do Estado ...” (grifo Vidal). É simples: todo e qualquer mecanismo que corrobore para a reprodução da autoridade política/instituto Estado é amplamente questionável pela doutrina anarquista.

2. O socialismo real/Estado operário, enquanto experiência histórica, surgiu no início deste século com o desencadeamento da Revolução de Outubro, formadora da recém-extinta União Soviética, promovida pelo campesinato e operariado e capitaneado por líderes marxistas.

Destituíram do poder político a aristocracia dominante, mantenedora de uma economia semifeudal, objetivando a implantação de uma sociedade sem classes sociais, ou seja, a determinação de uma igualdade social imposta a partir de uma economia centralizada no Estado operário, o qual seria – ou foi – o único proprietário dos meios de produção.

Entendia-se o socialismo real/Estado operário como ponte necessária para o estabelecimento do comunismo/não-Estado.

O socialismo real/Estado operário redundou, como dito antes, num estrondoso fracasso com o desmoronamento do Estado soviético.

Fato que não nega a possibilidade de uma nova experiência socialista em moldes não-totalitários – e é bom repetir e repetir este caminho – e, necessariamente, distante do atual conjunto de forças de conformação do modo de pensar capitalista direcionado a todo indivíduo/cidadão.

Seus principais princípios foram, ou teriam sido, além dos já citados da igualdade social e da propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado operário, a liberdade condicionada a uma ideologia visando a negação do capitalismo/Estado burguês, coletivização das terras junto ao campesinato remanescente à devastação do latifúndio, co-gestão da produção das mercadorias pelo operariado e burocracia estatal e administração política do sistema através de partido único, isto é, através da ditadura do proletariado.

Ao fim, caracterizou-se tão-somente por uma gigantesca máquina burocrática promotora de uma sociedade oprimida e carente; e

3. Caracterizar o comunismo/não-Estado e o anarquismo/não-Estado a partir de um conjunto conceitual, remete à tentativa de descrever um “vir a ser”, um ideal de sociedade desprovida de dominação e alienação do homem pelo e sobre o homem.

Ademais, o entendimento daquela conceituação pelo homem individual e coletivo, quase majoritariamente inaceitável, é bastante tênue.

Inicialmente, é mister notar que vislumbram uma sociedade sem Estado, portanto, confirmam a necessidade da negação da autoridade política para aquele fim.

A prática da autoridade política, como já dito, obtida via sufrágio universal/democracia burguesa, é considerada como um dos principais fatores que degradam a existência do homem, especialmente a partir da doutrina anarquista.

Viver sob a égide do anarquismo/comunismo, seria viver com a real possibilidade de cada ser humano experimentar a verdadeira igualdade social em todos os aspectos das relações humanas, aspecto frustradamente buscado pelo socialismo real/Estado operário, e a verdadeira liberdade com toda a amplitude necessária ao resgate do individualismo responsável, aspecto mentirosamente discursado pelo sistema capitalista/Estado burguês.

A produção da riqueza do homem teria como lema maior a solidariedade econômica, sustentáculo maior daquelas organizações sociais libertadas da instituição Estado.

Ou seja, o jogo da economia deixaria de ser estruturado a partir do mercado liberal, baseado na competição e no lucro, ou do planejamento econômico centralizado, alicerçado na burocracia e no estatismo, para passar à seguinte função: “*De cada um de acordo com suas potencialidades, a cada um de acordo com suas necessidades*”.

Enunciado que trata da primeira e fundamental função econômica decorrente do entendimento de que a propriedade privada se origina de uma apropriação indevida e injustificável.

A grande diferença entre anarquismo e comunismo, enquanto estruturas de organizações sociais, reside nos meios idealizados por seus teóricos de superar o sistema capitalista/Estado moderno.

Isto é, o anarquismo prega a possibilidade de uma passagem imediata através de processo insurrecional da classe trabalhadora, já o comunismo advoga sua conquista através da conformação do socialismo real/Estado operário¹⁶, via processo revolucionário do proletariado.

Lamentavelmente, é preciso dizer que ambas as formas implicam derramamento de sangue, exatamente, porque o homem ainda não tomou

16. Daniel Guérin, em escrito intitulado “Irmãos Gêmeos - Irmãos Inimigos”, reproduzido no livro *O Anarquismo e a Democracia Burguesa*, editado pela Global, em São Paulo, em 1986, sobre a questão, expõe (p. 102) assim o seu entendimento: “O anarquismo é inseparável do marxismo. ... Vejo aí dois irmãos, numa disputa sem sentido, que faz deles irmãos inimigos. Eles formulam duas variantes, extremamente aparentadas de um só e mesmo socialismo. ... A sua estratégia a longo prazo, a finalidade última é, afinal de contas, idêntica. Propõem ambos destruir o capitalismo e abolir o Estado, acabar todos os tutores e confiar as riquezas aos próprios trabalhadores. Apenas estão em desacordo quanto a alguns meios de como lá chegar. ... O seu desacordo de há um século estava sobretudo no ritmo de desaparecimento do Estado no seguimento de uma revolução, ...”. Com isto, claro fica, que o socialismo é realmente a primazia do trabalho sobre o capital, o qual, para estabelecer sua hegemonia, deve superar a autoridade política através da negação do instituto Estado e a autoridade econômica através da destruição da propriedade privada, seja por qual método for.

o amor como a melhor arma de promover a evolução da humanidade, como idealizava Tolstoi.

Evidentemente que os processos de mutações qualitativas das organizações sociais não são tão simples de serem alcançados, pressupondo-se a superação de uma determinada organização social e a conseqüente adoção de uma outra.

O entendimento da história sempre adquire uma complexidade que transcende ao conhecimento do homem coletivo, à medida mesmo que lhe é sonhada uma sabedoria maior pelos gestores das sociedades, daí a lentidão das transformações sociais mais positivas.

Dir-se-ia, do ponto de vista da fé, que toda negatividade da história tem resultado do mal uso do livre-arbítrio concedido pelo Deus mensageiro da concórdia, da verdade e da fraternidade para os homens como acreditava Tolstoi.

Para finalizar, poder-se-ia ampliar o contexto do tema abordado permeando-o com o conceito do nacionalismo, enquanto eficaz variável política de aglomeração e desaglomeração comunitárias, portanto, conformador da instituição Estado, logo, justificador por si só da autoridade política.

Nacionalismo, com cujas ações externas intrínsecas de sua natureza, tanto tem gerado guerras e destruição humana, disseminando o ódio e o rancor entre os homens, para fazer valer seus territórios, seus Estados nacionais.

Talvez a raça humana ainda tenha que esperar muito para, à medida que o nacionalismo também desfaça fronteiras, que seja desencadeado um só movimento mundial que pretenda extinguir todas as nações para fazer nascer a Nação Humanidade, desarmada da divisão, da mentira e da violência como pensava Tolstoi.

LEITURA CRÍTICA DA MODERNIDADE

O paradigma anarquista é entendido pelo senso comum como uma perspectiva política pervertida, porque representaria a adoção de uma organização social estruturada no caos, o que negaria todos os avanços institucionais conquistados pelo homem ao longo da história.

Não obstante o sentido negativo divulgado pela democracia burguesa, e sua derrota, enquanto linha de ação a ser desenvolvida pelos trabalhadores filiados à Internacional Socialista, ocorrida no final de século passado, para o marxismo, que, afinal, também findou sucumbindo, representa um valioso instrumental para uma percepção das entrelinhas desta modernidade.

O ponto de partida é o necessário entendimento e conscientização do seu fundamento maior, qual seja, de que somente com a abolição, de imediato e por toda a globalidade, da autoridade política – e, por cascata, de todas as outras, isto é, das autoridades religiosa, econômica, científica etc. – e do conseqüente instituto Estado, é que seria possível resgatar verdadeiramente a grande parcela da humanidade que vive na miséria material, portanto, marcada pela degradação social.

Se, de um lado, a organização social alicerçada no paradigma anarquista seria incapaz de conduzir a humanidade para o caminho do bem-estar social pleno, como foi argumentado para a configuração do seu descrédito, por outro, a democracia burguesa, que sobreviveu às disputas ideológicas travadas neste século, não tem oferecido evidências de que um dia atingirá aquele objetivo.

Se o fizer, certamente será com um custo social altíssimo, onde, possivelmente, a relação benefício/custo será menor do que a unidade, o que indicará o seu insucesso.

A possibilidade da leitura crítica sugerida reside no delineamento dessa defasagem expressa pela diferença negativa entre o discurso e a prática política desta democracia burguesa, cujo fundamento maior de seu imanente modo de produzir e distribuir as mercadorias e os serviços necessários à sobrevivência da humanidade é a competição entre os homens e as nações.

Naturalmente, os mais competentes acumulam uma estrutura de vida superior às suas necessidades de sobrevivência, determinando a perversa distribuição de renda com que está caracterizada a estratificação social da humanidade.

Corroboram para esse desenho, por exemplo, os números da UNICEF, demonstrando o resultado desta intrínseca contradição da democracia burguesa, demonstrando, inclusive, sub-reptícia, porque camufladora dos reais motivos daquela exclusão social.

A periferia de Manaus contempla um belíssimo exemplo de exclusão social¹⁷.

O anverso à competição seria a solidariedade, categoria que o anarquismo advoga para fazer fluir a produção e a distribuição da riqueza

17. O primeiro Livro do Autor, *Redesenhando o Projeto ZFM: um estado de alerta!*, Edições SEBRAE/AM, 1996, admite, exatamente, como hipótese maior o fato de que, com o Projeto ZFM, Manaus, apenas, cresceu economicamente, estando, ainda, muito longe do que se deveria entender por desenvolvimento econômico. Tal hipótese, passando ao largo de conceitos maiores como desenvolvimento social e desenvolvimento humano (vide *Toque Final*).

produzida pelo homem sem o mecanismo do estamento da ordem jurídico-político-ideológico que sustenta o instituto Estado.

Ou seja, os valores da humanidade não estariam sitiados na materialidade e no poder de compra de cada um, que por sua vez realimentam e dão forças à perpetuação da democracia burguesa, mas na busca da essência subjetiva que consubstancia a origem do ser humano.

O verdadeiro progresso do homem é aquele que oferece o aprimoramento da sua liberdade libertária, consciente e isenta de alienação e dominação.

O homem moderno está perdido com tanto progresso material, o qual tem sido financiado com vidas de milhares de nossos semelhantes.

A leitura da doutrina anarquista é indispensável ferramenta para o exercício da cidadania, cujo processo, até que haja um descondicionamento do modo de pensar imanente ao sistema capitalista/instituto Estado, induz ao aperfeiçoamento da democracia burguesa.

Não obstante, com a sua ajuda, talvez pudéssemos conquistar a possibilidade de passarmos a ser solidários ao invés de adversários, superando a própria democracia burguesa, através da ação libertária do consciente coletivo, descondicionando o modo de pensar capitalista.

Do ponto de vista do anarquismo cristiano, talvez aquela possibilidade significasse fazer bom uso do livre-arbítrio, gerando ecos positivos para o futuro da humanidade.

EM NOME DESSE TAL DE DEUS¹⁸

Não é raro o homem exclamar, a cada “vitória” obtida frente ao seu cotidiano, a seguinte expressão: “Graças a deus!!!”¹⁹ (**Deus com letra inicial minúscula é estratégico**).

18. A idéia deste artigo deve ser inserida no conceito do anarquismo cristiano de Leon Tolstói, ou seja, numa possibilidade de vida desprovida da autoridade e estruturada na solidariedade e na fé em Deus. A contextualização trabalhada é uma característica marcante do povo de um país subdesenvolvido e de grande “religiosidade”, como o Brasil. O Primeiro Mundo possui mecanismo de maior socialização. Seu povo é muito mais instruído e politizado. O hábito, portanto, de atribuir à ação divina os fatos decorrentes das relações de produção capitalistas, deve ser menor.

19. Talvez tal costume seja resultante dos ensinamentos bíblicos em I Tessalonicenses 5:18 e Hebreus 13:15, respectivamente: “Em tudo dai graças; porque esta é a vontade de Deus em Jesus Cristo para todos vós” e “Ofereçamos pois por ele a Deus, sem cessar, sacrifício de louvor, isto é, o fruto dos lábios que confessam o seu nome”. Extraídos da Bíblia citada anteriormente.

Vejam os três exemplos, que são suficientes para entendimento da idéia a ser exposta, tomados como paradigma para demonstrar o inadequado uso daquela expressão:

1. Dado homem, desempregado, *consegue*, finalmente, após longa penúria, um novo emprego, desabafa: “Graças a deus!!!”;

2. Dado trabalhador, aquele que verdadeiramente processa a produção *consegue* (a insistência do verbo “conseguir” acima e abaixo é proposital), após toda uma vida dedicada à reprodução do capital, comprar uma casa, agradece: “Graças a deus!!!”; e

3. Dado ser humano, enfermo por uma moléstia, já dominada pela prática médica, ao se curar expressa seu agradecimento através da mesmíssima expressão: “Graças a deus!!!”.

O que o homem não-instruído – condição determinada não-necessariamente por sua opção – precisa entender é que a consecução de qualquer “sucesso”, experimentado no seu dia-a-dia, não é obtido via *graça divina* (salvo eventos místicos), cuja *representatividade*, ou *DEUS*, concedeu-lhe o livre-arbítrio, mas, tão-somente, surge como resultante das relações de produção estabelecidas pela estrutura política e econômica vigente num dado momento histórico da existência humana.

Ou seja:

1. O novo emprego *conseguido*, dado como primeiro exemplo acima, é decorrente, fundamentalmente, da necessidade de uma produção adicional identificada pelo capitalista, considerando o atual modo de produzir e distribuir as mercadorias e serviços.

O emprego não é ofertado para que aquele homem readquiras as condições necessárias para sua sobrevivência, isto é, não é fruto de uma boa ação, não significa solidariedade humana, muito menos solidariedade econômica.

Em não se verificando aquela necessidade de produção, sempre decorrente do mercado, aquele homem continuaria credenciado à marginalidade e à periferia;

2. O trabalhador que *consegue* “comprar” uma casa, via ordem da propriedade privada, contribui para a ratificação do modo de produção capitalista/Estado moderno, constituindo-se em importante fator para a manutenção do estado de coisas vigente, baseado na competição, e não na solidariedade.

A busca daquele objetivo, de possuir casa própria, é resultante de uma cultura social dirigida, de estimulações progressivas e de caráter

alienante, que estabelece diferentes graus de sucesso perante a sociedade moderna, classificando de competentes aqueles que sobrevivem com e no mercado capitalista.

A situação concorrente leva à função social dominante, de que a respeitabilidade e a autoridade são preservadas diretamente em proporção ao poder econômico.

O seu oposto impõe àquele que não consegue casa própria o sentimento social de fracasso, de excluído das condições de vida condignas; e

3. Quando a medicina é oferecida aos seres humanos é porque os recursos financeiros aplicados em ciência básica, na obtenção de uma dada metodologia de cura e conseqüente instrumentação tecnológica, já estão, ou deverão ficar, acobertados pela rentabilidade requerida ao retorno econômico do capital empregado naquele fim, sobretudo, quando desenvolvida pela iniciativa privada.

A evolução da ciência da medicina e da ação médica também estão condicionadas à ótica do lucro, como nos outros dois exemplos.

Isto é, uma maior possibilidade de cura dos seres humanos é proporcional à capacidade financeira de cada um, de pagar mesmo por um determinado serviço, de poder comprar uma determinada medicação.

O discurso político que justifica o Estado moderno é o de favorecer o provimento da parcela da sociedade que não obtém oportunidades de se desenvolver no mercado competitivo do modo de produção capitalista, nos casos dos exemplos dados, criando postos de trabalho, construindo casas populares e ofertando serviços médicos.

É oportuno colocar à esta altura que as situações desfavoráveis dos mesmos exemplos caracterizados acima, ou seja, o não-sucesso, são, em geral, acomodados com o conformismo típico do não-instruído, através da explicação simplória de que decorrem da “vontade deus”.

Finalizando esta idéia, indicar-se-ia que a produção da riqueza material do homem e sua conseqüente distribuição, o estabelecimento e o desenvolvimento daquela produção, não é determinação divina, mas sim obra do próprio homem em decorrência da sua ação em sociedade.

Deus, o verdadeiro, aquele que edificou o sentido da existência da matéria e da não-matéria, deve estar cuidando de coisas maiores, pois, se assim não fosse, não teria concedido ao homem a responsabilidade de governar a si mesmo, portanto, a autonomia de determinar seu próprio destino.

Neste sentido, pediu que seu nome não fosse tomado em vão!!!...²⁰

20. Na mesma Bíblia, encontramos, segundo Exodo, capítulo XX, versículo 7: “Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão: porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão o nome do Senhor seu Deus”.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO HOMEM PRODUTOR²¹

“...É verdade que alguns problemas podem ser resolvidos, alguns males erradicados, tanto individualmente quanto na vida social. Podemos poupar os homens da fome, da miséria ou da injustiça, podemos resgatá-los da escravidão ou da prisão e praticar o bem - ...; mas qualquer estudo da sociedade demonstra que toda solução cria uma nova situação que engendra suas próprias novas necessidades e problemas, novas exigências...” (Isaiah Berlim, *Limites da Utopia*, capítulos da *História das Idéias*, Companhia das Letras, São Paulo, 1991)

A idéia do artigo é indicar a participação política ou não do *homem produtor* (aquele que efetivamente gera a riqueza material) nas gestões das sociedades básicas²² (escravagista, aristocrática e capitalista²³) configuradas na evolução da humanidade defronte ao correspondente perfil de Estado.

Deve-se esclarecer que a idéia fluirá a partir da conceituação de que é a base econômica que, suportando e ao mesmo tempo sendo condicionada pelas esferas política e ideológica de uma sociedade, substancia o respectivo perfil de Estado.

O sistema concernente é justificado pelo seu ordenamento jurídico num todo “harmônico” e “coeso”.

21. Artigo derivado do trabalho acadêmico intitulado “Características Fundamentais da Evolução Relativa da Intenção Social nas Concepções de Estado Escravagista, Absoluto e Moderno”, apresentado para fins de avaliação do aproveitamento da disciplina Epistemologia, ministrada pelo Prof. M. Sc. Amecy Bentz de Souza, durante o Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Ciência Política, promovido pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA/Campus Manaus, durante os semestres 92.2 e 93.1, o qual recebeu nota 9,0. Nesta 2ª edição, anexei-o aos *Toques Adicionais*.

22. É esclarecedor citar que, segundo Friedrich Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Coleção Síntese, editado pela Editorial Presença, em Lisboa, em 1976, no período histórico muito passado à configuração do Estado escravagista, denominado de sociedade primitiva, havia tão-somente a divisão natural do trabalho, isto é, a produção da riqueza era realizada no sentido comunitário, em contraposição à divisão social do trabalho por classes, possível a partir da idealização da autoridade política/instituto Estado, que surgiu como solução para o desmantelamento da ordem gentilícia, ocorrida como conseqüência da posse das coisas de forma acumulativa e individual, dando lugar à ordem familiar patriarcal, como instrumento de perpetuar a herança, a acumulação, que com o passar dos tempos, tem sido gerada com o trabalho de terceiros.

23. É evidente que a seqüência das sociedades, enquanto tipologicamente definidas, não é linear como abordada, até porque há bem pouco tempo atrás havia escravos como figura jurídica legal. Contudo, a linearidade pode ser admitida para facilitar o entendimento da mensagem do artigo.

Este molde de leitura histórica²⁴ é que permitirá perceber as condições de participação política (e de existência) do *homem produtor*²⁵.

Então:

1. Foram a Reforma e a Revolução Francesa que propiciaram o assentamento institucional do Estado burguês, entendido laico, impessoal e democrático e que ofereceram o período de transição entre a sociedade aristocrática e a capitalista²⁶.

Ambas sucederam à sociedade baseada na escravidão, corpo social do Estado escravagista, cuja gestão deveria estar a cargo de filósofos ou reis-filósofos, devidamente pinçados do conjunto de indivíduos exemplarmente educados para aquele fim²⁷.

Entretanto, ocorre que a totalidade dos homens só veio a ser considerada tecido social como um todo de uma sociedade nesta contemporaneidade.

24. Trata-se do materialismo histórico que, segundo expressa a *Enciclopedia del Pensamiento Político*, dirigida por David Miller, editada pela Alianza Editorial, na Espanha, em 1987, "... es simplemente formulada en la proposición de que la base económica determina la superestructura política e ideológica". Tem-se, em nível de entendimento filosófico e acadêmico, que a percepção da sociedade estruturada a partir de classes sociais diferenciadas só veio formar consciência com o desenvolvimento do método científico do materialismo histórico.

25. O livro *História das Ideologias: do escravagismo ao feudalismo*, volume 1, dirigido por V. S. Pokrovski, editado pela Editorial Estampa, em Lisboa, em 1972, esclarece (p. 12) assim a questão: "As concepções políticas, jurídicas, religiosas, estéticas e filosóficas da sociedade têm um carácter de classe, são criadas por uma determinada classe para as pôr ao serviço dos seus interesses", ou seja, "Numa sociedade em que existem exploradores, estas idéias (políticas e jurídicas dominantes na sociedade) não podem nem puderam ser a expressão dos interesses de toda a sociedade" (acréscimo nosso).

26. Ver nota de rodapé n.º 13.

27. É o que se abstrai das passagens contidas nos "Diálogos", acerca de *A República*, de Platão: "A menos que os filósofos sejam reis ou que os que hodiernamente se nomeiam reis e soberanos sejam ... filósofos, ... , não há medicina para os males que afligem e devastam o Estado e o próprio gênero humano, nem jamais surgirá na Terra e virá à luz do sol o Estado perfeito, cujo plano projetamos Porque bem sei como é difícil perceber que o bem-estar público e particular dependem de tal condição". Está claro que a solução para um Estado perfeito em Platão não passava pela consideração da totalidade da sociedade. A sua cultura não lhe permitia refletir o escravo como socialmente atuante na busca de uma solução politicamente melhor. O papel no processo político cabia única e exclusivamente à classe privilegiada constituída de reis, filósofos e indivíduos devidamente educados, os senhores de escravos da época.

O escravo era considerado uma propriedade viva, instrumental indispensável à vida do seu senhor, detentor da autoridade política daquela época, ao qual pertencia de um modo absoluto²⁸.

Portanto, está claro que o escravo, elemento vivo da base econômica no Estado escravagista, não teve participação nos processos políticos daquela época (muito menos, por via de consequência, condições dignas de existência), cujas decisões buscavam soluções "melhores" para as sociedades.

Ou seja, a concepção do Estado escravagista não contemplava a plenitude social daquela sociedade, onde a estrutura política e ideológica determinava que a força de trabalho atuante na produção da riqueza ainda teria muito a vencer no sentido de obter direito a participar do processo político;

2. A base econômica do Estado feudal foi composta pela massa de servos, onde a terra continuava sendo a principal fonte de geração de riqueza.

O servo, a exemplo do escravo, também não teve oportunidade de participar dos processos políticos de sua época.

Maquiavel, em *O Príncipe*, professorava que o exercício do poder do Estado deveria estar fundamentado num governo com controle rígido sobre os indivíduos.

Para tanto, concebeu a figura de um tal príncipe, cujo principado ou era herdado pela hereditariedade, ou conquistado através da guerra, ou adquirido pela fortuna, ou outorgado por mérito²⁹.

A lição, ainda que direcionada para a sua região natal, a combalida Florença, identifica a tipologia da ação política dominante que vigeu no sistema feudal.

28. Aristóteles confirma esta interpretação quando diz em *A Política* o seguinte: "(...): a autoridade civil ou política é aquela que governa homens livres e iguais (...); o escravo, ao contrário, não só é servo do senhor, como ainda lhe pertence de um modo absoluto. (...) a propriedade é um instrumento essencial à vida, (...) e o escravo é uma propriedade viva.", "(...) A autoridade e a obediência não só são coisas necessárias, mas ainda são úteis. Alguns seres, ao nascer, se vêem destinados a obedecer; outros, a mandar" e "Há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros (...) nos quais o emprego da força humana é o melhor que deles se obtém. Partindo dos nossos princípios, tais indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão, porque, para eles, nada é mais fácil que obedecer ...".

29. É o que se confirma com a passagem a seguir transcrita de *O Príncipe/escritos políticos*, de Nicolau Maquiavel: "Os principados ou são hereditários, cujo senhor é príncipe pelo sangue, por longo tempo, ou são novos (...) Estes domínios (quanto aos novos) (...) são, ou acostumados à sujeição ao príncipe, ou são livres, e são adquiridos com tropas de outrem ou própria, pela fortuna ou por mérito" (acréscimo nosso).

Ora, do ponto de vista do servo aquela perspectiva era nula.

Segundo Leo Huberman, em *História da Riqueza do Homem*, editado pela Guanabara, no Rio de Janeiro, em 1989, o elemento humano da base econômica do Estado feudal vivia em condições miseráveis.

Trabalhando longa e arduamente, conseguia arrancar do solo apenas o suficiente para sua sobrevivência, porque duas ou três vezes por semana tinha que trabalhar de graça para o dono da terra.

Embora tenha adquirido uma liberdade civil maior relativamente ao escravo³⁰ e algum dinheiro resultante do pagamento da pequena parcela da produção que produzia e lhe cabia, seria ingênuo admitir que pudesse objetivar a constituição de tropas, quer individualmente ou associativamente, a acumulação de fortunas, possuir linhagem aristocrática ou adquirir mérito para sequer participar do processo político quanto mais conquistar e conformar um Estado para governar com poder absoluto, como idealizava Maquiavel.

Ou seja, da mesma forma que no Estado escravagista, também no Estado feudal era restrita a participação da maior parte da totalidade da sociedade, especialmente da sua força de trabalho, no processo político de transformação do aparelho estatal, enquanto mecanismo institucional de evolução socioeconômica da humanidade; e

3. Foi, finalmente, a partir do surgimento, na Inglaterra, do *habeas corpus*, figura jurídica que garantiu a transformação social do súdito em cidadão, que se deu a possibilidade da participação política do *homem produtor* nas gestões das sociedades capitalistas³¹.

30. Leo Huberman, no livro citado no corpo do artigo, confirma a melhora relativa da condição social do servo em relação ao escravo assim: “Seu senhor (do servo) (...) concedia (...) uma espécie de segurança que o escravo nunca teve. Por pior que fosse o seu tratamento, o servo possuía família e lar e a utilização de alguma terra” (acréscimo nosso).

31. Luciano Gruppi, em *Tudo começou com MAQUIAVEL: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci*, editado pela L & PM, em Porto Alegre, em 1986, dissertando sobre a concepção burguesa do pensamento político de John Locke, segundo o próprio Gruppi, o fundador do empirismo filosófico moderno e teórico da Revolução liberal inglesa, (p. 13), expressa assim o seu entendimento: “Não se trata aqui da Revolução de 1648, mas da segunda revolução, que concluiu em 1689. Foi uma revolução de tipo liberal, que assinalou um acordo entre a monarquia e a aristocracia, por um lado, e a burguesia, pelo outro lado. Isso ocasionou o surgimento de normas parlamentares, bem como uma condução do Estado fundada numa declaração dos direitos do Parlamento, que foi definida em 1689. Na década anterior, surgira o *habeas corpus* (que tenhas o teu corpo), dispositivo que dificulta as prisões arbitrárias, sem uma denúncia bem definida. O *habeas corpus* estabelece algumas garantias que

O ineditismo daquela conquista alavancou o desenvolvimento do Estado burguês, também definido como moderno, baseado num contrato entre os cidadãos, o qual está viabilizado através das atuais constituições nacionais.

Institucionalizou-se o voto, ou seja, a prática do sufrágio universal, ensejando a concepção da democracia burguesa, também definida como moderna.

O “livre” mercado substituiu a terra, enquanto fonte principal de geração de riqueza e o trabalhador ao servo, na condição do elemento vivo da base econômica, agora do sistema capitalista/Estado burguês³².

Portanto, foi com o estabelecimento da condição de cidadania alcançada com a igualdade jurídica, conceito ainda insuficiente para promover a justiça social plena, que ofereceu ao *homem produtor* a condição de co-participante desta modernidade, não obstante, sua contribuição política maior esteja restrita aos dias das eleições.

A participação política conquistada pelo *homem produtor* tem-lhe assegurado melhores condições sociais de vida relativamente ao escravo e ao servo: ampliou-se o grau de liberdade civil, ofereceu-se uma educação que contribui para um maior grau de consciência política, dispôs-se, enfim, através da ação social do Estado burguês, de condições cada vez melhores de saúde, de moradia, de transporte, de lazer etc., muito embora sempre de forma tardia, insatisfatória e com caráter de favor por parte dos governantes, especialmente dos do Terceiro Mundo.

transformam o ‘súdito’ num ‘cidadão’. Nasce assim o cidadão, justamente na Inglaterra, e John Locke é o seu teórico. Locke observa que o homem no estado natural está plenamente livre, mas sente a necessidade de colocar limites à sua própria liberdade. Por quê? A fim de garantir a sua propriedade... Locke afirma que os homens se juntam em sociedades políticas e submetem-se a um governo com a finalidade principal de conservarem suas propriedades. O estado natural (isto é, a falta de um Estado) não garante a propriedade. É necessário constituir um Estado que garanta o exercício da propriedade, a segurança da propriedade” (acréscimo e grifos Gruppi). No caso, um pensador liberal oferece os argumentos anarquistas para a defesa de que a propriedade privada e a autoridade política caminham juntas e se reproduzem continuamente uma em função da outra!

32. Michel Beaud, em *História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias*, editado pela Brasiliense, em São Paulo, em 1989, introduzindo o tema “a era do imperialismo” (p. 191), professora assim o seu entendimento: “O capitalismo não é uma pessoa, nem uma instituição. Não quer, nem escolhe. É uma lógica em andamento através de um modo de produção: lógica cega, obstinada, de acumulação. Lógica que se apóia sobre a produção de bens, tendo o valor de uso como suporte de mais-valia (configurada através do trabalho assalariado) que deve voltar ao capital: ainda é mister que o valor seja realizado (no mercado), que a mercadoria seja vendida (no mercado); senão a acumulação se bloqueia, e isso pode ser a crise” (acréscimos nossos). Isto é, valem o mercado e o trabalho assalariado.

A participação política do *homem produtor*, obtida com o estabelecimento da atual sociedade capitalista, ou seja, com a superação do escravagismo e da servidão, é real.

Contudo, não se deve entender sua atual condição como resultante de uma solução final e acabada.

Outras forças sociais e políticas deverão ser agregadas, conforme sugere o pensamento de Isaiah Berlin, visando o aprimoramento do que se poderia chamar *Projeto Humanidade*.

Portanto, deve haver a permanente preocupação de reexame do sistema capitalista/Estado burguês no sentido do seu aperfeiçoamento até que surjam, através do reformismo ou da revolução, outras soluções mais aprimoradas do ponto de vista da justiça social, econômica e política, ainda não-inteligíveis ao pensamento humano.

Vamos em frente, ainda que os limites da utopia estejam e sejam sempre tão distantes do entendimento humano.

O QUE SERIA PROJETO HUMANIDADE?³³

Expressamos no artigo passado e expressaremos em alguns outros pela frente, sempre como paradigma de questionamento do atual estado de coisas político, social e econômico, um ideal de sociedade para os homens onde prevaleçam a cooperação e a paz, ao qual denominamos “Projeto de Humanidade”.

Ou seja, um ideal de sociedade em que estejam erradicadas a miséria e a dominação/alienação.

A idéia é indicar as teses fundamentais e as variáveis estruturais de uma organização social onde inexistisse a autoridade, a propriedade e o instituto Estado.

Desejamos registrar o entendimento de tê-lo como um “projeto” de difícil aplicabilidade por questões culturais e psicológicas alimentadas e mantidas no viver do homem, as quais perduram por toda a sua existência histórica.

33. Idéia desenvolvida a partir da leitura da “Proposição justificada ao Comitê Central da Liga da Paz e da Liberdade”, elaborada por M. Bakunin, reproduzida no livro *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*, daquele autor anarquista, editado pela Cortez, em São Paulo, em 1988, como elemento literário da Coleção Pensamento e Ação.

Mas, vamos lá:

1. “Projeto humanidade” em que cada homem possa realizar suas reais aspirações individuais, a partir da negação de todo e qualquer sistema de valores imposto como instrumento de manutenção de jugo, como os que têm sido repassados ao longo dos tempos através dos discursos políticos justificadores dos próprios jugos;

2. “Projeto humanidade” onde nenhum homem ou grupamento de homens, quer acobertados pelo manto da iniciativa privada ou estatal, ou ainda em nome do conhecimento ou da ciência, disponha de meios de reproduzir o seu conforto e lazer com base na exploração do trabalho alheio, mas em contrapartida, que todos os homens, assegurados cooperativamente dos meios de produzir e de consumir, tenham o suficiente para a satisfação de suas existências a partir da contribuição possível e dedicada de cada um;

3. “Projeto humanidade” em que, para a gestão das sociedades, inexistisse a necessidade de polícias ou quaisquer instituições que tenham dentre seus objetivos a possibilidade de ação coercitiva para assegurar qualquer que seja o tipo de poder;

4. “Projeto humanidade” onde a organização da vida social tenha como força motriz apenas as necessidades naturais de todos os indivíduos, isto é, uma organização de vida que esteja pautada na solidariedade, a qual deverá estar permeada de valores que desestimule a acumulação individual de bens materiais;

5. “Projeto humanidade” em que não seja permitido o estabelecimento de qualquer ordem jurídica que contemple mecanismos que possibilitem a formação de elites a conduzir as sociedades por caminhos interligados a redes de privilégios que as façam mentirosas e afortunadamente diferenciadas, mas tão-somente elabore um código de conduta aplicável à toda humanidade visando a valorização dos direitos e deveres naturais de todo homem, o qual, inclusive, terá revisões permanentes até o momento em que os homens o entenderem de caráter irrepreensível;

6. “Projeto humanidade” onde toda criança e todos aqueles incapazes de prover sua existência tenham garantia dos meios de vida; onde todo indivíduo tenha, se assim desejar, a real perspectiva da instrução científica, até os graus mais elevados;

7. “Projeto humanidade” em que a busca da ciência e a aplicação tecnológica concernente sejam decididas dentro de princípios nobres

objetivando a melhoria da qualidade de vida de toda a humanidade e não desenvolvidas com caráter mercenário³⁴;

8. “Projeto humanidade” onde esteja banido todo e qualquer tipo de autoridade política, religiosa, jurídica ou econômica;

9. “Projeto humanidade” em que inexistam nações, onde o patriotismo seja cultuado em favor de todas as raças e, por conseguinte, haja fraternidade, e não guerras, entre todos os homens;

10³⁵. “Projeto humanidade” em que a família seja um instituto resultante do amor, liberto de todo e qualquer aspecto legal, econômico e/ou religioso.

Registro mais uma vez que entendo uma grande pretensão apontar um caminho, um perfil de um “projeto humanidade”.

De qualquer forma, a única direção³⁶ e sentido³⁷ positivo é nos libertarmos do processo de opressão e alienação que a autoridade política/instituto Estado determina, o que, certamente, não será nada fácil.

34. Vide o primeiro dos artigos elencados como *Toques Críticos* intitulado “A faceta mercenária da tecnologia”, onde o tema é explorado com maior amplitude.

35. Seria extremamente profícuo para a busca deste ideal, de um “projeto humanidade”, que os 10 itens se transformassem nos 10 mandamentos para o século 21, onde aqueles 10 do início dos milênios (vide Exodo, capítulo XX), já fizessem parte da cultura social do homem. Ou por outra, não deveria mais ser admissível que um “projeto” que fale de amor, fraternidade, solidariedade, paz e cooperação seja tomado como sinônimo de desordem e bagunça, como historicamente tem sido divulgado.

36. O estado de coisas descrito com os 10 itens poderia ser possível como resultante do pensamento positivo de toda a “humanidade” com fim de se superar todos os sentimentos pequenos, como o egoísmo e a ambição. Contudo, jamais será possível atingi-lo continuando a adotar como guia ideológico aquele deus pequeno presente referenciado na moeda norte-americana, conforme acusamos no *Toque Inicial*. A energização positiva seria a presença no coração e mente de todos os homens do perdão e da sabedoria, bem como da máxima cristã “Amai ao próximo como a si próprio” (Vide S. Mateus, capítulo XIX, versículo 19).

37. Além do caminho indicado na nota de rodapé anterior, o qual, não resta dúvida, seria o desejável do ponto de vista do anarquismo cristão, restariam, ainda, duas outras alternativas de ação: a *via sangrenta* da perspectiva revolucionária ou insurrecional ou a *superação imediata do jogo político estabelecido* que, por seu aspecto totalitário resultante da passagem dos sistemas, poderia determinar um custo humanitário muito alto, o que, exatamente, o “projeto humanidade” procura resgatar; e, a *via do reformismo, da conciliação* ou a *utilização do próprio jogo político estabelecido*, ou seja, com a utilização dos mesmos mecanismos de dominação e exploração da atual arte de governar, o que envolveria um alto grau de risco com a possibilidade dos homens, inicialmente, imbuídos de boa vontade no sentido daquela mudança fundamental, desenvolverem o gosto pelo exercício do poder. Embora intimamente torçamos pelo desenrolar do caminho indicado na nota de rodapé passada, apesar da sua intrínseca ingenuidade, nutrimos o sentimento pessimista em relação a

O ordenamento dos itens não remete a uma ordem de prioridades, isto é, todos são prioritários.

É quase isso aí ... !!!

IDEOLOGIA DO LUCRO³⁸

“7. E agora, ó Senhor Deus, tu me fizeste reinar a mim teu servo em *lograr* de David meu pai: mas eu sou um menino pequenino, e que não sei por onde hei de sair, nem por onde hei de entrar. 8. E o teu servo se acha no meio de um povo, que tu escolheste, de um povo infinito, que não pode contar-se nem reduzir-se a número pela sua multidão. 9. Tu pois darás a teu servo um coração dócil, para poder julgar o teu povo, e discernir entre o bem e o mal: porque quem poderá julgar a este povo, a este teu povo tão vasto? 10. Agradou pois ao Senhor esta oração, por ter Salomão pedido uma tal coisa. 11. E o Senhor disse a Salomão: Pois que esta foi a petição que me fizeste, e não pediste para ti nem muitos dias, nem riquezas, nem a morte de teus inimigos, mas pediste-me para ti a sabedoria para discernires o que é justo, 12. Eis pois te fiz o que me pediste, e te dei um coração tão cheio de sabedoria e de inteligência, que nenhum antes de ti te foi semelhante, nem se levantará tal depois de ti”. (III Livro dos Reis, capítulo 3, versículos 7 a 12, extraído de *A Bíblia Sagrada*, editada em 1902, em Lisboa, Depósito das Escrituras Sagradas, Rua das Janelas Verdes, 32, da edição aprovada em 1842 pela Rainha D. Maria II, com consulta do Patriarca Arcebispo eleito de Lisboa).

A idéia do artigo parte da interpretação deste Autor acerca da passagem bíblica epigrafada em que Salomão ponderou com Deus que

qualquer dos caminhos indicados. Talvez a solução esteja mesmo em se trabalhar, e nisto em muito se assemelha à *via reformista*, como a história tem demonstrado, pelas condições necessárias para as micromudanças, como as que propiciaram a superação da escravidão e da servidão, as quais possibilitarão, por aproximações sucessivas, um vislumbamento mais cristalino do estado de coisas apenas pincelado superficialmente com o “projeto humanidade”. Neste sentido, foi uma pena a humanidade ter perdido, por questões totalitárias e de ilhamento cultural e tecnológico, a experiência do socialismo real.

38. Artigo derivado do trabalho acadêmico intitulado “Ideologia do Lucro: traços fundamentais”, apresentado para fins de avaliação do aproveitamento da disciplina Ideologia, Política e Desenvolvimento, ministrada pelo Prof. M. Sc. Arminda Rachel Mourão Diederichs, durante o Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Ciência Política, promovido pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA/Campus Manaus, durante os semestres 92.2 e 93.1, o qual recebeu nota 9,0. Nesta 2ª edição, anexeio aos *Toques Adicionais*.

entendia necessitar da capacidade para discernir o que é justo e, assim, governar o povo de Deus, o qual, com regozijo, afiançou-lhe que teria sabedoria necessária para tal, pois não lhe havia pedido nem vida longa, nem morte aos inimigos, nem fortuna.

Este entendimento servirá, pois, como paradigma para fins de confrontação com o que se denominou *ideologia do lucro*, enquanto cultura comercial vigente nesta contemporaneidade decorrente do sistema capitalista.

Ou seja, a idéia é demonstrar que o homem não tomou o exemplo de Salomão como ferramenta de condução dos caminhos da humanidade, mas, muito ao contrário, fixou a noção do ganho material, da acumulação individual e grupal, cultuada no sistema capitalista/Estado moderno, como base de realimentação, de reprodução do ideal de progresso permanente e grande linha mestra de evolução da civilização humana.

Inicialmente, tomou-se o conceito de *mais-valia*³⁹, desenvolvido por Marx, para entender como se dá o lucro, o qual, no entendimento liberal, fornece o capital necessário para formar a possibilidade daquele progresso material⁴⁰, visivelmente acumulado numa pequena parcela do conjunto da sociedade, exatamente aquela que detém o poder econômico e político, portanto, que mantém a operação do sistema capitalista.

Adicionalmente, numa linguagem da análise de investimentos, admitiu-se o lucro como resultante da cobrança de juros, o qual, por sua vez, é

39. Vejamos a definição que o *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom Bottomore, pela Jorge Zahar Editor, no Rio de Janeiro, em 1988, oferece (p. 229) acerca do conceito *mais-valia e lucro*: “O capitalista adianta DINHEIRO para a compra de FORÇA DE TRABALHO e meios de produção; depois de terem os trabalhadores produzido uma nova MERCADORIA com a ajuda dos meios de produção, o capitalista normalmente vende a mercadoria produzida por mais dinheiro do que o investido. Marx expressou esse movimento pela fórmula D-M-D’ (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro’), onde D’, o dinheiro realizado com a venda das mercadorias, é maior que D, o dinheiro investido ou adiantado. Se os preços pagos e recebidos são iguais em valor esse dinheiro adicional é a *mais-valia* que, nessa forma fenomenal, *corresponde à categoria contábil convencional de margem bruta (ou lucro bruto)*: o tanto em que a receita das vendas excede o custo direto dos bens vendidos” (grifo nosso). Existem polêmicas quanto ao conceito quando contextualizado à teoria da transformação dos valores em preços, as quais não cabem no contexto deste Livro. O conceito de Marx poderia, ainda, ser compatibilizado com o de Proudhon, o que, também, não é objetivo deste Livro. Portanto, basta a assimilação do que foi grifado na transcrição conceitual acima.

40. Vide adiante o artigo intitulado “A faceta mercenária da tecnologia”, o qual aponta como se dá a reprodução, através de investimentos em P & D, da hegemonia econômica e política dos países centrais relativamente aos periféricos.

definido como a remuneração de todo investimento de capital que venha mais do que cobrir a decisão de abdicar de outras alternativas de destinação daquele recurso, inclusive, aquela de simplesmente consumi-lo.

A mensuração dos juros é dada pela tão propalada taxa de juros, obtida percentualmente, em tese, dividindo-se aquele juros pelo capital inicial.

É exatamente esse excesso advindo como retorno do capital empregado, então, que configura o lucro.

De outra forma, pode-se entender o lucro como sendo o que excede ao preço de custo do produto (caso da indústria) para o fabricante, isto é, tudo o que excede fundamentalmente aos meios de produção – insumos + máquinas e equipamentos + instalações fabris + tecnologia – e aos salários daqueles que efetivamente produzem a riqueza material do homem e que é apropriado pelo dono do capital.

A economia política do sistema capitalista/Estado moderno advoga sua necessidade como forma de manter os investimentos em patamares suficientes para a geração de renda e de emprego visando o bem-estar da sociedade.

O questionamento maior reside em encontrar a legitimidade⁴¹ primeira do instituto da propriedade privada, sustentáculo da *ideologia do lucro*.

Por sua vez, a atividade comercial, simples prática intermediária entre a produção e o consumidor, evidentemente que também se utiliza da figura do lucro como forma de reproduzir seus negócios.

Não obstante, até a Idade Média, associada ao clero, entendido como sucessor de Davi e de seu filho Salomão, a prática da aplicação de juros não era de todo louvável na cultura social e econômica determinada a partir da participação da Igreja na condução política dos caminhos da humanidade.

O modo de produzir e distribuir as mercadorias de então tinha base na vassalagem, que, por sua vez, oferecia a sustentação da respectiva estrutura ideológica e política, isto é, do Estado absoluto.

Ou seja, na consciência coletiva dos homens, aquela prática sugeria um pecado, portanto, uma conduta impeditiva ao acesso ao paraíso.

Logo, pode-se abstrair que os pensadores da Igreja daquela época chegaram até mesmo a condenar a acumulação de riqueza e a cobrança de juros, porque deveriam entender que o comércio afastava o homem de Deus⁴².

41. Legitimidade, segundo o anarquismo, inexistente. Aliás, admitida como um roubo, conforme dissemos no *Toque Inicial* que assegura PRODHOUN.

42. Hélio de Paula Leite em *Introdução à Administração Financeira*, editado pela Atlas, em São Paulo, em 1981, ilustra da seguinte forma aquela assertiva (p. 242-243): “Embora

Hoje, o próprio Banco do Vaticano opera dentro da ordem financeira internacional, onde a cobrança de juros é condição imprescindível ao funcionamento e manutenção do sistema capitalista/Estado moderno.

De tal forma, que podemos assegurar que não mais existe preconceito religioso, ético e muito menos moral contra a cobrança de juros; muito ao contrário, constituindo, portanto, a contextualização favorável para a *ideologia do lucro*.

A nova cultura significa o esquecimento, por completo, do exemplo de Salomão, oferecida pela passagem bíblica em tela no início do artigo⁴³.

Portanto, pode-se depreender que a guinada para a adoção do lucro como vetor de “avanço” social e econômico veio com o estabelecimento do Estado moderno (burguês) e o conseqüente modo de produzir e distribuir as mercadorias sob o sistema capitalista dado a partir das revoluções inglesa e francesa, cujos ideários de luta passaram a ser tomados como “pano de fundo” dos discursos políticos contemporâneos.

Ou seja, foi a essência daqueles acontecimentos, representando as forças revolucionárias desencadeadas durante os séculos 17 e 18 – importante para aquele momento histórico, porém hoje já de caráter reacionário – que determinou a cultura, a ideologia do lucro.

Entretanto, a confirmação da *ideologia do lucro*, como instrumento do progresso, ante o paradigma anarquista, porque vetor de legitimação da propriedade, tem determinado enormes desigualdades sociais, que fazem o trabalhador se caracterizar como o escravo que sustentava o modo de produção escravagista, apenas a diferenciar a possibilidade da posse de uma moradia, transporte, alguma saúde e uma limitada educação⁴⁴.

seja este um conceito (de juros) intuitivo e óbvio (para o anarquismo nada óbvio!) aos olhos do homem do século 20, a história está repleta de referências de reações contra a cobrança de juros, ou contra a usura. Pode-se mesmo afirmar que sempre houve um preconceito, quer de ordem religiosa, moral e ética, contra a cobrança de juros. (...) (...) . Os pensadores católicos da Idade Média absorveram completamente a condenação aristotélica da acumulação e da cobrança de juros. Santo Agostinho – 354/430 – acreditava que o comércio distanciava o homem de seu desejo de encontrar Deus e condenava explicitamente tanto a acumulação de riqueza como a cobrança de juros. (...) Para Santo Tomás de Aquino, o tempo a Deus pertence, sendo, portanto, injusta a cobrança de uma quantia a título de adiamento do consumo, o que correspondia à venda do tempo” (acréscimos nossos).

43. A convergência, é bom alertar, no entendimento da Igreja da Idade Média relativamente ao conceito de LUCRO/JUROS, frente ao exemplo de Salomão, não representa, necessariamente, que a sociedade daquela época experimentava uma adequada, muito menos plena, justiça social.

44. Da *Teoria da Mais-Valia: os fisiocratas; Reflexões acerca da Formação e Distribuição das Riquezas*, editado pela Global, em São Paulo, em 1979, decorre esta

É, portanto, exatamente com o *lucro (juros)*, advindo como retorno do capital empregado, num processo desenfreado e selvagem, quer em nível dos indivíduos, quer em nível dos grupos econômicos, ou dos agrupamentos nacionais – Estados modernos –, que tem determinado a má distribuição da riqueza produzida pelo homem, isto é, que tem determinado o aspecto piramidal da estratificação social, econômica e política da humanidade.

Reflete, enfim, a opção abraçada pelo homem moderno de não caminhar para o futuro com a perspectiva de conformação de uma sociedade estruturada com uma maior e mais adequada justiça social.

É a opção pelo progresso, pela *ideologia do lucro* em detrimento da própria humanidade do ser, sobre a qual perdemos cada vez mais a oportunidade de nos aprofundarmos e nos aprimorarmos.

Entretanto, o homem já superou os modos de produzir e distribuir as mercadorias com base na escravidão/Estado escravagista e na servidão/Estado absoluto por conta do fundamento essencial da dialética, que sugere que a cada solução social, econômica e/ou política, novas demandas engendram sua revisão para fins da evolução qualitativa e permanente da sua história⁴⁵.

Certamente, também superará o capitalismo/Estado moderno quando entendê-lo, quando perceber que será sempre insuficiente para prover o bem-estar de toda a humanidade, o que poderá acontecer a partir de sua sensibilização frente à miséria que este sistema de organização social produz.

A grande linha-mestra para melhorar, no futuro, o atual estado de coisas, talvez esteja na possibilidade da prática efetiva da solidariedade social e econômica.

A *ideologia do lucro*, então, poderá ser considerada como uma dada consciência coletiva ultrapassada do homem, como historicamente o é a escravidão e a servidão.

noção (p. 125), dado o seguinte raciocínio: “O simples trabalhador, que só pode contar com seus braços e sua habilidade, obtém apenas o que consegue vender aos outros (aos capitalistas, aos donos dos meios de produção) com o próprio esforço. Este seu esforço vende-o mais ou menos caro, mas esse preço mais ou menos alto, não depende apenas dele, resulta do acordo (no mercado de trabalho do sistema capitalista/Estado moderno, onde jamais haverá emprego pleno) que o trabalhador faz com aquele que paga seu trabalho. Este lhe paga o menos caro possível, como pode escolher entre um grande número de trabalhadores, prefere aquele que trabalha ao mais baixo preço. Os trabalhadores são portanto obrigados a baixar o preço em porfia entre si. Em todo gênero de trabalho, deve suceder e sucede, com efeito, que o salário do trabalhador se limita ao que lhe é necessário para sua subsistência”.

45. Releia o epígrafe do artigo “*Participação política do homem produtor*”.

Deve-se expressar, para finalizar, a preocupação por se estar vivendo uma época de ratificação do que se denominou ideologia do lucro, função da tendência conservadorista presente nas decisões políticas mundiais, que em última análise determinam o atual modo de viver, e que, certamente, retardarão a possibilidade da conquista da solidariedade social e, especialmente, da solidariedade econômica.

Pois que, é a busca desse lucro, quer em nível dos indivíduos, quer em nível dos grupos econômicos, bem como dos grupamentos ditos nacionais, busca desenfreada e cega, que determina a má distribuição da riqueza produzida pelos homens, ou seja, que determina o aspecto piramidal da estratificação social, econômica e política da humanidade⁴⁶.

Reflete, enfim, a opção abraçada pelo homem de caminhar através dos tempos.

É a opção pelo progresso em detrimento do próprio homem.

46. Alguns afoitos dirão: “... mas nos países desenvolvidos a miséria é extremamente minimizada e que, portanto, cabe aos demais países atingirem o nível concernente de desenvolvimento social e econômico”. A contra-argumentação (os mesmos afoitos dirão: “ingênua e fora de moda!”) está na teoria do imperialismo/dependência que demonstra, que indica que o nível de vida do Primeiro Mundo é mantido com a ordem financeira e econômica imposta pelos países hegemônicos, determinando uma permanente defasagem positiva para aquele nível de vida mais avançado, ao mesmo tempo não permitindo outra solução para as sociedades desfavorecidas que não a continuada e forçada “integração” com o sistema mundial de desenvolvimento econômico. O que ontem tinha o nome de industrialização, hoje tem o nome de globalização, onde sempre caminha, os países periféricos, na busca de paradigmas exógenos. É o novo discurso político mundial, cujo principal interlocutor **é o nosso Presidente da República, sociólogo da primeira grandeza, Fernando Henrique Cardoso**; são suas as seguintes frases, reproduzidas de *A Crítica*, de domingo, 13/10/96, do segmento POLÍTICA: “que pertence hoje à esquerda que percebeu que a mudança no modo de produzir não é a solução”, portanto, “que defende a universalização dos direitos e bens dentro da sociedade de mercado e não na mudança do modo de produção”. Tais posições sugerem que atingimos o modo perfeito, com o capitalismo, de produzir e distribuir a riqueza do homem, com o que entendemos, ainda que respeitando o grande desnível intelectual e acadêmico entre este Autor e o ilustre sociólogo, tratar-se de uma tendência futurista absoluta, porque estabelecerá uma estaticidade histórica inequivocamente inconsistente com a perspectiva humana quanto as transformações e conquistas radicais presentes no seu caminhar. Da mesma forma como entendo distante a solidariedade econômica, entendo distante também aquela estaticidade. Neste sentido, afirma FHC: “Os excluídos não são necessariamente os portadores do futuro, como pensa a esquerda vulgar”; lógico, imagina, alguém duvida que é o grande capital o único portador do futuro, aliás, como tem sido por todo o tempo passado?

Talvez seja tempo do homem rever seus valores éticos e morais objetivando estabelecer – no sentido mesmo de conhecer e participar de – uma sociedade que ofereça condições dignas de existência para cada ser humano, onde as perspectivas de conforto e de trabalho sejam determinadas pela escolha consciente e responsável de cada um.

Neste sentido, caberia a abstenção a que se impôs Salomão por parte daqueles que detêm a missão de fazer a humanidade caminhar, isto é, por parte daqueles que detêm o poder político e econômico nas mãos e com o qual governam as sociedades, ou seja, talvez a superação da cultura da busca contínua e compulsiva do progresso material, da *ideologia do lucro* como única forma de evolução da humanidade, a qual determina a miséria humana para muitos e a modernidade para poucos, implique um retorno à abstenção dos benefícios pessoais assumida por Salomão.

LOUVOR A COMTE, DESCRÉDITO A BAKUNIN

“O governo da ciência e dos homens de ciência, ainda que fossem positivistas, discípulos de Augusto Comte, ou ainda discípulos da escola doutrinária do comunismo alemão, não poderia ser outra coisa senão um governo impotente, ridículo, desumano, cruel, opressivo, explorador, malfazejo. Pode-se dizer dos homens de ciência, como tais, o que digo dos teólogos e metafísicos: eles não têm nem sentido, nem coração para os seres individuais e vivos.” (Mikhail Bakunin, *Deus e o Estado*, Cortez Editora, Coleção Pensamento e Ação, São Paulo, 1988).

O *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom Bottomore, pela Jorge Zahar Editor, no Rio de Janeiro, em 1988, informa que Comte foi o fundador do positivismo, cuja idéia central estava representada pela possibilidade de se estudar as sociedades a partir de métodos científicos das ciências naturais.

Constava do projeto a criação de uma sociologia em bases científicas, estruturada com uma metodologia com características evolucionistas e empirista, subdividida em três fases seqüenciais: teológica, metafísica e científica.

A passagem de uma fase a outra traria uma ordem institucional subsequente mais progressista, que propiciaria o atingimento de condições capazes de assegurar um determinado conhecimento sociocientífico, o qual serviria como meio para o desenvolvimento paulatino e consensual da humanidade através de reformas sociais efetivas.

No que interessa a este artigo, diríamos que aquele pensador induziu a humanidade⁴⁷ no sentido da busca de uma sociedade científico-industrial.

Sua injunção está direcionada à real perspectiva da conformação cada vez mais assegurada de uma sociedade futurista com relações sociais subordinadas à presença intensa dos efeitos resultantes da expansão tecnológica.

Para ratificar a ulterior ordem institucional científico-industrial prevista por Comte, o sistema capitalista/Estado moderno conta com o já conhecido *quarto poder*, constituído da informação instantânea para todos os recantos da Terra, levando à cultura do consumo que dá vazão à intrínseca necessidade do avanço da ciência e da tecnologia concernente como indispensável à evolução da humanidade.

Ou seja:

– Ninguém desconhece os trabalhos políticos das grandes potências industrializadas para a legitimação de uma ordem institucional mundial unipolar, a ser cultuada sem questionamentos, cuja possibilidade se deu pelo vazio político gerado com a derrocada da experiência do socialismo real em bases totalitárias, que também preferiu a tecnologia armamentista àquela beneficiadora de seus camaradas, como sugeria Bakunin;

– Como decorrência da nova ordem política mundial em gestação, surgirão instituições de competência global como a ONU que resguardarão os novos interesses de dominação com o discurso de estar em ação pela “paz” e “harmonia” de toda a humanidade;

– Todos perceberão a invasão em nossas vidas social e profissional da figura revolucionária do computador, o qual é tomado como sinônimo de competência profissional.

Aquele que ousar não se utilizar do computador, estará fora do mercado a partir do século 21, considerando o ritmo de sua adoção pelo Brasil, por exemplo⁴⁸; e

– Enfim, a própria capacidade de um povo, decorrente do exercício de dominação, de ampliar sua presença no espaço cósmico, ainda que em fronteiras próximas, criará a possibilidade do estabelecimento de uma outra estratificação socioeconômica mundial com a transferência de

47. Em cujo conjunto este Autor se sente incluído, uma vez que o modo de pensar do coletivo nacional brasileiro é fortemente positivista: ordem e progresso!

48. Como diremos adiante, o próprio símbolo escrito da bandeira do país não transmite uma norma de conduta positiva?

comunidades elitizadas para sobrevivência numa ambiência tecnologicamente mais perfeita e descontínua deste planeta, o qual será submetido a uma dependência milenar por falta de instrumentação técnica e capacidade financeira de alcançar o que certamente será considerado um novo grau de liberdade; teremos, então, a “casa” e a “senzala” da era cibernética.

O despropósito da idéia de Comte estava representado no entendimento de que os governos futuros à sua época, portanto da atualidade, utilizariam o conhecimento científico como base para o desencadeamento de reformas efetivas, que passariam a ser tomadas como justificativas pelas próprias sociedades, que consensualmente, admitiriam a nova ordem institucional política, econômica e tecnológica mundial.

Pois que não é bem o que se pode perceber a partir do estado de miséria abominável em que se encontra certamente mais da metade da totalidade dos seres humanos vivos, o que seria suficiente para a revisão do atual sistema capitalista/Estado moderno, estruturado no avanço tecnológico, sob o prisma da reprodução do capital, determinado como caminho a ser trilhado pela humanidade a qualquer custo.

A miséria não é erradicada porque a ciência e a tecnologia são desenvolvidas e direcionadas para o mercado do jogo liberal, o qual é constituído de indivíduos que auferem renda, portanto, elementos que representam ou que ajudam, consciente ou inconscientemente, a reproduzir o sistema capitalista/Estado moderno.

Ou seja, a modernidade só adquire sobrevida, aos moldes atuais, com a prática mercenária da ciência e da tecnologia⁴⁹.

O conjunto concernente de cidadãos, não atingido pela miséria, ora conscientemente, ora de forma alienada, reconhece como muito bom o estágio de organização social atingido, conferindo a Comte a validade histórica de sua contribuição intelectual para a humanidade.

Ainda bem que o trem do sistema capitalista/Estado moderno por vezes encontra pedras nos trilhos que requerem paradas obrigatórias para a sua remoção, pressupondo que a cultura socialista persiste, e oxalá por tempo suficiente para redirecionar a humanidade à verdadeira justiça social.

Para finalizar, resta concordar com Bakunin, que com seu eloquente, porém desordenado e emotivo discurso anarquista desacreditado, acertou exatamente no erro de Comte, ao assegurar que o homem provido do recurso da autoridade formal democrática assegurada pelo Estado

49. Como já dissemos, o artigo intitulado “A faceta mercenária da tecnologia”, reproduzido a seguir, esclarecerá a questão.

moderno, jamais calçaria a estrada do caminhar da existência humana com sentimento de solidariedade.

São de Bakunin as palavras transcritas adiante e tiradas do livro (p. 67) citado em epígrafe:

“Por uma crítica judiciosa, que ela (a ciência positiva) pode e que em última instância se verá forçada a exercer contra si mesma, ela deveria ter compreendido que, ao contrário, ela é somente um meio para a realização de um objetivo bem mais elevado: o da completa humanização de todos os indivíduos que nascem, vivem e morrem na Terra” (acréscimo nosso).

Lamentavelmente, devemos nos curvar à lógica de que a tecnologia continuará sendo propriedade privada do capital por muito tempo ainda!!!!...

TOQUES CRÍTICOS⁵⁰

A FACETA MERCENÁRIA DA TECNOLOGIA⁵¹

Uma simples observação do jogo político em ação nesta contemporaneidade, indica que a principal ferramenta do exercício da condição de hegemonia das grandes potências, ou países industrializados – se já não está efetivamente em uso –, será a capacidade de geração, e conseqüente propriedade, com aplicabilidade econômica viável, de tecnologia.

Entenda-se geração de tecnologia, como aquela que expande as fronteiras das linhas de produção direcionadas para o consumo de massa,

50. Dentro do contexto da ciência política existem duas posturas básicas: ou você corrobora para a perpetuação do atual estado de coisas, ou você o questiona, contribuindo para uma perspectiva de mudança. Os *Toques Críticos*, dispostos do abstrato para o cotidiano, se enquadram na segunda opção, cujo grande paradigma, enquanto “pano de fundo”, ainda que de forma sub-reptícia, é o anarquismo cristiano, ao qual declarei simpatia quando do *Toque Inicial*, aqui e acolá arranhado com a ilusória possibilidade do uso positivo da autoridade política.

51. Existem argumentos que negam a face negativa da tecnologia, advogando como sendo, a maneira como ela é desenvolvida, o meio mais adequado de multiplicar o “progresso” da humanidade, e, até mesmo, professorando que, se dessa forma não for, o “progresso” não se daria. Trata-se, como se vê, de uma “verdadeira” *Teoria do Progresso*. O ideal do progresso data de longe, chegando até a cultura dominante da formulação de projetos de desenvolvimento para os Estados modernos; por exemplo, no caso do Estado brasileiro, até a bandeira nacional traz, como *símbolo político-econômico positivista* norteador, maior, a palavra *progresso*. Contudo, admitiu-se, para o desenvolvimento da idéia, a efetiva melhoria da qualidade de vida de cada um dos seres humanos como sendo mais importante do que qualquer que seja o nível daquele *progresso*, do qual apenas uma minoria faz uso, especialmente considerando o conjunto dos povos que não desfruta das condições de vida que o primeiro mundo oferece aos seus concidadãos. A revisão indicada no artigo da *Faceta mercenária da tecnologia*, que abriria espaço para o conceito de solidariedade econômica que permeia a doutrina anarquista, contribuiria para uma possibilidade de melhoria geral no sentido do desenvolvimento social dos países despossuídos de tecnologia moderna.

favorecendo e, portanto, determinando o retorno do capital aplicado, isto é, sua inevitável e concentradora acumulação, que ocorre tanto na esfera dos indivíduos, quanto nas dos grupos empresariais e dos povos.

Ou seja, não será tão-somente o poderio bélico, enquanto esfera dos Estados nacionais “soberanos”, mas o domínio e o uso econômico do conhecimento e da informação.

A posição **atual da URSS**⁵² e do Japão, frente ao cenário político mundial, possibilita uma melhor visualização do acima lido.

Pois, então, vejamos:

1. O sistema de ditadura do proletariado, imposto na URSS, esgotou-se em sua potencialidade bélica, à medida da constatação, por sua recente elite política, da inexpressiva produção de escala, de consumo de massa, considerando-se, ainda – e até porque –, as sofríveis condições de qualidade e de preço das mercadorias produzidas naquela economia, fatos que a colocaram no caminho do mercado – no qual nos situamos – regulado por regras mercantins “livres” e “abertas”, porque “auto-disciplinado”, onde impera a busca da melhor produtividade e de uma “acirrada” competitividade, ditados pelos incrementos tecnológicos; e

2. Num mesmo sentido, a posição de destaque que o Japão desfruta nas decisões que delineiam os caminhos da humanidade – vide as famosas reuniões do Grupo dos 7 –, a despeito da fragilidade de suas forças armadas, é decorrente da pujante economia estabelecida, que conforma marcadamente o comércio internacional, a partir da decisão política de sua elite governante – talvez, até, única possibilidade para seu soerguimento como nação, considerando sua condição de perdedora no termo final da Segunda Guerra Mundial –, com a ajuda da hegemonia aliada, de investir maciçamente na educação de seu povo, voltada para obter o comando, certamente e ainda que de forma parcial, da fronteira tecnológica.

Fica, portanto, indicada uma convergência para a estimativa colocada no primeiro parágrafo, acerca de qual será o princípio fundamental do futuro jogo político entre os Estados nacionais “soberanos”.

52. Observar que sua desintegração total, enquanto Estado nacional constituído no concerto das nações, estava sendo concluída, após esgotadas, dois anos antes, as tentativas e os movimentos de auto-reforma do seu sistema político-econômico. Vide adiante artigo intitulado “*A sabedoria do povo russo*”, representando, no fundo, a esperança de que quase um século de experiência de um povo acobertada pelo manto do socialismo tergiversado determine, com o tempo, o revigoramento do verdadeiro socialismo para as futuras gerações da humanidade.

Ou seja, a URSS percebeu que seu desenvolvimento socioeconômico não está atrelado ao fortalecimento da sua já poderosa estrutura de guerra, ao mesmo tempo em que o Japão direciona sua potencialidade humana, seu capital humano, no sentido de obter uma contínua evolução da sua já influente economia e, ambos, intentam a mesmíssima coisa: permanecerem politicamente ativos e fortes entre aqueles que tomam as decisões mundiais, entre aqueles que detêm a hegemonia, a autoridade política maior do comando mundial.

E, o poder tecnológico de um povo é, e será cada vez mais, a principal arma, a mais importante variável desse princípio, configurando o já atual mercado de informações, do conhecimento...

A linha central deste artigo, contudo, é apontar uma possível demonstração de que a maneira de obter e trabalhar a tecnologia só é factível graças a sua intrínseca e camuflada *faceta mercenária*, para o que fica admitida a hipótese de que o poderio econômico de que dada nação dispõe, com base na digressão proposital do início, contempla-a com a possibilidade de influenciar, jurídica e politicamente, na formulação das regras que estruturam as relações entre os homens, especialmente, as das ordens social e econômica, isto é, contempla-a com uma importante parcela de poder na promoção da dominação e da alienação dos povos, das sociedades periféricas.

Então, dado que é o suporte financeiro o ponto chave que propicia o sucesso econômico, de acordo com os pressupostos da economia de mercado (a origem dessa fonte financeira é outra história ...), e que aquele mesmo suporte financia projetos de pesquisa e desenvolvimento – os famosos P & D – de novas tecnologias, têm-se – a partir da aplicação de um elementar princípio algébrico que diz: se A implica B e C, então B e C são mutuamente influentes – que também o poderio econômico é proporcional à capacidade tecnológica.

Ou seja, hoje, mais do que ontem, à medida da expansão das fronteiras de produção⁵³, que ocorre cada vez mais em menores espaços de tempo,

53. Além do sentido do artigo, a propósito, “expansão das fronteiras de produção” também pode ser entendido enquanto deslocamento do capital pelos espaços geográficos do planeta, hoje com uma codagem diferenciada: GLOBALIZAÇÃO. Realmente a globalização da economia não é coisa recente; já existe de há muito. Franklin Trein, filósofo pós-doutor pela Universidade de Estrasburgo, em entrevista (p. 30-35) concedida à publicação *Rumos do Desenvolvimento*, de responsabilidade da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento-ABDE, inicia assim a sua defesa de que o processo de globalização transcende à esfera econômica, portanto, determina implicações

determinando mudanças bruscas no mercado de consumo, condiciona o grau ideal de retorno do capital empreendido.

É este retorno que conforma o financiamento, em forma de uma “bola de neve”, para a manutenção e a ampliação do poder econômico.

Ou ainda, sobrevive a longo prazo aquele que tiver maior “poder de fogo” tecnológico; permanece no mercado aquele que despende, com sucesso, maiores volumes de recursos financeiros em P & D de novos processos produtivos e de novas mercadorias.

Logo, o processo de fortalecimento de uma nação ou de um povo dá-se à proporção que, enquanto Estado, oferece proteção e fomento ao capital nacional, ao passo que, ele próprio, com recursos da sociedade que governa, desencadeia um sistema educacional consubstanciado e convergente para o fim em questão, qual seja, de buscar e/ou manter a sua hegemonia econômica e política através da informação e do conhecimento, através da ciência e da tecnologia.

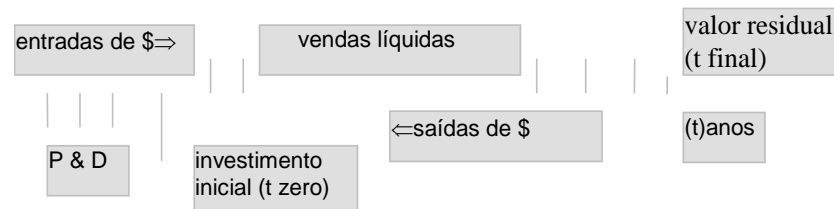
Este vetor de ação, de busca de uma posição econômica privilegiada, aclara o ponto que qualifica a variável tecnologia como fortemente mercenária.

Fica caracterizada, frente a linha de raciocínio em exposição, efetivamente, como mais uma mercadoria em processo contínuo de troca; certamente a de maior valor, de peso-ouro.

Sim, porque, pelas regras da economia de mercado, todas as inversões financeiras levadas a termo para a consecução de uma dada mercadoria, a ser posta ao consumo, são imputadas, de uma forma ou de outra, nos custos de produção, que acrescidas da margem de lucro, determinam o seu preço de venda.

socioculturais, introduzindo uma nova forma de vida entre as nações e homens: “A globalização não é um fenômeno novo. A rigor, podemos dizer que, na era moderna, ela começou com os grandes descobrimentos marítimos, no final do século 15. Naquele momento, a globalização teve, também, uma clara dimensão econômica, mas não ficava só nisso. Sabemos que a expansão da civilização européia para outras regiões do mundo foi um processo interativo com a expansão do conhecimento científico e tecnológico. (...) A grande revolução do pensamento científico associada aos descobrimentos foi o heliocentrismo. Assim, inaugurou uma nova visão do mundo, descortinou um novo horizonte para a civilização européia, até então prisioneira das sombras da Idade Média. Os descobrimentos marítimos, como um momento do processo de globalização, que tanto levou os europeus até os extremos da Ásia como os trouxe ao Novo Mundo, provocaram o surgimento de novos pólos de poder no Velho Continente, definindo uma nova ordem. (...) *Eu diria que, hoje, estamos diante de uma situação semelhante. A globalização, da qual tanto se fala nos dias atuais, supõe uma infra-estrutura tecnológica, como o caso da microeletrônica e da informática, sem a qual ela não seria possível. Ou seja, a*

Por exemplo, do ponto de vista da análise de investimentos, admita-se uma firma que desenvolve um certo produto a ser lançado no mercado; seu fluxo de caixa, sinteticamente, deverá ser:



cuja taxa de retorno, de remuneração, do capital deverá ser maior do que uma taxa mínima – geralmente, essa taxa de atratividade é maior do que a maior taxa que o mercado financeiro oferece para a remuneração dos ativos financeiros, pela própria lógica do sistema capitalista, visando cobrir o risco e a incerteza do empreendimento e o *stress* do empreendedor –, tomada como elemento na decisão final de implementar, ou não, determinado projeto industrial pertinente ao lançamento de uma nova mercadoria.

Ou seja, o valor do dinheiro no tempo, possível com a aplicação da taxa de retorno, admitida maior do que a de atratividade, e os métodos da engenharia econômica, demonstra a lucratividade do empreendimento, configurada, no momento inicial⁵⁴, como resultante positiva da subtração entre o somatório das entradas de dinheiro no caixa e o somatório das saídas de dinheiro no mesmo caixa.

Portanto, a partir da qual ficam satisfeitos, ou reproduzidos, os investimentos feitos, tanto em tecnologia, quanto no assentamento e manutenção da estrutura de produção, dada com a realização da venda estimada do produto, o que, por conseguinte, garante a estrutura financeira

54. O método concernente dentro da disciplina “Engenharia Econômica” denomina-se “método do valor presente” assim definido (p. 31) por Gerald A. Fleischer, no livro *Teoria da Aplicação do Capital: um estudo das decisões de investimento*, editado pela Edgard Blücher, em São Paulo, em 1973: “A característica essencial do método do valor presente é o *desconto para o valor presente* de todos os fluxos de caixa esperados como resultado de uma decisão de investimento. Isto é, a fim de satisfazer ao requisito básico, segundo o qual as alternativas devam ser comparadas somente se as conseqüências monetárias forem medidas em um ponto comum no tempo, a ‘data presente’ é arbitrariamente selecionada como o ponto de referência. (Na prática, a ‘data presente’ é determinada em relação ao problema particular dos juros. É geralmente definida como o tempo em que começa a vida do projeto.) O valor descontado líquido de todos os fluxos de caixa prospectivos é uma medida direta da atratividade econômica relativa do investimento proposto.” (grifos e acréscimos Fleischer).

para realimentação do sistema que oferece a base para o poderio econômico-tecnológico de que se falava no início deste artigo.

Há quem diga que os investimentos em P & D saem, são subtraídos, dos lucros.

Mas, abstraindo-se da questão popular “quem veio primeiro, o ovo ou a galinha?”, o que dizer das entradas de dinheiro no caixa em forma de pagamento por “direitos de patentes”, por ensinamentos de “saber como produzir” etc.?

Esta linha de raciocínio sugere um tipo de fluxo de caixa não-convencional, contudo, no entender anarquista, não desfaz a idéia de que a geração de tecnologia necessita, no modelo capitalista, de ser remunerada, isto é, que a busca tecnológica seja, indiscutivelmente, mercenária.

O lado mercenário da tecnologia, portanto, encerra a opção adotada pela aplicação de vultosos recursos financeiros, materiais e humanos – somatório das disponibilidades dos recursos, acomodados com caráter particular, existentes na economia mundial –, bem como, pelo tempo gasto na concepção, desenvolvimento e manutenção de projetos de pesquisa tecnológica, como linha estratégica de ação do capital⁵⁵.

55. H. Igor Ansoff, em *Estratégia Empresarial*, editado pela Mcgraw-Hill, em São Paulo, em 1977, explana a convergência da questão estratégica com P & D da seguinte forma (p. 107): “A mudança estratégica (...) representa um realinhamento do conjunto de produtos e mercados da empresa. Isto não significa diversificação, necessariamente, como se demonstra na matriz de crescimento apresentada abaixo. O crescimento (...) divide-se em duas partes, expansão e diversificação. Deve ser lembrado (...), que a primeira envolve penetração no mercado, desenvolvimento de mercados e desenvolvimentos de produtos.

produtos	atuais	novos
missões		
atuais	expansão⇒ (penetração no mercado)	expansão (desenvolvimento de produtos)
novas	expansão (desenvolvimento de mercados)	diversificação (des. de mercados e produtos)

De acordo com esta perspectiva, seria incorreto afirmar que muitas empresas não dão atenção ao problema estratégico entre crises importantes. Ao contrário, a maioria das empresas busca melhorar as tecnologias de produtos e processos, ampliar territórios

Sob outro ângulo, a tecnologia é mercenária, enquanto mercadoria embutida no processo das trocas comerciais, e, até mesmo, não raro, negociada de forma individualizada, porque, à medida da evolução do sistema descrito, abdica-se, cada vez mais como se fosse um valor legítimo, de direcionar aqueles escassos recursos – a economia não é a administração de recursos escassos? (já há quem diga que esta definição seja anacrônica, ultrapassada!) – na busca de tecnologias que, efetivamente, contribuam para a melhoria das condições de vida da totalidade da humanidade.

Decerto, o que se verifica, é que apenas uma pequena minoria desfruta da modernidade, a qual é fruto da estrutura tecnológica disponível, enquanto, a maioria se encontra à margem do “progresso”; verifica-se, como seqüência natural dada a essência egoísta do homem, que a tecnologia será, ou já é, um instrumento de poder político nas mãos dos países industrializados, como dito no início do artigo.

Uma distribuição de renda, em nível dos seres humanos, e não do conjunto de nacionalidades que conformam os Estados contemporâneos – o homem da Etiópia merece, até que sua dignidade seja resgatada, atenção maior do que o homem dos EUA – mais uniforme, mais justa, que tanto ilustram as Teorias Econômicas, perpassa pela revisão desse vetor de ação do capital.

Em paralelo, repousa sobre as grandes potências a maior carga de responsabilidade, do ponto de vista objetivo, no sentido de se estabelecer uma sociedade mais harmoniosa, menos sofrida, bastando abrir mão dessa nova ferramenta de dominação, repassando, efetivamente e a custo zero, as tecnologias concebidas para os países industrialmente menos desenvolvidos, a fim de que aprimorem o desenvolvimento social de seu povo.

Destarte, a não factibilidade dessa atitude representa exatamente a idéia que buscamos demonstrar, ou seja, de que a tecnologia tem valor no mercado de troca das mercadorias e que, portanto, sua busca e repasse tem um preço.

Como já se sabe, cabe aos países ditos periféricos, a opção de buscar uma melhor educação e saúde para seus cidadãos, se desejarem ser, no

de vendas e aumentar a participação no mercado. Em muitos casos, esses esforços são prolongamentos naturais e rotineiros da posição corrente em termos de produtos e mercados, resultando da extrapolação de tendências de pesquisas e desenvolvimento, modificações sentidas na procura do cliente, e disponibilidade de novas matérias. Assim, é correto dizer que em muitas empresas a estratégia não permanece estática, mas evolui, embora lentamente, em resposta a alterações do meio externo (acréscimos e grifos nossos).

futuro, co-participantes, com voz ativa, da condução dos destinos da humanidade.

Ou por outra, em permanecendo o modo de produzir e distribuir as mercadorias vigente e o agrupamento e estereotipagem dos seres humanos por diferenciadas nacionalidades, sob a tutela dos Estados respectivos, dilui-se a expectativa de um dia se configurar a superabundância mundial que descondicione a prática e a necessidade do homem de acumular bens e poder.

POLÍTICA INDUSTRIAL: neocolonialismo x projeto de sociedade

Até a década de 50, a produção industrial brasileira praticamente inexistia frente às dos países mais industrializados.

Sua produção estava representada, basicamente, pela ação do setor agrícola.

Esse contexto determinava um nível baixo de cultura tecnológica, e, por conseguinte, forças produtivas de bens de consumo representadas por um parque industrial pouco diversificado, sem expressão marcante no mercado interno e muito menos no externo.

Este cenário passou a se alterar a partir da decisão política brasileira de promover um acelerado processo de industrialização face, exatamente, àquele atraso do país no caminhar para a produção industrial.

O consumo de massa é uma característica marcante do nosso tempo e sua tendência é quase cristalina, inequívoca dentro das possibilidades do homem estimar o futuro.

A participação efetiva do Brasil no modo de produção contemporâneo – sistema capitalista – era, como continua sendo, inevitável para sua sobrevivência a longo prazo como Estado moderno independente e soberano – ainda que novas formas de colonialismo tenham sido desenvolvidas e postas em prática pelos países centrais frente aos periféricos.

A estratégia adotada na implantação e desenvolvimento daquele processo de industrialização teve como fator propulsor uma intensa integração com o fornecimento, em nível do permissível pelos países mais avançados, de tecnologia externa.

A tecnologia é uma das variáveis, talvez a mais importante, da conformação do neocolonialismo, ou seja, dependência política e econômica via dependência tecnológica.

Certamente, a principal fonte de poder para o exercício da hegemonia de um Estado moderno em nível mundial neste final de século e até, mais uma vez, onde se pode estimar, será a sua capacidade de geração de novas tecnologias, sobrepujando, até certo ponto, a força bélica⁵⁶.

A Alemanha e o Japão já não de agora participam de decisões mundiais, sem, contudo, possuírem estrutura militar proporcional aos países-potência, à representatividade de suas economias no contexto internacional, uma vez que foram impedidas de tal no termo final da Segunda Guerra.

A produção tecnológica de um país determina um dado estágio de qualidade e eficiência com que combina os recursos de produção sob sua disponibilidade.

A evolução dessas forças produtivas tem como fonte de aceleração maior, o nível alcançado pelas suas instituições nas áreas técnicas – sem que essa opção represente desprezo pela área social, muito ao contrário –, que, por sua vez, tem base paralela uma crescente melhoria da qualidade de vida do seu conjunto de sociedade, representado, principalmente, pelas variáveis saúde e educação.

O elemento dinâmico associado à opção de captar tecnologia exógena para a implantação de uma estrutura de produção diversificada foi o estabelecimento de uma política industrial baseada numa permanente e progressiva substituição de importações.

Consistiu em implantar as bases de produção dos diversos setores industriais das mercadorias importadas pelo país e, portanto, consumidas pelo mercado interno.

Essa política industrial, aqui em caráter geral, determinava, então, crescentes barreiras para importações, a título de elemento de política industrial e à medida do avanço da industrialização desejada, com o objetivo de proteger o desenvolvimento daquelas bases já implantadas.

O capital estrangeiro – recursos financeiros e bens de capital – tiveram parcela significativa na totalidade dos investimentos, em associações ou não com empresas nacionais públicas ou privadas, despendidos na implantação e operação daquelas plantas industriais diversificadas.

Representou o fato, já de muito incontestável, da internacionalização do capital em escala cada vez mais progressiva das firmas dos Estados modernos precursores do sistema capitalista.

Neste sentido, está longe o tempo em que o homem evoluirá para um outro modo de produção, como o fez quando da superação do sistema

56. A convergência da fonte tecnológica para fins bélicos e para fins de consumo foi excludente para a extinta URSS, porém, continua válida para o todo poderoso Estado moderno representante do “Tio Sam”.

feudal, contribuindo para uma maior, embora ainda insuficiente, respeitabilidade pelo ser humano, com o reconhecimento, declarado em todos os cantos do planeta, mais “justo” dos seus direitos.

A Declaração de 1789, dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto da Revolução Francesa, é o marco maior dessa intenção, uma vez que a prática é ainda singela, de encarar o homem de forma imparcial, independentemente da sua condição social, econômica, racial, religiosa, política, ideológica, dentre outras⁵⁷.

O cerne deste artigo objetivou demonstrar, em grandes linhas, a falha na, ou incompleta, base adotada na política industrial vigente até o final da década de 80.

Ou seja, apesar de possuímos um parque industrial hoje representativo, embora já não tão moderno, na produção industrial mundial, a qual é a décima economia do bloco tradicional do sistema capitalista, continuamos como importadores, portanto, dependentes do principal insumo daquela produção, que é o recurso tecnológico⁵⁸.

Essa dependência é a causa maior da não-atualização de nossos processos e produtos na velocidade que o mercado determina, resultando na perda do poder de competição do país no contexto do comércio internacional⁵⁹.

O mais grave, entretanto, é que as variáveis que determinam o fluxo internacional de capital, como a automação/robótica e mão-de-obra especializada, colocam os espaços periféricos, como o Brasil, num segundo

57. O artigo primeiro daquela Declaração expressa o seguinte: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais nos direitos. As distinções sociais só podem ser baseadas sobre a utilidade comum” (*A Revolução Francesa: 1789-1989*, Editora Três, p. 146).

58. Somente a partir da década de 90 é que começa a ficar claro no contexto do planejamento governamental do desenvolvimento econômico a questão conceitual da *competitividade sistêmica*, enquanto elemento que permeia todas as suas políticas e diretrizes. *Competitividade sistêmica* pressupõe a integração de três grandes variáveis como pano de fundo de qualquer estratégia de desenvolvimento econômico, aqui entendido como o somatório de crescimento econômico e incremento de qualidade de vida: melhoria permanente da *infra-estrutura socioeconômica* e investimentos maciços e continuados em *ciência e tecnologia* e na capacitação do *capital humano*.

59. A abertura da nossa economia processada a partir do final da década de 80 e início da década de 90, demonstrou cabalmente a incompetência competitiva da produção nacional, tanto em nível de preço, quanto em nível de qualidade. Acresce ao fato dos desinvestimentos em P & D tecnológica, que a própria política de substituição de importação viciou a produção brasileira às reservas de mercado concernente aos setores industriais estabelecidos com aquela política, contribuindo para a despreocupação empresarial quanto aos aspectos de preços dos produtos mais justos e produtos com melhores qualidades.

plano nas análises de alternativas de investimentos transnacionais, isto é, o grande e forte capital, hoje, flui mais marcadamente de país central para país central⁶⁰.

A razão dessa dependência política e econômica, a nosso ver, denominada de *neocolonialismo*, está no fato da política industrial posta em marcha no país ter sido dissociada de um *projeto de sociedade*⁶¹ transparente, objetivo e distributivo, que proporcionasse à nossa gente um maior nível de saúde e educação, condições básicas para obtermos a principal ferramenta de poder político e econômico **do século que se descortina**.

Um *projeto de sociedade* de longo prazo, elaborado dentro de parâmetros humanísticos e patrióticos, que promova o desenvolvimento do pensar crítico social e tecnológico de um número maior de “brasileiros e brasileiras”, objetivando a efetiva configuração de um cenário futuro onde a liberdade e a igualdade sejam proporcionais ao cumprimento de seus deveres perante os demais, isto é, que seus direitos lhe sejam atribuídos com aplicação também da justiça social e não apenas econômica, pois é o que está merecendo a sociedade brasileira.

Justiça, por sua vez, no sentido “lato” e verdadeiro que requer seu uso.

Constata-se, com dissabor, que a concepção da nova *política industrial*, em implantação nos anos 90, de modelo liberalizante, visando a superação das seqüelas pertinentes ao longo tempo de aplicação da política de substituição de importações, continua dissociada de um *projeto de sociedade* e dando margens para a perpetuação do *colonialismo centro-periférico*.

Continua dissociado porque busca a modernização do parque industrial nacional via aumento da produtividade, qualidade e eficiência industrial, parâmetros estabelecidos por vetores exógenos.

Continua dissociado porque os investimentos produtivos se mantêm compostos, predominantemente, por capital transnacional, que é quem, em última instância, promove P & D tecnológico necessário à dinâmica do mercado do sistema capitalista, progressivamente mais globalizado.

Sobretudo, porque o Estado brasileiro, caracterizadamente ineficiente, não promove P & D tecnológico em escala desejável, o mesmo

60. É verdade, que o capital transnacional não deixará de explorar a “mãe-África” quando assim for necessário e viável, face ao esgotamento da espoliação dos primeiros continentes, como a América Latina e a Ásia.

61. Não confundir esse *projeto de sociedade* com *projeto humanidade*, base de artigo passado “O que seria projeto humanidade?”.

acontecendo com o capital nacional por falta de poupança e cultura, uma vez que está sempre à espera das rebarbas, das sobras das tecnologias centrais, ou da sua concessão mediante pagamento de *royalties*.

Ainda que se possa considerar necessário o ajustamento, através de uma política industrial atualizada aos parâmetros da globalização da economia, da economia nacional frente ao sistema capitalista mundial, porque parte dele fazemos, a nossa elite governante deveria determinar sua subordinação a uma política social, isto é, o setor industrial deveria ser tratado, tão-somente, como uma das variáveis de um projeto de sociedade maior, verdadeiramente concebido com caráter libertário⁶².

Os esforços na formulação de uma política industrial coadunada com a globalização da economia e com a revolução industrial da virada do século, definida pelo domínio da informação e do conhecimento, são insuficientes para o somatório das necessidades latentes do conjunto da nossa sociedade, onde grande parte da população está desprovida de cidadania e humanidade, ou seja, o conjunto total da sociedade não é priorizado plenamente na busca de uma efetiva elevação do bem-estar de cada um de seus elementos, o que contribui para a reprodução perpétua do *colonialismo centro-periférico*.

Portanto, afigura-se que, no Brasil, as lições do passado não são tomadas como informações atualizadas pelos tomadores⁶³ de decisões

62. Estas palavras representam um discurso de fé, pois, no íntimo, percebemos sua quase impossibilidade tendo em vista a contradição interna da periferia subdesenvolvida, condenada historicamente à subserviência política e à dependência econômica pelo centro desenvolvido.

63. O Instituto Latino-Americano y del Caribe de Planificación Económica y Social – ILPES, vinculado às Nações Unidas, através do Consejo Regional de Planificación – CEPAL, formador histórico da tecnicidade governamental brasileira, já teoriza uma nova metodologia para o planejar do desenvolvimento econômico. Num documento institucional recente, de 16/06/95, do tema “Dirección de Políticas y Planificación Regionales”, sob o subtítulo “Sociedad Civil, Actores Sociales y Desarrollo Regional”, de responsabilidade de Sérgio Boisier, Luis Lira, Bolívar Quiroga, Gladys Zurita e Claudio Rojas, a ILPES/CEPAL assim expressa a nova linha-mestra conceitual, que deverá, inclusive com viés ideológico, ser adotada pela nossa institucionalidade governamental: “A los fundamentos económicos actuales de la descentralización (facilitar la competitividad) y a los fundamentos políticos de ella (una democracia más participativa, más autogestionada, mayor gobernabilidad y sobre todo, mayor protagonismo de los ciudadanos), se agrega un fundamento sociológico: el *cambio social* como una responsabilidad ya no de un solo agente (el Estado, el Partido, el Proletariado, el Empresariado etc.) sino como *responsabilidad societal*, de todos, de la sociedad civil en primer lugar. Para los antiguos planificadores del desarrollo esto supone aceptar que una propuesta de desarrollo (llámese “plan”, llámese “estrategia” o llámese “proyecto político”) debe generarse y ejecutarse por toda la comunidad pertinente, que pasa a ser simultáneamente “Objeto” y “sujeto”

de planeamento de cenários futuros desejados para a sociedade brasileira, os quais teriam a obrigação, enquanto representantes daquele conjunto de sociedade, enquanto elementos gestores do Estado moderno como o Brasil é entendido no concerto das nações, de buscar aquele bem-estar, função maior de todo Estado moderno, conforme declarado em alto e bom tom quando da passagem do Estado absoluto para o Estado moderno, isto é, quando a base de sustentação do instituto Estado deixou de ser de “ordem divina” para representar a “vontade do povo”.

Por que será?

INTENÇÃO DO ESTADO MODERNO

O termo final do artigo passado questionou o “porquê” do conjunto de uma sociedade não ser priorizado em sua plenitude, naquilo que se poderia denominar *projeto de sociedade* para o desenvolvimento humano⁶⁴ de uma nação ou de um Estado nacional.

Parte dessa resposta está contida na percepção do desdobramento do papel das forças sociais configuradas na passagem do *estado absoluto* para o *estado moderno*, onde a Revolução Francesa melhor representa a fronteira dos cenários *ex ante* e *ex post* da estratificação econômica e política de sustentação e justificação dos mesmos⁶⁵.

de su propio desarrollo. Precisamente la cuestión central, actualmente, en relación al fomento del desarrollo, radica exactamente en la *interacción o en la articulación* entre una multiplicidad de actores sociales. Atrás quedaron los tiempos en que se concebía el cambio social como el resultado de la acción de un solo actor, privilegiado por ello mismo. Los altibajos ideológicos, *pero principalmente la creciente complejidad de los sistemas sociales*, hacen ahora imposible recurrir a un esquema de tamaño simplificación” (grifos ILPES/CEPAL). Não deixa de ser um bom avanço – e os governantes petistas já exercitam com sucesso o orçamento municipal, enquanto expressão financeira do planeamento – quanto à necessária superação da autoridade política, porém, a possibilidade do viés ideológico reside no fato de que com a participação de “todos” – aspas porque continuará elitizado – no processo de planeamento, as contradições intrínsecas do sistema capitalista/Estado moderno serão diluídas a título de co-responsabilidade de todos os cidadãos de uma sociedade, portanto, salvaguardando-o ideologicamente.

64. Vide definição conceitual de *desenvolvimento humano* no *Toque Final*.

65. A publicação da Editora Três, intitulada *A Revolução Francesa: 1789-1989*, estruturada em artigos e ensaios numa série de fascículos, traz (p. 70 – “Da Revolução Descontínua”), no ensaio de Carlos Guilherme Mota, denominado “1789-1989: Histórias da História”, no tópico “Os Fatos e a Interpretação”, a seguinte introdução: “A Revolução Francesa constitui um dos capítulos decisivos da longa e *descontínua* passagem histórica do Feudalismo ao Capitalismo. Com a Revolução do século 17 e a

Perceber-se-á, ao longo desta pequena demonstração, que se alterou a “posição dos jogadores”, as regras do jogo permanecem inalteradas.

Foi em nome da *liberdade*, da *igualdade* e da *fraternidade* da espécie humana que se realizou aquela Revolução, cuja passagem de seus 200 anos foi festejada como um grande marco democrático.

Sua base de apoio surgiu com o afloramento de uma nova classe social, inicialmente, apenas com força econômica, mas buscando uma associação com a força política, como decorrência do inevitável processo de estabelecimento e manutenção do novo modo de produzir e distribuir as mercadorias emergente à época, que ainda perdura e perdurará por muito tempo, o sistema capitalista⁶⁶.

Essa classe social foi denominada de *burguesia*, porque eram indivíduos originários dos *burgos* – territorialidade feudal –, que deram origem às cidades do nosso tempo, na qualidade de caracterização de comunidades, cidades.

A organização da produção na sociedade feudal era pautada na servidão e na extorsão do sobretrabalho.

O beneficiário maior daquela produção, no sentido da satisfação das necessidades e ostentações, era o senhorio, donos das terras, que constituíam a nobre aristocracia.

Essa situação econômica favorável, determinava sua ação política de sustentação dos Estados absolutos, cujos gestores eram os monarcas.

O outro pilar de apoio da classe “real” era dado pela ação do clero, que justificava, perante os descalçados e descamisados da época, a manutenção desse *status quo*, como que derivado da “vontade divina”.

Revolução Industrial do século 18 na Inglaterra, e ainda com a Revolução Americana de 1776, a “Grande Révolution” lança os fundamentos da Histórica Contemporânea. Diversamente de todas as outras, entretanto, assistiu-se na França à *primeira* experiência democrática da História. A Revolução derrubou a aristocracia que vivia dos privilégios feudais e liquidou a servidão, destruindo a base social que sustentava o Estado absolutista encarnado na figura do monarca Luís XVI. As massas populares urbanas esfomeadas, a pequena burguesia radical, os pequenos produtores independentes e uma parcela do campesinato ainda imersa na servidão mobilizaram-se nesse processo em que se pôs abaixo o Antigo Regime” (grifos Mota).

66. Pois ainda vigora, enquanto elemento estrutural – ideológico, político e econômico – o artigo décimo sétimo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que determina: “Sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, ninguém poderá ser dela privado, salvo quando a necessidade pública o exigir de forma evidente, e sempre através de justa indenização” (*A Revolução Francesa: 1789-1989*, Editora Três, p. 146). A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, confirma aquela “conquista” da humanidade através do inciso XXII, do Artigo 5º, do Capítulo I, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, do Título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, quando assegura que “é garantido o direito de propriedade”.

Este foi o cenário, em grandes linhas, que caracterizou toda a Idade Média, portanto, para o objetivo deste artigo, o cenário *ex ante* à Revolução Francesa.

Ou seja, o poder econômico e político era exercido em prol dos interesses daquelas classes, em detrimento e com a efetiva exploração das demais classes sociais.

Com o fato da expansão, em ritmo acelerado, do comércio, caracterizando a etapa mercantilista, precursora do modo de produção capitalista, fica aberto o caminho para a valorização econômica da classe burguesa, via acumulação de capital.

Os indivíduos, já cidadãos, dessa classe são identificados como os comerciantes da época.

Passam a incomodar e buscar os privilégios políticos da classe dominante que oferecia a sustentação e a justificação do Estado absoluto⁶⁷.

O momento histórico estava, então, propício à uma revolução que viesse estabelecer uma nova ordem econômica e política e, por conseguinte, uma nova conformação de Estado, que oferecesse as condições de desenvolvimento da emergente e poderosa classe social.

67. Ainda a publicação da Editora Três, acusa (p. 80 – “As Revoluções da Revolução”) a aproximação da classe burguesa, revolucionária da primeira hora, ao poder político da época, cuja ação será tão eficiente que o próprio perfil do Estado moderno é muitas vezes, e em especial na codagem marxista, identificado como Estado burguês, no mesmo ensaio de Carlos Guilherme Mota, da seguinte forma: “Nesse longo percurso de apenas 10 anos (1789-1799), toda uma lição de História se apresenta, tornando clássico o exemplo revolucionário da França. A crise do Antigo Regime; as reformas e a reação feudal; a *aliança* (e depois o confronto e, mais tarde, a conciliação) entre a *burguesia* e *nobreza*; o assalto à Bastilha e a abolição da servidão; o confronto entre monarquistas e republicanos e, depois, entre a República burguesa e a democracia popular; o embate do governo revolucionário com a ditadura jacobina; a disputa entre igualitaristas radicais e representantes da revolução burguesa; e, finalmente, o golpe de Napoleão Bonaparte e Sieyès em 1799 completam, etapa por etapa, um processo histórico que deixará marcas profundas no pensamento contemporâneo. (...) . Nesse processo, *houve várias revoluções dentro da Revolução*. Mas, a melhor síntese talvez tenha sido a do próprio revolucionário Marat. Ao denunciar a traição pelos “conspiradores educados e sutis da classe superior”, que a princípio se opuseram aos déspotas e se insinuaram na confiança popular, voltando-se depois contra “os de baixo”, escreveu: “O que as classes superiores ocultam constantemente é o fato de que a Revolução acabou beneficiando somente os donos de terra, os advogados e os chicaneiros.” (**negrito** Botelho; itálico Editora Três). Portanto, restando a conciliação entre a burguesia e a nobreza, esta última, uma das grandes beneficiárias da Revolução Francesa, segundo Marat. Vide a versão anarquista de Bakunin na nota de rodapé n.º 12.

Ou seja, o modo de produção feudal, baseado na exploração da grande massa camponesa de servos, estabelecido em proveito do clero, da nobreza e do Estado absoluto, estava em declínio.

A classe burguesa, ainda que não inteiramente consciente, utilizou-se do restante do povo para desencadear o processo revolucionário que faria surgir o Estado moderno.

O objetivo maior da transformação era muito amplo e estava representado por suas palavras-símbolo: liberdade, igualdade e fraternidade.

Hoje é patente sua inaplicabilidade, mesmo a despeito das tentativas a “oeste” e a “leste”, uma primando pela busca da liberdade inserida no contexto do mercado e a outra pela igualdade de seres humanos por essência desiguais e por determinação do Estado, esta última ação política, inclusive, em plena desarticulação.

Do lado de “cá”, é clara a não-harmoniosa relação capital/trabalho, a qual é determinada pela contínua e progressiva evolução dos mecanismos de produção e de consumo, cujo jogo do mercado liberal, permite uma acumulação sempre crescente de capital, em forma cada vez mais e mais concentradora.

Do lado de “lá”, sob a égide de um falso-comunismo, estabeleceu-se uma sociedade sem “oxigenação”, uma vez que a igualdade deve, no mínimo, ser de oportunidades, e, no máximo, deve ser assegurada a possibilidade de todos serem individuais em si mesmos.

Soma-se a esse cenário *ex-post* à Revolução Francesa, o desenvolvimento do modo de pensar capitalista, enquanto estratégia de manutenção e ampliação da condição da classe burguesa de dominante e hegemônica, sobretudo, para a prática da autoridade política, do instituto Estado moderno, que lhe dá suporte e guarida, em contrapartida à intenção expressa quando da sua origem⁶⁸.

Ou seja, hoje, a liberdade é condicionada à esfera econômica, a igualdade, até mesmo a das oportunidades, quase inexistente, e a fraternidade só é praticada após estar resguardada a margem de lucro e, por conseguinte, a acumulação do capital.

O objetivo deste artigo foi demonstrar que a partir daquele momento histórico revolucionário, a burguesia, hoje representada pelos donos e/ou

68. Dificilmente se vê num país subdesenvolvido como o Brasil, e, muito especialmente, numa unidade federativa como a do Amazonas, a observância do Artigo 11 da Declaração de 1789 que assegura: “A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública: esta força é instituída em benefício de todos e não para a conveniência particular daqueles aos quais é confiada” (*A Revolução Francesa: 1789-1989*, Editora Três, p. 146).

pelos gerentes do capital, a partir do poder econômico que adquiriu, passou a ter assento “à direita” do centro do poder político do Estado moderno, cujos gestores, muitas vezes seus próprios representantes, determinam tendências convergentes com os interesses do novo *status quo* conquistado e até hoje mantido.

Ou seja, a burguesia passou da condição de explorada para exploradora.

Fica, portanto, aclarado, na estrutura de valores adotada neste artigo, a razão do “porquê” que o restante do conjunto da sociedade, sem poder político e econômico, continua à margem das possibilidades para seu desenvolvimento humano⁶⁹.

Ou seja, um projeto de sociedade transparente, objetivo e distributivo fica para quando, vencida a ambição e o egoísmo do homem, a solidariedade humana seja parte integrante e efetiva da sua cultura social, cenário futuro para a prática da solidariedade econômica e da autogestão.

É muita pretensão do homem achar que encontrou a forma acabada de produzir e distribuir as mercadorias e os serviços.

Ao contrário, deve-se cultivar a certeza de que, de quando em vez, a história determina mudanças qualitativas no estado de coisas da humanidade; vide muro de Berlim ...

A SABEDORIA DO POVO RUSSO⁷⁰

Mais uma vez o povo russo deu provas para o mundo da sua sabedoria.

A atual vertente social no modo de produção capitalista ficou ratificada em função daquele que talvez tenha sido o mais expressivo evento sociopolítico do século 20.

Ficou ratificada a partir da Revolução de Outubro de 1917, a qual foi conduzida por operários e camponeses russos, sob o comando de homens de singular visão.

Até aquele momento histórico, o capital seguia, imponente, o seu caminho de estabelecer e confirmar, sob a tutela do Estado moderno, a

69. Conforme conceituado no *Toque Final* deste livro.

70. A lógica do artigo reside em se ter como verdade, simplesmente, que a Revolução Bolchevista contribuiu positivamente para a evolução do pensamento político da humanidade, ou seja, desconsiderou-se fatos específicos como a violação do direito do homem durante o processo revolucionário, como a contribuição do sindicalismo ocidental para a amenização da ação do capital e como a própria taylorização da produção russa, por exemplo.

estrutura econômica e política que hoje fornece o tecido da sociedade contemporânea.

Ou seja, não fosse a necessidade de vencer o socialismo real/Estado operário decorrente daquela Revolução, as conquistas sociais teriam sido muito menores ao longo desde século.

A necessidade de demonstrar, pela mídia, que o capitalismo/Estado moderno era a solução mais adequada ao caminhar da humanidade, forçou a concessão de maiores direitos sociais e políticos aos seres humanos, o que promoveu avanços significativos no desenvolvimento social e na democracia, ainda que burguesa.

A expectativa dos pensadores que atuaram marcadamente no século 19, fornecendo a estrutura teórica do socialismo, era de que a experiência revolucionária ocorresse na Inglaterra, então o povo mais organizado em nível de operariado, sem esquecer a Espanha, grande fomentador do socialismo, inclusive, em sua opção libertária.

Mas não.

Foi o povo russo que assumiu aquela missão revolucionária, contando, até mesmo, no primeiro momento, com apoio das camadas anarquistas das vanguardas socialistas da época.

Esta foi a grande prova de sua sabedoria!

Ou seja, a grande mensagem absorvida, com a tentativa de implementar um sistema socialista de Estado, enquanto passagem obrigatória para o comunismo – o processo se esgotou numa inútil ditadura do “proletariado” –, foi a de que propostas de investimentos capitalistas passaram a considerar em seus custos, mecanismos sociais direcionados aos operários.

Toda proposta econômica passou a ter embutido um “certo caráter socializante” como estratégia de demonstrar ao mundo que o capital não era “tão preto como se pintava o diabo”.

A hoje sabida e sofrida experiência do povo russo – como também é sofrida a vida dos homens desfavorecidos e excluídos de um país capitalista, tanto desenvolvido quanto subdesenvolvido –, mostrou à humanidade que a igualdade entre os homens, decorrente de sua complexidade, deve ser de oportunidades, ao mesmo tempo em que se afixou o quanto é importante para os homens a liberdade de ser, pensar e agir livremente, o que, aliás, espelha todo o discurso anarquista relativamente à defesa da individualidade de cada um assegurada através da liberdade libertária.

Igualdade de oportunidades, quanto, no mínimo, à educação e à saúde para todos, pelo exemplo mais conhecido, sem falar na possibilidade

assegurada de cada um desenvolver plenamente suas potencialidades de existência; liberdade plena, quanto, no mínimo, à prática social baseada no direito de ir e vir, além daquela que permitiria a superação da alienação que sufoca a existência humana.

De certo, o Partidão, ora em processo de extinção, perdeu o “bonde da história” ao ter deixado escapar a oportunidade de demonstrar a factibilidade de se estabelecer uma sociedade baseada no lema - não se entenda como dogma – que diz: “A cada um de acordo com suas necessidades e de cada um de acordo com suas potencialidades”.

Esta é a essência fundamental do comunismo/anarquismo⁷¹, enquanto sistema de sociedade, por qual objetivava a Revolução Bolchevista, donde se conclui que, em o objetivo não tendo sido atingido, não aconteceu, com aquela experiência, o comunismo em si, como se proclamava neste Ocidente.

O ideal comunista/anarquista representa, ainda e desde há muito, um longo caminho para a humanidade percorrer, dada a persistente natureza egoísta do homem.

O “deslize” da elite política da URSS, favorece o discurso neoliberal, que “fatura enormes dividendos” em cima da necessária e bem-vinda abertura determinada pela perestroika/glasnost.

No processo estratégico de manutenção do estado de coisas e de divulgação da “vitória do capitalismo frente ao comunismo”, sob a orientação dos grandes países industrializados, fica, mais uma vez, adiada a perspectiva do homem, explicitamente, a harmonia plena entre o capital e o trabalho, ou, até mesmo, superar a concernente relação⁷².

71. Citei ao longo do livro o conceito de anarquismo sempre como que equivalente ao de comunismo. Para confirmar o entendimento de que são realmente convergentes coloco a seguir as palavras de Daniel Guérin, extraídas do texto “Irmãos Gêmeos - Irmãos Inimigos”, contido no livro *O Anarquismo e a Democracia Burguesa*, de Malatesta, Bakunin, Kropothin, Engels e Guérin, editado pela Global Editora – Coleção Bases nº 18, 3ª edição, em São Paulo, em 1986: “A sua origem é aliás comum...A sua estratégia a longo prazo, a sua finalidade última é, afinal de contas, idêntica. Propõem-se ambos destruir a capitalismo e abolir o Estado, acabar com todos os tutores e confiar as riquezas aos próprios trabalhadores. Apenas estão em desacordo quanto a alguns meios de como chegar lá...”.

72. A propósito, reproduzo parte das palavras do organizador escritas na apresentação do livro *Reflexões Sobre a Desintegração do Comunismo Soviético*, editado em parceria pela Alfa-Omega e pela Cooperativa Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, em 1995: “Neste instante paradoxal, de desespero, regozijo e ansiedade, novas e originais reflexões sobre o passado, o presente e o destino dos homens tornaram-se urgentes, pois, como afirmou Norberto Bobbio ‘O comunismo histórico fracassou, não nego. Mas os problemas permanecem: os mesmos problemas para os quais a utopia comunista chamou a atenção, e que garantiu serem solucionáveis’”.

Quicá, realmente, no futuro a retomada daquele caminho, a retomada do socialismo, já esteja pautada em diretrizes que busquem a extinção dos valores que conformam aquela relação e de tudo o que representam de negativo para a humanidade, a exemplo da ação que o povo russo dispensa aos símbolos que identificam o sistema que deseja legar ao passado – especialmente quanto – KGB, a eficiente polícia de controle ideológico daquele sistema.

O retorno ao poder de Mikhail Gorbachov, ainda que de forma dividida, o que é salutar do ponto de vista democrático, daquele que se pode considerar um político de primeira linha da atualidade, por determinação do povo russo, representou uma inequívoca demonstração de sabedoria.

Esta decisão foi uma outra grande prova de sabedoria do povo russo⁷³!

Tal ação popular, evitou o retorno, para fins de reestruturação, do aparato que fracassou na execução do projeto de sociedade prometido em 1917.

Espera-se, contudo, que a possibilidade de produção, distribuição e consumo de mercadorias nos moldes do Ocidente, não contamine a cultura socializante que o povo russo acumulou com a experiência vivida durante sete décadas do século 20.

Essa cultura, associada à decisão de manter o processo de abertura democrática, fornecerá ao povo russo mais uma oportunidade de buscar uma sociedade mais justa e harmoniosa, professorando mais uma lição para a humanidade.

Que aquele povo aprimore a sua sabedoria!!!

A MORAL DO HOMEM

A partir do momento histórico que o homem percebeu a possibilidade de acumular, individual e/ou associativamente, grande riqueza, determinando um longo processo de transformação da humanidade num conjunto complexo e integrado de sistemas das mais variadas ordens, sendo, inclusive, a família um deles (evolução?⁷⁴), experimentou-se, basicamente, três tipos de modos de produzir e distribuir as mercadorias.

73. Infelizmente, logo em seguida, levou ao poder um político populista e demagogo, que em muito se assemelha à maioria dos políticos brasileiros.

74. A biografia de Friedrich Engels, organizada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo, editada pela Edições Progresso - Editorial Avante!, em Lisboa, em 1986, traduz (p. 444/445) assim o pensamento filosófico de Engels sobre a questão: “A base econômica das formas iniciais de família era a economia doméstica comunista primitiva, onde era a mulher que desempenhava o principal papel. As mulheres dominantes nessa economia

Até então, o homem vivia com conflitos de convivência, é verdade, mas em plena harmonia com os valores que conformam uma verdadeira comunidade, embora não-evoluída tecnologicamente falando.

Tais modos de produção não foram necessariamente sequenciados, mas, de certa maneira, a seqüência redutora com que serão expostos adiante, denota uma dada conquista de condição de vida daqueles que efetivamente processam a produção⁷⁵.

São eles, do ponto de vista do desfavorecido:

1. Modo de produção escravagista: a este estágio da humanidade os “trabalhadores” não tinham direito a praticamente nada, mas tão-somente à vida, quando assim entendiam seus senhores.

pertenciam habitualmente à mesma gene, enquanto os homens pertenciam a genes diferentes. O parentesco era estabelecido apenas por linha materna. À medida que as forças produtivas se desenvolveram diminuiu a influência das mulheres na vida econômica e nas relações sociais. Com o aparecimento da propriedade privada o direito matriarcal decaiu e realiza-se a passagem à sucessão por linha paterna. Através da forma intermédia da família patriarcal o desenvolvimento conduz à família monogâmica, que se conserva até os nossos dias. Mas a monogamia não surge de modo nenhum como união de um homem e de uma mulher de acordo entre si e que se amam um ao outro. ‘Pelo contrário, aparece como a subjugação de um sexo por outro, como proclamação de um conflito entre os sexos até então desconhecido em toda a pré-história (...) O casamento singular foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, juntamente com a escravatura e a riqueza privada, aquela época, que dura até os nossos dias, em que cada progresso é simultaneamente um relativo retrocesso, no qual o bem-estar e o desenvolvimento de uns se impõe através da dor e da repressão de outros. Ela é a forma celular da sociedade civilizada, na qual podemos já estudar a natureza das oposições e contradições que nela se desdobram completamente.’ (complemento Engels). Este pensamento de Engels está contido na sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, cuja primeira edição do livro foi publicada em Zurique, em princípios de outubro de 1884, informa, ainda, aquela Bibliografia.

75. Neste sentido, a verdadeira evolução, já predita pela doutrina anarquista, quanto às condições da qualidade de vida daqueles que efetivamente processam a produção caminha para a possibilidade da prática da *autogestão*, pois, para Maurice Joyeux, em *Autogestão/Gestão Direta/Gestão Operária*, editado pela Novos Tempos Editora, em Brasília, em 1988, (p. 60) “O que confere à empresa suas estruturas de classe são as diferenças de remuneração; a manutenção de uma autoridade que excede o quadro da tarefa a ser realizada; a repartição do lucro sacado da produção; a apropriação, pelo patrão, da mais-valia, fruto do trabalho coletivo; os privilégios dos escalões mais elevados; os investimentos retirados não do lucro do proprietário da empresa, que finalmente ele capitaliza, mas sim do orçamento da produção, o que provoca diminuição da parte destinada aos salários; a propriedade dos instrumentos. Numa palavra, a *autogestão*, para nós anarquistas, supõe a supressão de todos os privilégios no seio da empresa e a igualdade sobre todos os planos: econômico, social, *moral*”. (itálico Joyeux, **negrito** Botelho). Como se observa, a questão da produção envolve também o viés do moral do homem.

Pais, filhos e netos, ou seja, gerações e gerações eram surradas e humilhadas pela classe senhorial;

2. Modo de produção feudal: nesta etapa, a classe efetivamente produtora passou a ter direito a uma parcela mínima da sua produção, aquela necessária à alimentação da sua família.

Adquiriu certa individualidade de conduta, entretanto, dentro das regras impostas pelo senhoril, proprietário da terra em que vivia; e

3. Finalmente, o modo de produção capitalista: surge a classe trabalhadora, que passa a experimentar a “liberdade” preconizada pelo liberalismo, seu sustentáculo ideológico.

A classe trabalhadora percebe salário para a satisfação de suas necessidades, podendo até possuir casa própria e ter acesso aos serviços de educação e saúde.

Essa ainda pequena conquista da humanidade ocorreu graças a muito derramamento de sangue; muitas vidas foram sacrificadas para que a classe desfavorecida desfrutasse melhores condições de existência.

A classe poderosa nunca cedeu, nem nunca cederá terreno, por simples reflexão consciente sobre o estado de coisas que cria e mantém, salvo se sua moral estiver, no futuro, estruturada sob bases constituídas de valores elevados, tais como a fraternidade e a solidariedade.

Pois bem, apesar dessas duas mudanças qualitativas, a grosso modo, pode-se considerar que escravos, servos e trabalhadores sejam palavras com significados sinônimos.

Da mesma forma que senhores, nobres e capitalistas também o são.

Ou seja, o homem moderno continua a matar o próprio semelhante, quer através das mesmas guerras de antes, agora com outras justificativas e com armas cada vez mais destruidoras, ou quer através da desnutrição e deseducação, exatamente porque está cada vez mais distante dos verdadeiros valores que as sociedades e a própria humanidade deveriam praticar.

O homem moderno busca, ininterruptamente e em grande velocidade, a formação de riquezas materiais para seu lazer e conforto, esquecendo-se, todavia, do seu compromisso social e humano.

Tal procedimento, sob a guarda da moral da competição, tem demonstrado superar todas as provas!

Já era tempo, que uma voz de penetração internacional, como a do Papa João Paulo II, declarasse, como o fez por sua última Encíclica⁷⁶, que a derrocada do modelo de estruturação de sociedade baseada no socialismo real, conforme ocorreu no final da década de 80/início da dé-

cada de 90 com os ditos países comunistas, os quais estavam muito longe da prática do verdadeiro socialismo, não deve representar a vitória do modo de produção capitalista como ideário para o futuro da humanidade.

A mensagem encerraria que o homem deve continuar burilando a produção e a distribuição da riqueza material inerente a este plano de existência, da mesma forma como venceu os modos de produção escravagista e feudal.

Ainda que aquelas vitórias tenham sido determinadas por motivos econômicos, hoje o homem não é mais propriedade de outro homem, embora outras práticas de alienação estejam em ação.

O que se poderia desejar, é que as próximas conquistas transcorram num clima pacífico, de não-violência.

A busca da evolução social, do aprimoramento da moral do homem, deve passar a estar atrelada a toda e qualquer estrutura política e econômica a ser estabelecida pelo próprio homem, nos estágios da sua existência futura em sociedade.

Sim, deve-se entender como moral elevada para efeito deste artigo, o conjunto de regras de conduta permeadas pela fraternidade e solidariedade, as quais deveriam ser consideradas como válidas para qualquer sociedade de qualquer momento histórico futuro, especialmente quanto a prática de bons costumes, relativamente ao domínio espiritual, em oposição ao material, portanto: não-individualismo egoísta, pró-coletivismo, não-corrupção, não-politicagem, pró-política para o bem-estar comum, e não pessoal ou de grupos, não-autoridade coercitiva e abusiva, educação e saúde para todos – um velho *slogan*, mas ainda tão necessário –, prática da verdadeira ética humana, ciência e tecnologia não-mercenárias, mas em prol do bem-estar comum, liberdade dissociada do poder econômico, igualdade de oportunidades para todos, não-impunidade, não-acumulação individual, responsabilidade proporcional ao dever e à potencialidade de cada um perante uma sociedade, enfim, regras para que todos tenham suas necessidades satisfeitas a partir de um fundo comum e humanitário de produção.

Esta seria, certamente, uma ordem de valores morais mais elevadas a conduzir a humanidade para condições verdadeiramente mais justas, no sentido dos desenvolvimentos social e humano, da nossa existência.

Utopia?!?!?!?

IMORALIDADE ADMINISTRATIVA⁷⁷

“Ao ser investido em função ou cargo público, todo agente do poder assume para com a coletividade o compromisso de bem servi-la, porque outro não é o desejo do povo, como legítimo destinatário dos bens, serviços e interesses administrados pelo Estado”. Portanto, “ilícito e imoral será todo ato administrativo que não for praticado no interesse da coletividade” (grifo nosso) (Hely Lopes Meirelles, *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros Editores, São Paulo, 1994).

A intenção do artigo é demonstrar o quão distante está o discurso acadêmico da disciplina Direito Administrativo da prática política levada a efeito pelos homens autorizados pelo Estado de Direito a gerir a coisa pública.

Senão vejamos, considerando os quatro princípios fundamentais da administração pública, conforme expressa o *caput* do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil:

1. Legalidade; o princípio da legalidade determina que a ação administrativa do homem encarregado de comandar os órgãos e entidades do Estado deve manter estreita sintonia com o ordenamento jurídico que o sustenta.

Do ponto de vista prático, corresponde à necessidade do fiel cumprimento das regras institucionais estabelecidas em consonância às políticas e diretrizes maiores de cada instituição, concebidas em vista dos compromissos sociais e econômicos a serem atingidos.

A negação do discurso acadêmico está representada pelo noticiário que informa a permanente desobediência das normas instituídas visando oferecer privilégios aos amigos dos gestores da administração pública, formalizado via tráfico de influência, em visível prejuízo à sociedade como um todo, onde, para tanto, as argumentações técnicas são cerceadas com pressões ilegítimas pelas cúpulas diretoras sobre o corpo técnico das instituições a partir de ameaças das mais variadas ordens;

77. A lógica do artigo está inserida dentro do direito positivo, portanto, dentro do ordenamento jurídico que sustenta o sistema capitalista/Estado moderno. É exatamente o direito positivo, estruturado através daquele imanente ordenamento jurídico, que justifica a autoridade política, que a doutrina anarquista *sonha* suprimir. Norberto Bobbio, em *Estado/Governo/Sociedade: para uma teoria da política*, editado pela Paz e Terra, em São Paulo, em 1995, exprime assim (p. 133) o *sonho* anarquista: “Levando às últimas conseqüências o ideal da libertação do homem de toda forma de autoridade, religiosa, política e econômica, e vendo no Estado o máximo instrumento de opressão do homem sobre o homem, o anarquismo *sonha uma sociedade sem Estado nem leis*, fundada na espontânea e voluntária cooperação dos indivíduos associados, respectivamente livres uns com respeito aos outros, e iguais entre si” (grifo nosso).

2. Publicidade; este princípio exige que todos os atos administrativos espelhem a transparência devida no sentido de que o povo possa exercer o controle sobre a administração pública, uma vez que se constitui no destinatário da função estatal.

A contrariedade a este fundamento é subjacente à fuga ao princípio da legalidade, ou seja, a administração pública baseada no exercício do poder, a partir do domínio de informações úteis e atualizadas, não fará transparente a documentação oficial que objetivou camuflar a ilegalidade e ilegitimidade dos atos praticados, cuja acessibilidade é extremamente controlada, porque argumentada de interesse sigiloso da administração, quando, em verdade, as ressalvas estão amarradas em nome da segurança da sociedade e do Estado, conforme determina o inciso XXXIII, do artigo 5, da CF/88;

3. Impessoalidade; este princípio significa que a atividade estatal deve buscar incessantemente os interesses da coletividade, e não apenas um fim público em si mesmo, evitando o desvio de poder, configurado com o atendimento das necessidades econômicas de uns poucos privilegiados.

Dir-se-ia ser praticamente impossível, à maioria dos homens públicos (políticos) investidos do poder de administrar a coisa pública, o atendimento desse preceito, pelo simples fato de que é exatamente essa a tarefa a cumprir, ou seja, reproduzir a capacidade financeira e econômica dos políticos e/ou dos empresários que financiaram as respectivas campanhas, no sentido de manterem aquela investidura pública, via contratações de obras e serviços através de licitações dirigidas a preços, em regra, superfaturados, onde, não raras vezes, o próprio fim público se reverte de validade duvidosa; e

4. Propositadamente o último princípio a ser comentado, e finalizando a demonstração da distância entre o discurso e a prática política na administração da coisa pública, está o da moralidade, que remete a um necessário conjunto de regras éticas, na medida da conotação social do instituto Estado, ou seja, não justifica apenas a observância do comportamento administrativo legalista, transparente e não-particular, mas também se faz imperiosa uma consciência ética voltada para o social, para os interesses da coletividade.

Inequivocamente, a satisfação desse preceito fica prejudicado à medida que o conjunto ético vigente⁷⁸ está baseado em valores acobertados

78 Adauto Novaes, quando define os Cenários do livro *Ética*, editado pela Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, em São Paulo, em 1992, mostra (p. 7) o quanto o conceito de ética foi tergiversado ao longo dos tempos: “A palavra *ética*, por exemplo, não tem o mesmo sentido para todos. Se comparamos as

pela subserviência ao capital, isto é, pela ética capitalista da acumulação e do consumo, pelo modo de pensar capitalista.

Portanto, conforme demonstrado, permeia na administração pública uma imoralidade relativamente ao seu arcabouço teórico, a qual poderá ser mitigada com alternativa a ser desenvolvida por cidadãos determinados pela consciência socialista, que, por sua vez, haverá de oferecer melhores condições de dignificar as relações inevitáveis entre os poderes político e econômico, evidentemente, abstraindo-se da impropriedade decorrente de se poder objetivar, imanentemente à metodologia do materialismo histórico, cunho socialista na administração pública do sistema capitalista/Estado moderno.

A ESSÊNCIA DO ORÇAMENTO PÚBLICO⁷⁹

“Estima a Receita e fixa a Despesa ...” (em igual importância); “Faço saber a todos os habitantes ...” (escrito inicial das Leis do Estado brasileiro relativas à aprovação de Orçamentos Públicos que expressam os programas de governo).

A consolidação do Estado moderno trouxe à reboque a cultura do planejamento governamental, cujo principal instrumento estrutural é a figura do Orçamento Público, composto, fundamentalmente, de duas variáveis: a Receita, oriunda da arrecadação de tributos, de transferências monetárias de outras esferas de governo e de operações de empréstimos, e a Despesa, direcionada ao custeio do aparato estatal, investimentos e amortizações de dívidas contraídas.

Seus primeiros estudiosos estabeleceram, naturalmente, princípios metodológicos de elaboração e de execução orçamentária.

definições que os antigos e os modernos dão à noção de ética, percebemos que são tão radicalmente diferentes que se cria em torno delas um verdadeiro campo de contradições. Os filósofos gregos sempre subordinaram a ética às idéias de felicidade da vida presente e de soberano bem (...) Hoje, a felicidade não é pensada mais em termos da moral antiga, mas em termos de eficácia técnica, de consumo. Mais ainda, ela depende cada vez mais da roda da Fortuna, das forças externas que tudo controlam e dominam, o que por si só demonstra que entre as duas concepções existe muito mais que simples diferença: há uma verdadeira ruptura, uma contradição. Este é o ponto mais crítico da moral moderna. É como se houvesse um lento enfraquecimento da noção de ética e das conquistas do espírito com o avanço da técnica. Ou melhor, a moral passa a ter uma importância quase convencional”.

79. Vale a lembrança feita na nota de rodapé n.º 75.

Tais princípios são entendidos, neste contexto, como peças de conformação do complexo discurso político justificador do atual sistema capitalista/Estado moderno.

Pois bem, o objetivo deste artigo está em esmiuçar os dois inícios de frases tomados como epígrafe e ao mesmo tempo como tópicos de questionamento, os quais refletem dois dos princípios gerais desenvolvidos para fins de normatização do Orçamento Público, a saber: os princípios da igualdade entre Receita e Despesa e o da Publicidade, que julgamos suficiente para demonstrar que, frente ao materialismo histórico, o Estado moderno está institucionalizado em função das necessidades de reprodução do capital.

Assim:

1. É sabido que a reprodução do capital dá-se com o gerenciamento da equação *lucro é igual a receita* (vendas de mercadorias e/ou serviços) *menos despesas* (investimentos e custos), isto é, com a busca permanente e inarredável pela maior entrada de dinheiro no caixa da firma capitalista do que a saída.

Por outro lado, os recursos financeiros das sociedades arrecadados pelo Estado, através dos governos “eleitos pelo povo”, visando sua transformação em benefícios para aquelas sociedades, não buscam, em teoria, a figura do lucro, decorrendo daí a exigência metodológica de que a Receita, na orçamentação pública, seja igual a Despesa.

No entanto, sub-repticiamente a figura do lucro está contida no Orçamento Público, na medida em que as administrações governamentais contratam obras e serviços de firmas capitalistas, cuja reprodução se verifica através da conquista do lucro, conforme já dito, caracterizando, então, parte da real necessidade da existência do instituto Estado moderno, qual seja, a de dar guarida ao capital, além de assegurar o jogo do “livre” mercado e o próprio mercado, propiciando sua sobrevivência.

Ou seja, a própria sociedade contribui, com seus recursos financeiros, gerenciados pelos governos, para a configuração do lucro das firmas capitalistas.

O pior de tudo é que, a regra das vezes, as firmas capitalistas contratadas pelas administrações públicas têm relações indireta através do seu capital, dito social, com os políticos “eleitos” pelo povo, da feita que o nível de conforto e lazer que os políticos adquirem com a pródiga experiência do exercício do poder é de fazer frente a qualquer bem sucedido empresário capitalista.

Tudo a título de pôr em marcha o programa de governo aprovado com a expressão financeira do concernente Orçamento Público pelos políticos-legisladores deste sistema capitalista/Estado moderno.

Quando não se intui a relação indireta através dos “testas-de-ferro”, a probabilidade maior está na possibilidade de que as contratações, cujos processos licitatórios possuem, quase sempre, direção certa, representem o retorno do “investimento” feito pelos donos do capital nas campanhas políticas daqueles que detêm o poder político, neste caso, por via de conseqüência, defendendo na esfera pública os interesses do capital.

Logo, a desigualdade entre entrada e saída de dinheiro nos cofres públicos está na presença ostensiva do lucro nas despesas do Estado nas contrapartidas das entradas de dinheiro no caixa das firmas capitalistas contratadas pela administração pública, efetuadas para fins de pagamento de obras e serviços de “interesse” da coletividade⁸⁰.

Inclusive, obras e serviços com valores tão escorchantes objetivando, à margem do sistema, a sustentação das já famosas e institucionalizadas comissões políticas e técnicas, porque liberatórias e fiscalizadoras dos projetos e faturas concernentes.

Valores tão altos⁸¹ que poderiam assegurar benefícios duplos às sociedades, caso fossem, mesmo admitindo o caráter liberal da cultura do sistema capitalista/Estado moderno, aplicados com respeito aos ditames legais; e

2. O outro princípio camuflador, dissimulador da íntima relação, conforme demonstrada acima, entre o Estado moderno e o capital é o da Publicidade.

Pergunta-se: qual divulgação é feita no sentido de que todos os cidadãos possam ter ciência do programa de governo expresso através do Orçamento Público que é executado pelos gestores “autorizados” pelo povo, e que seria paradigma de cobrança resultante de ação fiscalizadora de cada cidadão ou de associações de indivíduos-cidadãos interessadas na gestão da coisa pública?

Ainda que houvesse aquele conhecimento necessário, vale a assertiva de que as decisões das aplicações dos recursos financeiros da sociedade são homologadas em gabinetes fechados e refrigerados, não

80. É bem verdade que os tributos arrecadados de pessoas jurídicas advêm da lucratividade das empresas, porém, a relação ainda assim é bastante desproporcional, isto é, o lucro empresarial contido nas Despesas do Estado é muito maior do que sua parcela contida na Receita arrecadada.

81. Estima-se que com o preço pago por uma obra no Brasil, poder-se-ia fazer, em média, até duas e meia obras do mesmo quilate!

raro tendo como objetivo as necessidade dos donos do capital, e não as dos donos da massa de votos que determina a representação política dos cidadãos nas gestões da coisa pública neste sistema capitalista/Estado moderno.

Ou seja, as decisões sobre o uso do dinheiro do povo são tomadas sem uma ampla consulta àqueles que deveriam ser os beneficiários maiores da ação do Estado moderno⁸².

Isto ocorre porque o político “eleito” pelo povo, discursando que trabalhará pelo bem-estar social e pelo desenvolvimento da sociedade que representará, estará, na verdade, a serviço de interesses pessoais e/ou de grupos econômicos que financiaram sua campanha político-eleitoral.

Logo, também inexistente o princípio da Publicidade, especialmente no sentido *a priori*”, *ex ante* das decisões dos investimentos e dos gastos públicos.

Consta, apenas, a obrigatoriedade da edição de uma lei que o povo desprovido dos instrumentos do exercício da cidadania, e elemento da maior parcela representativa dos votos, nem imagina que existe.

Para finalizar, transcrevo (p. 158) as palavras de Isaiah Berlin, sobre os acontecimentos de 1848, escritas a título de biografia de Karl Marx, editada pela Siciliano, em São Paulo, em 1991: “A estrutura do Estado moderno reflete a dominação da burguesia. Ele não passa, com efeito, de uma delegação para administrar os negócios da classe burguesa como um todo”.

O Orçamento Público é um mecanismo legal, porque autorizado pela ordem jurídica do Estado, e político, porque utilizado como expressão de programas de governos daquele mesmo Estado, o que, juntamente com o demonstrado acima, confere convergência com a reflexão daquele ilustre pensador.

A DOENÇA DA FALTA DE CONSCIÊNCIA⁸³

Desde o tempo em que o homem passou a tentar organizar social, econômica e politicamente as sociedades, passou, por via de conseqüência, a determinar o modo de pensar e de viver de todo indivíduo/cidadão.

82 Cresce a consciência política de que os Orçamentos Públicos devam ser formulados com ampla participação popular, ao que se tem denominado de orçamento participativo, cuja maior experiência tem sido agregada pelas administrações municipais petistas.

83. Este artigo também foi utilizado, em forma adaptada, no meu primeiro livro intitulado *Redesenhando o Projeto ZFM: um estado de alerta!*. Repito-o nesta oportunidade, em sua forma original, porque, além de muito gostar dele, enquanto mesmo originalidade,

Basicamente, o processo consiste em fazer com que o indivíduo/cidadão, desde os primeiros passos de seu desenvolvimento de socialização, assimile valores e costumes discursados como universais e permanentes, os quais oferecem a sustentação do respectivo sistema de conformação da produção e da troca das mercadorias e do perfil de Estado.

Assim, todo ser humano vê-se diante de uma ordem ideológica constituída que determina, a partir de regras jurídicas e condutas sociais psicológica ou coercitivamente concebidas e impostas, sua visão de mundo, em geral, convergente para a manutenção do estado de coisas favorável às intenções daqueles que detêm o poder político e econômico.

Situando-nos, agora, nesta contemporaneidade, o Estado burguês, enquanto instituição alternativa desenvolvida pelo homem para dar resposta à possibilidade de sua existência em sociedade, faz valer os princípios do liberalismo, fundamentalmente os da liberdade de associação e de expressão e da igualdade jurídica e de oportunidades, preconizados como acima das leis, objetivando oferecer substância ao respectivo ordenamento político-ideológico.

Nesse sentido, justifica a atual organização social à medida que, dispondo daqueles princípios fundamentais enquanto conquistas da Humanidade, oferece a possibilidade de assegurar, através da ação social daquele mesmo Estado burguês, o bem-estar de todo o cidadão.

Entretanto, não é o que ocorre, senão vejamos:

1. A opção pela busca do progresso material a todo custo para a Humanidade como o melhor caminho a seguir, compreendida nesta oportunidade como intrínseca à operação do sistema capitalista, ao qual o Estado burguês oferece guarida, e como diretriz maior de uma pretensa solução definitiva, camufla uma condição social e econômica extremamente desfavorável à maioria do conjunto da sociedade mundial.

Conjunto marcadamente melhor definido pelas populações dos países excluídos do Primeiro Mundo, representando os macroagentes periféricos da ordem financeira, econômica e política internacional; vide a massa humana brasileira que experimenta a miséria, os povos da África, enfim, todos aqueles que não dispõem de comida, casa, remédios, livros etc.;

entendo que talvez seja o *toque mais crítico* e o mais convergente com a possibilidade anarco-cristão, certamente mais no sentido cristão do que anarquista, uma vez que tem como essência um dado compromisso com a leveza da alma, do espírito, enfim, da própria consciência humana, conforme sugerido no *Toque Inicial*. Por isso está ajustado a este final!

2. A causa da miséria está representada pelo resultado da gigantesca acumulação de riqueza por parte de alguns poucos cidadãos, relativamente às necessidades cotidianas de um ser humano, exatamente aqueles que operam e expandem o modo de produção capitalista, como já dito, acobertado e mantido pelo Estado burguês.

A riqueza consiste tanto do grande capital transnacional, quanto do pequeno capital regional.

Fazem parte também daquele privilegiado rol os cidadãos que conformam fortunas a partir da indigna gestão dos recursos da sociedade canalizados para o Estado no sentido de que fossem revertidos em benefícios sociais, maximizando as agruras impingidas pelo próprio sistema capitalista/Estado burguês.

Por certo que, a indignação significa que a fortuna/riqueza é formada a partir da desobediência civil relativamente à prática das regras institucionais que regem a ordem vigente, regras elaboradas por eles mesmos ou por seus representantes colocados pela força do poder econômico, processo camuflado pelo voto popular, na gestão do Estado burguês.

Aquela desobediência civil, no sentido da negação do próprio discurso político do sistema/Estado, dá-se, por exemplo, à medida da promoção de conluíus entre as esferas privadas e públicas, de atitudes que sempre subtraem a capacidade da ação social do Estado burguês para fins do bem-estar de todo ser humano, enfim da necessidade de se estabelecer uma melhor distribuição da riqueza produzida pelo homem.

Postos estes traços gerais, todo indivíduo que traísse o discurso do ordenamento político e ideológico, enquanto discurso justificador do modelo de organização socioeconômica, deveria ser acometido da doença da falta de consciência de forma explícita para o conhecimento de toda a sociedade e, inclusive, para fins de tratamento psiquiátrico.

Uma vez que todo discurso se estrutura na busca do bem-estar de todo indivíduo/cidadão e das sociedades como um todo, toda traição faz afastar cada vez mais a possibilidade de uma efetiva justiça social, desfalcando importante ferramenta para o aprimoramento do que se poderia denominar Projeto Humanidade.

A caracterização de um conjunto de indivíduos/cidadãos socialmente doentes por falta de consciência, nos moldes definidos acima, favoreceria uma tomada de posição positiva por parte do restante da sociedade convergente para uma ação conjunta, não necessariamente revolucionária, mas no sentido de trabalhar, via educação libertária, a possibilidade real de se promover uma evolução mais qualitativa para a Humanidade, talvez até mesmo através do burilamento deste próprio sistema capitalista/Estado

burguês, na medida em que, tornando-o menos perverso, surgissem novos pontos de reflexão visando uma melhor alternativa de organização das sociedades ainda não permitida ao pensamento humano.

Então, poder-se-ia desfazer a enorme máscara, a desumana hipocrisia da qual todos nós fazemos parte, enquanto indivíduos/cidadãos não-marginais ao sistema capitalista/Estado burguês.

É interessante, para finalizar, reproduzir (p. 23) um pensamento de Isaiah Berlin, em *Limites da Utopia Capítulos da História das Idéias*, editado pela Companhia das Letras, em São Paulo, no ano de 1991, expresso pelas seguintes palavras:

“...Somos condenados a escolher, e cada escolha traz o risco de uma perda irreparável. Felizes os que vivem sob disciplina que aceitam sem questionar, que obedecem espontaneamente as ordens de seus líderes, espirituais ou temporais, cuja palavra aceitam como lei infrangível, igualmente felizes os que, através de seus próprios métodos, chegaram a convicções claras e inabaláveis com relação ao que fazer e o que ser, sem a menor sombra de dúvida. Só posso dizer que os que se instalam nesses confortáveis leitos do dogma são vítimas de uma miopia auto-imposta, antolhos que podem trazer contentamento, mas não a compreensão do que significa a humanidade do ser”.

Bem que a perda irreparável a que se refere Isaiah Berlin poderia ser a consequência da doença da falta de consciência ...

TOQUES ADICIONAIS⁸⁴

TECNOLOGIA INTERMEDIÁRIA: opção para um país subdesenvolvido⁸⁵

“Para la mayoría de la gente, el progreso se ha convertido en sinónimo de imitación de los modelos occidentales, pero siempre que hemos intentado copiar de los modelos de la sociedad industrial y que hemos sido insensibles a nuestras propias circunstancias, los resultados no han sido afortunados. Ya ha llegado el momento de que pensemos hondamente acerca del tipo de progreso que queremos” (Indira Ghandi).

Apresentação

O presente trabalho é decorrente da palestra proferida em agosto de 1988 pelo Professor Doutor João Luiz Fonseca dos Santos da UFPb sobre Ciência e Tecnologia como parte integrante do programa desenvolvido para a disciplina Estudo de Problemas Brasileiros.

Tecnologia Intermediária, opção para um país subdesenvolvido, surgiu como idéia no sentido de contribuir para a formação de uma

84. Estes *toques* ficaram com a denominação de *adicionais* não porque sejam menos fundamentais ou menos críticos do que os outros, mas porque não estão reproduzidos em forma jornalística e sim acadêmica. Falar em “tecnologia intermediária” ganha cada vez mais contorno de heresia. Na verdade, foram as primeiras leituras críticas sobre ciência e tecnologia, que serviram de base para os textos posteriores (“a faceta mercenária da tecnologia”; “política industrial: neocolonialismo x projeto de sociedade”). Já as comparações entre tipologias de estado deram vazão ao artigo que abre os *Toques Fundamentais*. Por sua vez, Sociedade e Estado, publicado originalmente na *Libertários* – revista de expressão anarquista, no 2º semestre de 2003, em São Paulo, confere consciência à lógica da sustentabilidade, certamente mais factível sob a égide da solidariedade do que da competição econômica, na medida em que a socioética anarquista está muito mais próxima de valores fraternos do que a capitalista. Simples assim!

85. Trabalho acadêmico de setembro de 1988 apresentado para fins de aprovação na disciplina “Estudo de Problemas Brasileiros” do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal da Paraíba - UFPb, o qual recebeu conceito “Bom”.

consciência crítica, que caminha do indivíduo para a sociedade que o contém, de um povo subdesenvolvido.

Não se trata de uma proposta xenofobista, mas de um debate necessário, quiçá de caráter permanente, que deveria proceder toda sociedade subdesenvolvida frente a ação de quem detém a *tecnologia avançada* e/ou do seu *grupo social dominante*, que, em última análise, age em função de uma macroestrutura, de um *status quo*, mas com vistas a interesses próprios e alheios aos fins sociais maiores, como intermediários do *processo de transmissão de tecnologia, de uma economia industrializada para uma outra situada num estágio inferior de desenvolvimento*.

Faz-se oportuno colocar que a linha de pensamento desenvolvida não estabelece um paralelo com a estabelecida na referida palestra.

Resumo

Em caráter introdutório, coloca-se a problemática da modernização *versus* desenvolvimento, indicando-se a tecnologia intermediária como opção de equilíbrio para o quadro desalentador decorrente da manipulação político-econômico exercida pelas nações industrializadas frente às economias subdesenvolvidas.

Parte-se para as conceituações dos termos chaves do ensaio como forma de promover um melhor desempenho **ao mesmo**.

Na etapa central do trabalho, situa-se o espaço da atuação da tecnologia intermediária. Expõe-se suas finalidades, sua concepção, sua atuação propriamente dita e suas fontes, como instrumento de ação viável de elemento de política industrial para um país subdesenvolvido.

Conclui-se, argumentando a necessidade de se estabelecer uma unidade entre tecnologia e política por parte do governo do país subdesenvolvido que adotar a tecnologia intermediária como estratégia para torná-la uma ferramenta eficaz no seu processo de desenvolvimento econômico.

Introdução

A forma contemporânea como a tecnologia vem sendo tratada reflete os interesses de quem a possui, quer seja em nível de unidade produtiva ou de um povo, através da ação de seu governo. Ou seja, tecnologia é utilizada como ferramenta de poder. Portanto, constitui-se num dos parâmetros, talvez o mais importante, que determinam a complexa atividade econômica em nível mundial nos dias de hoje.

A história tem mostrado que a simples *modernização* de uma economia, caracterizada como o assentamento e uso de novas tecnologias e valores numa determinada sociedade, não tem contribuído para o seu *desenvolvimento*. Muito ao contrário, tem servido para aprofundar ou aumentar o hiato que separa uma nação detentora de uma economia industrializada de outra defasada tecnologicamente, caracterizando o que muitos pensadores chamam de neocolonialismo.

A “compra” pura e simples de novas tecnologias, quando isto se torna possível e/ou permissível, não só não contribui para o desenvolvimento, mas permite a geração de um crescente número de problemas que, segundo Dickson (1978), vão desde “la opresión y manipulación del individuo hasta la extensa destrucción del medio ambiente natural y el **agotamiento** de las limitadas reservas mundiales de recursos naturales”.

Ainda Dickson (1978), “las políticas dedicadas a una rápida industrialización es de que han fracasado a la hora de resolver, y en muchos casos lo único que han conseguido ha sido exarcerbar, los problemas sociales de pobreza, desnutrición y bajos niveles de vida en general que indirectamente trataban de resolver”.

A proposta da medianidade é no sentido de estabelecer uma paridade entre a tecnologia a ser adotada e o nível de massa crítica, de conhecimento científico que possui uma determinada sociedade. Nada de “caixas-preta”, onde o único proveito a ser tirado por determinada sociedade-alvo seja o da simples modernização, sem nenhum agregamento maior em nível de conhecimento acumulado.

A aplicação dessa “nova” tecnologia passaria pelo estabelecimento de uma política evidentemente convergente no sentido de promover o bem-estar social como substância maior de um projeto de sociedade.

Conceituações

Faz-se, agora, necessária, a introdução de um quadro teórico baseado em conceituações das palavras-chaves deste ensaio. Desta forma, serão definidas: tecnologia, tecnologia intermediária, país subdesenvolvido e modernização/desenvolvimento.

Tecnologia, segundo Almeida (1981) “representa todo o acervo à disposição, quer dizer, o conjunto das respostas à pergunta “como se pode fazer os bens”.

Para Dickson (1978), tecnologia intermediária é “un conjunto de tecnologías situadas a medio camino entre las tecnologías de capital intensivo, generalmente exportadas hacia los países subdesarrollados por

las naciones industrializadas, y las tecnologías indígenas que ya poseen los países subdesarrollados”.

Uma definição de subdesenvolvimento tende para um conjunto de características que espelha o estágio do processo de evolução social, econômica e política de um país, onde por antítese, percebe-se o significado de desenvolvimento. Os principais critérios indicadores do subdesenvolvimento, segundo Vasconcelos (1970) são:

“1. Dualismo estrutural, flagrado na paisagem comum de unidades técnicas ou mecânicas justapostas ao *status quo* da economia tradicional;

2. Carência de mão-de-obra especializada e semi-especializada;

3. insuficiência de alimentos e condições sanitárias altamente deficientes;

4. Alto nível de analfabetismo;

5. Ausência de integração econômica, com exaltação de planos setoriais os quais redundam *em benefícios de áreas geográficas distintas e classes sociais privilegiadas*;

6. Instituições econômicas, políticas, jurídicas e sociais inadaptadas ao anseio geral da nacionalidade, pois que as classes conservadoras e sedimentadas no poder teimam em não se aperceber desse imperativo que é a revisão periódica dos códigos institucionais;

7. Supervalorização do setor exportador de matérias-primas, ocorrendo como funestas conseqüências a *sujeição às economias industrializadas* e a inconsistência do equilíbrio cambial;

8. Baixo nível médio da renda da população e renda *per capita* baixa” (grifos nossos).

Para o entendimento do significado de modernização e desenvolvimento, o estabelecimento das suas diferenças intrínsecas é essencial e suficiente. O trecho abaixo, extraído de Dickson (1978), expressa o cerne da questão:

“En el pasado, las naciones industrializadas fueron capaces de apoyarse predominantemente en una capacidad indígena, tanto científica como tecnológica, para producir una corriente continua de innovación tecnológica. Los países subdesarrollados, sin embargo, han tenido que depender primordialmente del cambio y de la adaptación de las tecnologías existentes provenientes de los países industrializados, **contribuyendo** sólo con una pequeña **desis** de investigación e desarrollo por su parte”.

Fica claro, portanto, que a modernização é decorrente dos sistemas políticos de países subdesenvolvidos que decidem por uma industrialização rápida, via processo de importação de tecnologias avançadas. Tal estratégia acarreta aspectos negativos de grandes dimensões para essas

sociedades, pois além de contribuir para a elevação do grau de dependência em relação aos países que “cedem” as tecnologias, muito pouco contribuem para seu desenvolvimento auto-sustentado. Isto sem falar nos impactos sociais no que concerne, especialmente, à imposição de valores exógenos, estabelecendo necessidades superiores à capacidade que aquela economia tem de supri-las. Ao contrário, o desenvolvimento surge em cadeia a partir do momento em que os próprios indivíduos de uma determinada sociedade oferecem soluções aos seus problemas utilizando seus próprios recursos, ou seja, quando oferecem soluções endógenas.

TECNOLOGIA INTERMEDIÁRIA: opção para um país subdesenvolvido

“La razón más importante y cierta para embarcarse en un programa de industrialización es la de que puede ser un modo de incrementar la **renda nacional del país**”, assegura Bryce (1961).

Não há dúvidas que uma crescente industrialização oferece meios para um país subdesenvolvido sair daquele primitivismo produtivo que a subsistência de sua economia oferece através da exportação de uns poucos produtos. Ou seja, através da diversificação de produtos, via processo de industrialização maciço, a economia ganha maior estabilidade no competitivo mercado internacional, auferindo divisas importantes para a retroalimentação do sistema econômico nacional de um país.

Ocorre que, embora aquela visão de 1961, data da produção acadêmica de Bryce, estruturada numa retrospectiva histórica da primeira metade do século 20, continue válida do ponto de vista da ordem econômica, não ofereceria a percepção dos impactos que aquela política dominante causaria às sociedades subdesenvolvidas.

Por certo, como bem coloca Vasconcelos (1970): “... o desenvolvimento tem suas bases mais remotas na própria evolução do trabalho humano através da história. Toda atividade humana pressupõe a técnica de sua realização. *A produção é antecipada de uma técnica consciente*” (grifo nosso).

O trabalho humano de concepção de novas tecnologias se encerra nos países desenvolvidos, que detêm o domínio da fronteira tecnológica, que detêm uma base de conhecimento condizente ao seu desenvolvimento econômico.

A produção num país subdesenvolvido não é precedida de uma técnica consciente, visto que o nível tecnológico, quando se trata de um programa

de industrialização acelerado, é apenas suficiente para implementá-la. Vide as famosas “caixas-pretas”.

Nesta disfunção situa o espaço que determina o desnível entre uma simples modernização, advinda com um programa maciço de industrialização sem base própria de conhecimento tecnológico, e o desenvolvimento auto-sustentado.

A *tecnologia intermediária* entra neste cenário como uma figura medianadora, quase mitigadora mesmo, para proporcionar um certo equilíbrio social, de molde a favorecer o desenvolvimento econômico de um país subdesenvolvido sem grandes ônus para sua sociedade como um todo.

A *tecnologia intermediária* visa evitar alguns dos problemas causados pela rápida industrialização, especialmente a exploração, tanto política quanto econômica, experimentada pelos povos subdesenvolvidos. É direcionada, portanto, às necessidades das massas no que se refere à questão de emprego, ao se utilizar de técnicas de produção baseadas no trabalho humano, em contraposição a automação dos processos produtivos avançados, desenvolvidas a partir de tecnologias próprias. As inovações tecnológicas, como prática do processo de desenvolvimento, vão sendo introduzidas quando se observar uma elevação natural das condições socioeconômicas da população⁸⁶.

Dickson (1978) disserta que a concepção da idéia da *tecnologia intermediária* surgiu na década de 60 com o economista E. F. Schumacher, com o princípio de “maximizar las oportunidades de trabajo para los parados y para aquellos que tienen um **empelo** inadecuado para sus aptitudes, en vez de maximizar el rendimiento por hombre, que es lo que está destinada a hacer la tecnología avanzada convencional”.

Neste sentido, como dito acima, a *tecnologia intermediária* trata de proporcionar empregos no setor tradicional da economia de um país subdesenvolvido, a partir de quatro critérios básicos, também extraídos da obra de Dickson (1978):

86. Quando falava na nota de rodapé n.º 86, que talvez até mesmo este Autor já considerava uma heresia falar de tecnologia intermediária, a razão era a força do discurso político da globalização da economia, indutor de um processo de competitividade acirrado, onde os produtos decorrentes de uma produção automatizada, porque minimizadora de custos e maximizadora de qualidade, ganha espaços indiscutíveis no comércio internacional. Entretanto, permanece a idéia da possibilidade da tecnologia intermediária, como expressam seus critérios básicos, para produtos a serem produzidos e distribuídos dentro de espaços locais e até mesmo sub-regionais nacionais, objetivando, sobretudo, oferecer postos de trabalho, no sentido de amparar o lado frágil do Brasil dual.

1. Os empregos devem ser criados nas regiões onde exista oferta de mão-de-obra, em vez de se concentrar nas áreas metropolitanas;

2. Devem ser baratos e para grandes quantidades, de modo a absorver toda a oferta de mão-de-obra, sem grandes quantidades de inversão de capital ou de importações;

3. As técnicas de produção assim como os métodos organizacionais devem ser simples; e

4. A produção deve basear-se, principalmente, em matérias-primas local e ser destinada ao consumo local.

Dickson (1978) adianta que “Segun Schumacher, as tecnologías intermedias planteadas de acuerdo con estos criterios lograrían **elever** simultáneamente tanto el nivel de empleo como el nivel de productividad, en vez de producirse lo uno a expensas de lo otro”.

A aplicabilidade do modelo passa pelo desenvolvimento contínuo das técnicas de produção já dominadas pela sociedade subdesenvolvida, contribuindo, assim, para o aprimoramento constante da produtividade, e, mais que isso, para um verdadeiro desenvolvimento em bases auto-sustentáveis. Também pode-se optar, em nível de complementaridade, pela adaptação às condições socioeconômicas (redução sociológica) reinantes nos países subdesenvolvidos das tecnologias em curso nas nações de industrialização avançada, o que seria um trabalho muito mais complexo. Nunca deixando de lado a pesquisa para o desenvolvimento de novas técnicas de produção.

Considerações

É fundamental, num processo de desenvolvimento, se trabalhar em cima das necessidades da sociedade-alvo, visando satisfazer os requisitos sociais e econômicos carentes de um país subdesenvolvido. A filosofia da tecnologia intermediária ajuda na adequação da industrialização às condições socioeconômicas dominantes de uma sociedade defasada tecnologicamente, objetivando minimizar os efeitos negativos decorrentes de todo processo de industrialização de um país subdesenvolvido.

É sabido que há poucas esperanças dos países subdesenvolvidos obterem grandes benefícios em sua participação no cenário internacional, pois sempre haverá uma relação desfavorável de perdas e ganhos comerciais. Do mesmo modo, que não se pode esperar que os países industrializados levem a cabo, voluntariamente, políticas que não satisfaçam seus próprios interesses políticos e econômicos.

A alternativa viável para os países subdesenvolvidos está em adotar estratégias de desenvolvimento que se concentrem em se ajudar a si

mesmos, de pôr em prática a máxima de Mao Tse-Tung: “Deve-se procurar caminhar sobre as próprias pernas”.

Por outro lado, a tecnologia intermediária só pode ser tomada como realidade como parte de uma estratégia política que pretenda libertar a população dos países subdesenvolvidos da dominação política e da exploração econômica vinda dos países industrializados e/ou de suas próprias elites governantes.

Somente assim poderá se estabelecer como solução viável, não necessariamente a mais confortável, em atacar as verdadeiras causas do subdesenvolvimento, revertendo o quadro característico de um país subdesenvolvido antes conceituado.

Deve-se, para finalizar, entender por tecnologia intermediária como sendo uma alavanca que levará um país subdesenvolvido para a fronteira da concepção das novas tecnologias, onde o investimento maciço e continuado na educação do povo constitui-se em condição *sine quo* para o atingimento de um estágio de sociedade avançada cultural e tecnologicamente falando. Portanto, não se trata de uma estratégia com sentido de perpetuar o *status quo* de um país subdesenvolvido.

Referências Bibliográficas

1. DICKSON, David. *Tecnologia Alternativa: Políticas del Cambio Tecnológico*. Espanha: Hermann Blume Ediciones, 1978.
2. ALMEIDA, Henrique S. *Um Estudo do Vínculo Tecnológico entre Pesquisa, Engenharia, Fabricação e Consumo*. São Paulo, 1981 (tese doutoramento, EDUSP).
3. VASCONCELOS, João H. *Introdução ao Desenvolvimento Industrial e Econômico*. Publicação da Faculdade de Ciências Econômicas de Natal n.º 13, 1970
4. BRYCE, Murray D. *Desarrollo Industrial: Guia para Acelerar el Crecimiento Económico*. Madri: Ediciones del Castillo, 1961.

PEQUENA COMPARAÇÃO DAS GRANDES LINHAS DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO BURGUÊS EM ROUSSEAU E DO ESTADO OPERÁRIO EM LENIN:

Reflexões frente à alternativa anarquista

Introdução

O presente artigo aborda em caráter comparativo os pontos fundamentais das concepções de Estado, enquanto soluções de desenvolvimento, em Rousseau, que forneceu importante base para a configuração da atual sociedade ocidental, estruturada com a doutrina liberal, e em Lenin, que indicou, a partir dos escritos de Marx e Engels, os caminhos para a formação de uma sociedade baseada no socialismo real, experimentada até a década de 80 (do século passado), a partir da Revolução de Outubro ocorrida na Rússia em 1917.

O resultado do efeito de comparação, já em nível de entendimento deste autor, é confrontado com o que há de mais característico no discurso da teoria anarquista sobre o Estado e, por conseguinte, com uma sociedade estruturada aos moldes libertários. A concepção anarquista de sociedade, portanto, é tomada como marco teórico.

O corpo principal deste artigo, enquanto metodologia adotada para seu desenvolvimento com referencial científico, além desta introdução, que indica a temática abordada e o quadro teórico adotado e do tópico que a segue, onde se coloca a definição dos principais conceitos que permeiam o artigo, denominado de Conceituações, consiste ainda de duas resenhas bibliográficas a seguir desenvolvidas.

Finalmente, a título de considerações, serão tecidos alguns comentários a partir do confronto das interpretações resenhadas dos pensamentos de Rousseau e Lenin, e destas com o ideal anarquista de sociedade, conforme já indicado.

Buscou-se, como objetivo maior deste artigo, a oportunidade de se interiorizar um melhor entendimento dos principais sistemas de sociedade idealizados nos quatro últimos séculos e entendidos pelo homem como forma de desenvolvimento da humanidade, a saber: os Estados burgueses, majoritários, portanto, dominante, o Estado operário, recentemente derrotado em sua experiência soviética e o não-estado, de experiências isoladas e “clandestinas”.

Não será tocada a inter-relação entre a esfera política com as esferas econômica, social, jurídica e ideológica, possibilitada pela aplicação do método do materialismo histórico, em função do próprio limite do artigo.

Conceitos Fundamentais

Para fins de entendimento quanto às noções fundamentais dos principais conceitos que envolvem o artigo, apresentam-se as seguintes definições:

a) Estado: Em nossa opinião, não há uma definição exata de Estado, no sentido de eterna e imutável, uma vez que seu perfil resulta da dinâmica histórica do homem. Ou seja, cada momento histórico conforma o respectivo perfil de Estado, que apresenta características intrínsecas relativamente às suas estruturas e ações, tanto as ideológicas, quanto as econômicas. Destarte, suas presenças e objetivos perante as sociedades vêm “evoluindo” no tempo, tendo-se, no início, partido de um não-estado, passando-se pelos Estados escravagista e feudal, até as atuais configurações burguesas, que conduz os caminhos da humanidade.

Contudo, para efeito deste artigo, tomar a definição de Estado, conforme consta em Miller (1987): “...como una totalidad exclusiva de gobernantes y gobernados que funda una relación ordenada entre los hombres y las cosas...”, com o fundamento de que “...implica una lucha para establecer un orden que no solo evite la anarquía, sino que sea también genuino, auténtico y justo, y no deformado, falso y despótico”⁸⁷.

b) Liberalismo: Segundo ainda Miller (1987), “es un modo de pensar sobre la humanidad y la política que ha inspirado diversos movimientos políticos en Europa y en países influidos por la cultura européa durante los cuatro últimos siglos. Debido a la prolongada importancia del liberalismo en la política occidental, en ocasiones parece imposible definirlo sin identificarlo con la civilización occidental en su totalidad...”.

É, portanto, um sistema de idéias elaborado por pensadores políticos europeus no contexto das lutas de classe da burguesia contra a aristocracia, tendo-se tornado hegemônico com a superação do modo de produção feudal pelo capitalismo, que sustenta a atual concepção de Estado, dentro da metodologia do materialismo histórico.

87. O termo anarquia contido naquela definição indica o estereótipo de uma condição negativa de ordenamento da sociedade ampla e propositadamente difundido na cultura ocidental, não tendo, portanto, nada a ver com a teoria anarquista.

Deve-se, assim, entendê-lo como o “pano de fundo” ideológico da burguesia, estruturado nos princípios da liberdade de expressão e de associação, da propriedade privada, da igualdade jurídica e da democracia.

Seu grande marco instaurador foi a Revolução Francesa, para a qual os escritos políticos de Rousseau serviram de importante paradigma teórico.

c) Socialismo Real: Reflete uma forma de organizar a sociedade determinada a partir de uma revolução vitoriosa da massa proletária, com o conseqüente estabelecimento de um Estado operário, enquanto passagem para o comunismo.

Aquele Estado operário regeria a ordem econômica de forma plena e centralizada, uma vez que passaria a dispor de todos os meios de produção, obtidos com a expropriação de toda e qualquer propriedade privada da derrotada burguesia.

Neste sentido, deve ser entendido como instrumento superador do Estado burguês, portanto, da sua implantação em substituição ao sistema capitalista.

Embora existam entendimentos diferenciados dos desdobramentos deste conceito em Bottomore (1988), para fins deste artigo, deve ser visto como estágio intermediário para o comunismo, exatamente pela extinção da propriedade privada, por conseqüência, pela eliminação das diferenças socioeconômicas entre os indivíduos, base fundamental para uma sociedade comunista, obtida, finalmente, com a extinção do respectivo Estado operário que o socialismo real induz; e

d) Anarquismo: Sinônimo de socialismo libertário, discurso de negação imediata do Estado, da abolição da figura do Estado, enquanto instrumento maior de dominação do homem sobre o homem, quer seja sob o liberalismo ou sob o socialismo real.

O anarquismo é uma doutrina que visa a instauração do comunismo a partir da eliminação de todo e qualquer tipo de autoridade e do estabelecimento da prática da solidariedade econômica, que tem como lema: **“De todos de acordo com suas potencialidades, para todos de acordo com suas necessidades”**.

Portanto, doutrina que objetiva o mesmo fim do socialismo real, diferindo fundamentalmente quanto à forma de alcançá-lo, especialmente no que toca à necessidade do Estado operário, entendido na teoria marxista como “ponte” necessária para o comunismo⁸⁸.

88. Há também quem negue este objetivo comum.

Nascimento (in: Weffort; 1991) aborda dois vetores importantes quanto a um discurso legitimador da necessidade de fazer o Estado burguês instituído para “salvaguarda” dos homens, ou seja, como instrumento de se estabelecer uma “ordem civil” para as diversas sociedades advindas com o avanço histórico da espécie humana, a partir da idéia do pacto social entre os cidadãos, caracterizando a sociedade civil dissociada da instituição Estado e ao mesmo tempo representada e legitimada por aquele Estado, e da possibilidade de cada cidadão participar politicamente na organização e na gestão daquele mesmo Estado.

O texto mostra, no entendimento de Nascimento (in: Weffort; 1991), que Rousseau estabelece dois grandes períodos da história do homem: o primeiro denominado estado de natureza no qual o homem goza de plena liberdade e onde imperou a igualdade; segundo configurado a partir do surgimento da propriedade privada, determinando a desigualdade entre os homens, com a conseqüente perda da liberdade. Cenário este caracterizando o ensaio do que viria a ser a sociedade civil, enquanto uma complexa rede de relações entre os homens, estabelecida em separado do Estado com a evolução contemporânea da Humanidade.

O “Discurso sobre a Origem e os Fundamentos das Desigualdades entre os Homens” serve de base para caracterizar as relações entre os dois períodos históricos, especialmente quanto à passagem, à fronteira **entre os mesmos**. É o que se abstrai da afirmativa de Rousseau: “... enquanto se dedicaram apenas às obras que um único homem podia criar, (...), eles viveram livres, são bons e felizes, tanto quanto o poderiam ser pela sua natureza, (...); mas desde o momento em que um homem teve necessidade do auxílio do outro, desde que se apercebeu de que seria útil a um só indivíduo contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, a propriedade se introduziu, o trabalho se tornou necessário e as vastas florestas se transformaram em campos aprazíveis, que foi preciso regar com o suor dos homens e, nos quais, viu-se logo a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas”.

89. Desenvolvida acima do texto de Milton Meira do Nascimento, denominado “Da servidão à liberdade”, inserido no livro *Os Clássicos da Política*, Volume 1, onde interpreta Rousseau, especificamente sobre os conceitos de pacto social e da representatividade do cidadão perante a instituição Estado.

90. Milton Meira do Nascimento é professor da Universidade de São Paulo. Possui amplo conhecimento do tema, portanto, estudioso de Rousseau, segundo indica Francisco C. Weffort

na Introdução do livro no qual o texto resenhado está inserido.

Assim, a sociedade nascente evoluiu, conforme caracterizou Rousseau, para uma sociedade que acentuou a subtração da liberdade do homem, ao mesmo tempo em que o fez mais desigual frente ao seu semelhante (neste momento é importante ter em mente que Rousseau experimentou o início do final do modo de produzir e distribuir as mercadorias com base na servidão). No seu entendimento, aquela tendência irremediável tornou necessário desenvolver mecanismos para assegurar as posses dos ricos e a liberdade perdida (é neste contexto histórico que a teoria liberal vai assegurar a possibilidade da igualdade jurídica entre os homens, também legitimada pela instituição Estado).

Reflete o discurso da classe emergente, a burguesia. É o que indica a passagem seguinte: “Unamo-nos para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e *assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence*. Instituímos regras de justiça e de paz às quais todos sejam obrigados a se submeter, que não façam exceção a ninguém, e que de certo modo reparem os caprichos da fortuna através da igual submissão do poderoso e do fraco a deveres mútuos. Em uma palavra, em lugar de voltar nossas forças contra nós mesmos, reunamo-las em um poder supremo que nos governe segundo sábias leis...” (grifo nosso).

O Contrato Social, então, a expressar o pacto social, delineia uma tentativa idealizada por Rousseau de contribuir para uma nova ordem política, para manutenção e desenvolvimento do estado de coisas baseado na desigualdade entre os homens, exatamente porque entendia uma situação irremediável. Era o caminho para a legitimação do Estado burguês.

Aquele ideário político visava, decerto, estabelecer a liberdade civil sob a base da desigualdade (a democracia moderna é praticada em cima de uma enorme desigualdade social); é o que sugere esta outra passagem:

Nascimento, a partir da interação de textos de Rousseau extraídos do “Discurso sobre a Origem e os Fundamentos das Desigualdades entre os Homens” e do “Contrato Social”, sintetiza seu entendimento, com o objetivo de indicar ao leitor a contribuição daquele pensador do século 18, que fortemente participou da concepção da atual ordem política da sustentação dos governos dos Estados burgueses, no que concerne a função e o objetivo de dois elementos fundamentais, o pacto social e a vontade e a representação política do povo perante a instituição Estado, concluindo que a atual ação política diverge daquele pensamento político original. Portanto, o autor utiliza-se do método categórico-dedutivo, uma vez que sua análise ainda que tomando textos concebidos e escritos há três séculos atrás, parte do geral para o particular político contemporâneo. Milton baseia-se na própria doutrina liberal de estruturação das sociedades porque toma o entendimento político de Rousseau no sentido de burilar, de aperfeiçoar a institucionalidade do Estado burguês, portanto, buscando o seu desenvolvimento.

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja, com toda a força comum, a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes”. Aí está a noção da representatividade de todo cidadão na nova esfera política. Entretanto, possibilidade esta restrita, pois só se dá na medida de um maior ou menor poder econômico do indivíduo que intenta utilizá-la.

Nascimento (in: Weffort; 1991) busca a conclusão para seu texto na tentativa de esclarecer questões atuais no que concerne ao entendimento do pensamento político de Rousseau, fazendo as seguintes indagações: “Em que medida, ao estabelecer um dever-ser de toda ação política, ou seja, as condições de possibilidade de uma ação política legítima, o autor estaria propondo um outro tipo de sociedade e dessa maneira estaria acreditando numa ação política transformadora? Da servidão, teríamos condições de desenvolvermos um projeto visando à recuperação da liberdade?”

Nascimento (in: Weffort; 1991) entende que não, na medida em que Rousseau mostra-se incrédulo quanto a recuperação da liberdade do homem, perdida com a passagem do estado de natureza a partir do estabelecimento das desigualdades entre os homens.

Portanto, a contribuição de Rousseau veio para ratificar a concepção atual de Estado ao afirmar que “todo o Contrato Social, de uma análise cuidadosa do modo de funcionamento da engrenagem política e das condições de sua legitimidade, transformou-se num manual prático de política” (com o que se percebe que hoje aquele manual objetiva assegurar o sistema capitalista, mantendo subjugada a variável trabalho).

Resenha⁹¹ de Lenin em Lenin⁹²

Consiste em buscar o entendimento de Lenin (1997) do que seria o Estado burguês, enquanto instituto concebido pelo homem contemporâneo

91. Desenvolvida acima do texto de Lenin, denominado “As Classes Sociais e o Estado”, representando o Capítulo I do seu livro *O Estado e a Revolução*.

92. V. I. Lenin, utilizando-se do legado intelectual deixado por Marx e Engels, reavalia as questões relacionadas a como atingir e manter uma forma de conceber uma sociedade baseada numa maior igualdade social entre os homens (socialismo real), como por exemplo, os temas Revolução Proletária e Estado Operário. Neste sentido, tornou-se importante restaurador da “...verdadeira doutrina de Marx e Engels sobre o Estado e...” do “...papel do proletariado na revolução socialista...”, como assegura Florestan Fernandes na Apresentação do livro *O Estado e a Revolução*. Portanto, além de contribuir teoricamente para a cristalização de uma visão de mundo alternativa à ordem vigente de sua época,

para possibilitar a supremacia de uma dada parcela da sociedade, exatamente aquela que detém o poder político e econômico, sobre o conjunto restante dos indivíduos.

Ao mesmo tempo em que desenha uma possibilidade de superação daquela tipologia de Estado, transformando-a numa outra estrutura, num outro Estado, dito operário, de promoção do socialismo real a partir da determinação de que os meios de produção passam a ser propriedade do Estado operário, objetivando a abolição das classes como forma de passagem para um sistema de sociedade comunista.

O Capítulo I do livro *O Estado e a Revolução* escrito por Lenin (1997) demonstra que o Estado é configurado a partir do antagonismo das classes sociais. Mostra que aquele antagonismo é um fato natural e inevitável, uma vez que os interesses das classes sociais são diferenciados, os quais são buscados e mantidos com a subordinação das classes política e economicamente desfavorecidas. Para tanto, a classe detentora do poder político e econômico concebe e operacionaliza o Estado a partir de um discurso legitimador, propalando, ao invés do antagonismo, a “conciliação” das classes sociais assegurado pelo Estado burguês.

A estrutura daquele Estado, então, entendido Estado burguês porque protege e assegura o modo de produzir e distribuir as mercadorias sob o sistema capitalista, desenvolvido a partir da acumulação de capital por parte da burguesia, é dimensionado através de um aparelho governamental dotado de instrumentos e ferramentas utilizadas para a manutenção da “ordem” que interessa para a permanência daquele sistema, constituídos principalmente da existência de uma permanente força armada e pelo

participou como o grande líder da Revolução de Outubro, quando se instaurou uma tentativa de operacionalização do Estado Operário/Socialismo Real, ferramentas fundamentais da doutrina marxista para se alcançar uma sociedade comunista, que, muito embora não tenha logrado êxito no longo prazo, contribuiu para a conformação do sentimento socialista em todo o mundo, amenizando a ação do imperialismo, conceito concebido pelo próprio Lenin.

Lenin estrutura seu entendimento a partir da confrontação do que denominou “doutrinas desvirtuadas”, com a sua interpretação alcançada com a revisão da doutrina de Marx e Engels sobre o Estado, elegendo Karl Kautsky o principal representante daquelas doutrinas. Com isto, toma como objetivo programático teórico delinear uma estratégia organizada de ação política a ser desenvolvida pelas massas proletárias, de cunho prático e de formação da consciência operária, no sentido de indicar o “...que devem fazer para se libertarem do jugo capitalista em futuro próximo...”, conforme mesmo afirma no Prefácio à primeira edição do livro *O Estado e a Revolução*.

Lenin baseia-se, como já foi indicada, na contribuição teórica deixada por Marx e Engels que conformou a disciplina Marxismo, obrigatória nos estudos atuais de economia política, ciências políticas, dentre outros.

exercício do poder político. Tal poder político é exercido pelos representantes dos donos dos meios de produção (a pequena burguesia e/ou os profissionais do capital), quando não pelos próprios capitalistas, o que indica a integração “positiva” da ação do Estado burguês com a ideologia do sistema capitalista. A institucionalização do sufrágio universal também se constitui em poderoso instrumento a auxiliar a manutenção do sistema capitalista de organização social.

Neste sentido, caracterizando o Estado burguês como instrumento de exploração da classe oprimida, demonstra que a libertação daquela classe desfavorecida, conforme já dita, em confronto com as “doutrinas desvirtuadas” capitaneadas por Kaustsky, que entende o Estado superior à sociedade, porque equaciona os interesses antagônicos das classes sociais, somente se dará “...por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pelas classes dominantes...”.

Desta forma, entende que a revolução violenta é o instrumento adequado para a instalação de um Estado operário, o qual passa a deter a propriedade dos meios de produção expropriados da burguesia no processo revolucionário. A produção da riqueza material pelo homem passa a ter, então, uma distribuição mais justa. É a configuração da igualdade social pretendida no socialismo real.

Este cenário propicia a abolição das diferenças sociais e dos antagonismos de classes, entendidos como geradores da necessidade da existência do Estado. O desenvolvimento desta ação política por parte do proletariado criará as condições para o “definhamento” do Estado, ou seja, com o surgimento de uma sociedade comunista, objetivo teórico da doutrina marxista sobre o Estado.

O cerne da questão desenvolvida por Lenin (1997) no Capítulo I do seu livro *O Estado e a Revolução* repousa na necessidade do proletariado buscar, através de uma ação política revolucionária, a constituição do Estado operário como forma de conquistar suas igualdades social, econômica e política.

A revolução para alcançar aquele fim idealizado deverá ser desenvolvida de forma violenta e objetiva, cujo resultado imediato, o Estado operário, não deve ser entendido como um estágio último, mas apenas um degrau intermediário e temporário para que se alcance o objetivo maior, qual seja, uma sociedade comunista.

Para tanto, argumenta que o Estado, qualquer Estado, quer seja escravagista, feudal ou moderno, defende os interesses da sua respectiva classe dominante, e, portanto, deve ser superado.

Neste sentido, exclui a linha da social-democracia do genuíno pensamento marxista, corrente iniciada por Kautsky, porque admite a

possibilidade de se alcançar o socialismo através do próprio Estado burguês, uma vez que se constitui uma instituição imparcial e acima da sociedade, ou seja, de conciliação de classes. A evolução para o socialismo dar-se-ia, então, através de pequenas revoluções dentro do sistema, e não através de uma revolução única e violenta, conforme indicado na doutrina marxista.

A Título de Consideração

A contraposição objetiva ao pensamento de Rousseau, sustentado na reflexão de Nascimento (in: Weffort; 1991), repousa no fato de que admite a imutabilidade da essência (portanto, não se trata de essência e sim de valores culturais) egoísta do homem, daí pensar na necessidade de, através de um pacto social, organizar socialmente os homens a partir de uma instituição imparcial (Estado) e voltada para buscar a harmonização dos interesses de todo o cidadão, via participação da vontade representativa de cada indivíduo na organização e na gestão daquele estado, que tomou o perfil burguês. Não pensou, portanto, numa evolução qualitativa da ordem social e econômica para o longo prazo.

A idéia que abstrai é que a observação de Nascimento (in: Weffort: 1991) está no sentido de demonstrar que todo e qualquer Estado estará, em sua prática, à disposição dos interesses da classe política e economicamente mais forte se os mecanismos idealizados por Rousseau (essencialmente a questão da representatividade popular) não forem aplicados com correção.

A crítica tem como ponto fundamental o fato de Lenin (1997) entender o processo de evolução da Humanidade, através do socialismo real adotado via revolução proletária, como uma transformação linear das sociedades.

Adita-se o fato da sua abordagem subtrair explicitamente a necessidade de trabalhar a consciência humana de uma forma positiva, ou seja, para o desenvolvimento da humanidade do seu ser, para além da esfera política. Ao mesmo tempo em que sugere uma igualdade social, até agora de difícil leitura para o entendimento humano considerando a diversidade individual dos homens, não aquilatando como realismo a essência egoísta do homem quando dispõe do poder político. Isto é, a igualdade social entre os homens não se dará apenas com a decretação de que a produção e a distribuição da riqueza deva ser centralizada no Estado (operário), mas também buscando meios (uma nova ordem psicológica dos valores culturais do homem; um novo condicionamento

sociogenético) de burilar a ambição do homem, exatamente aquele responsável de conduzir a máquina burocrática e política do Estado operário. O desvirtuamento do ideário (democrático) da Revolução de Outubro talvez tenha contribuído para a perda da oportunidade de se buscar o socialismo em caráter permanente, isto é, com solução de continuidade.

Neste sentido, os pensamentos político anarquistas, refutando todo e qualquer tipo de Estado, entendem que, enquanto prática, seus gestores sempre agirão buscando a manutenção de uma dada ordem ideológica que estará a serviço da elite dirigente, ditando regras e condutas sociais convergentes com aquela manutenção, **que desenvolvido** no homem o sentimento egoísta.

Diante do exposto, refletido com base na teoria anarquista, cujo fundamento principal e a negação de todo e qualquer Estado e da autoridade política intrínseca concedida aos seus gestores, pode-se alinhar para um mesmo ponto de convergência os pensamentos de Rousseau e Lenin, uma vez que teoriza a possibilidade do desenvolvimento de um dado Estado, o burguês por um lado e o operário de outro, como mecanismos necessários e capazes de assegurar uma organização social positiva e harmônica entre os homens. A estratégia de utilizar o Estado operário como estágio intermediário para o comunismo enquanto objetivo de extinguir o Estado a nosso ver não nega a colocação, até porque Lenin (1997) acentua o caráter de classe do Estado, mesmo sob o socialismo real.

De um lado, o discurso legitimador do Estado burguês buscando garantir com maior ênfase a liberdade (de expressão/associação) dos homens, e do outro lado, o Estado operário buscando principalmente a igualdade (social), enquanto justificações de uma solução definitiva para a Humanidade, têm-se mostrado insuficientes. Talvez uma verdadeira e mais duradoura organização social dar-se-á somente com afetiva integração daqueles dois conceitos (liberdade/igualdade), hipótese ainda distante do entendimento humano. Berlim (1991) sugere muito bem aquela impossibilidade quando diz:

“Tanto a liberdade quanto a igualdade estão entre os objetivos básicos procurados pelos seres humanos durante muitos séculos: mas (...) a liberdade total dos poderosos, dos talentosos, não é compatível com o direito de uma existência decente para os fracos e os menos talentosos (...) A igualdade pode exigir a restrição da liberdade daqueles que desejam dominar, a liberdade (...) está sujeita a restrições a fim de abrir espaço ao bem-estar social...” (p. 22).

A teoria anarquista assegura a possibilidade de uma organização social libertária, ou seja, sem a necessidade da instituição Estado para a manutenção de uma dada ordem, tanto em nível social, quanto econômico, jurídico, político e ideológico, imposta pelos homens sobre os próprios homens. Fundamentalmente, estruturam o seu ideário a partir da abolição da autoridade e da efetiva prática da solidariedade humana e econômica. Estes conceitos constituem os pilares de sustentação da concepção anarquista de sociedade, assim como os são a propriedade privada e a igualdade jurídica para o Estado burguês, e a posse dos meios de produção pelo Estado e a não-pluralidade de idéias políticas – entenda-se totalitarismo – para o Estado operário. Na realidade, foi essa última perspectiva, exatamente do totalitarismo, que os anarquistas se aperceberam, ou seja, a menos que o homem desenvolva a possibilidade de trabalhar libertariamente a sua estrutura de valores sociais, qualquer que seja a organização estatal fadada ao insucesso no longo prazo por conter implicitamente a característica do uso do poder, da autoridade. É evidente que o raciocínio, por outro lado, também se aplica para a atual lógica cega do mercado burguês que subverte a verdadeira humanidade do ser.

Ainda que admitindo o insucesso de ambas aquelas linhas de pensamentos políticos de idealizar a instalação de uma sociedade ideal, função da miséria e do lixo humano que o sistema capitalista, assegurado pelo Estado burguês, gera, e do desmantelamento da tentativa histórica da implantação do socialismo real pelo Estado operário soviético, função do fato de ter estado ilhado numa cultura hegemônica da busca do lucro, da prática do consumo e da evolução de inovações tecnológicas, mecanismos que em última instância realimentam o sistema capitalista, o homem não deverá ficar inibido frente ao processo de ratificação do Estado burguês que hoje se presencia, no sentido de continuar refletindo e idealizando a possibilidade de uma sociedade perfeita e ideal. Mais uma vez Berlim (1991) delinea esta posição expressando:

“A idéia de uma sociedade perfeita é um sonho muito antigo, seja devido aos males do presente que levam os homens a imaginar o que seria o mundo sem essas aflições (...), seja devido ao fato de essas utopias serem ficções deliberadamente satíricas, criadas com a intenção de se criticar o mundo real e lamentar a ação dos que controlam os regimes existentes ou a falta de ação dos que passivamente a eles se submetem; ou talvez, ainda, por se tratar de simples exercícios de imaginação poética (p. 29).

Botelho aborda assim uma necessidade de conscientização humana na busca de novas utopias no artigo “Nem a Democracia Burguesa, Nem a Ditadura do Proletariado”, que abre os *Toques Fundamentais*:

É preciso que todo indivíduo conscientize-se de que tanto a democracia burguesa quanto a ditadura do proletariado são estágios intermediários da evolução da humanidade, e que como formas imperfeitas utiliza-se de mecanismos coercitivos e compulsórios, via instituto Estado/autoridade política, para o estabelecimento das respectivas ordens sociais.

Bibliografia Citada

1. David MILLER, dirigida por, *Enciclopedia del Pensamiento Político*. Espanha: Alianza Editorial, 1987.
2. Tom BOTTOMORE, editado por, *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
3. V. I. LENIN, *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
4. Francisco C. WEFFORT. (org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
5. Isaiah BERLIM, *Limites da Utopia: Capítulos da História das Idéias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SOCIEDADE E MERCADO

Certamente a discussão entre estes dois conceitos não é nova. Entretanto, a proposta é de abordá-la segundo a perspectiva do ambientalismo, qual seja, da lógica do desenvolvimento sustentável, entendido como uma possibilidade de dignidade para a humanidade, em confronto direto com a lógica libertária.

O mundo já tende a adotar, após quase dois séculos de amadurecimento da questão ecológica, a lógica do equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e social nos negócios de mercado. Trata-se de um bom começo, embora com a sensação de **tardialidade**, para que novas dimensões venham a ser agregada ao conceito de desenvolvimento sustentável, como a própria dimensão política, fulcro das decisões dos homens sobre os homens. É o que se pode depreender de Héctor Ricardo Leis, em *A Modernidade Insustentável: As Críticas do Ambientalismo Sociedade Contemporânea*, editado pela **Vozes, em Santa Catarina**, em 1999, quando afirma, respectivamente, quanto a evolução da ecologia e quanto a improPRIEDADE da função política moderna:

“Desde a sua origem, no século 19, até as primeiras décadas do século 20, a ecologia dedicou-se a estudar unicamente espécies singulares, em seu meio ambiente. Em uma segunda fase, a ênfase passou para o estudo do conjunto de espécies vegetais e animais que vivem em uma determinada área. Nos anos 50 do século passado, a ecologia recebeu um enorme impulso através da Teoria Geral dos Sistemas, que se desenvolvia, em forma paralela, estudando o comportamento dos sistemas complexos. Foi aqui que apareceu o conceito de ecossistema, uma unidade de estudo que inclui todas as interações existentes entre organismos e componentes vivos e não-vivos em um espaço sistemicamente definido. A utilização de computadores nos anos 60 daria um enorme alcance a esse conceito permitindo-lhe processar grandes quantidades dos dados sobre ecossistemas de todo tipo e tamanho. Foi nesse contexto que começaram a formarem-se equipes de pesquisa interdisciplinar, especialmente nos países mais avançados. A quarta fase da ecologia aparece nos anos 60, quando começam a enfatizarem-se os problemas globais e a importância da interconexões entre ecossistemas. Surge então a preocupação pelos aspectos científicos de conservação da biosfera (...) A quinta fase (e atual) da ecologia, surgida nos anos 70 e 80, implica a inclusão do homem na biosfera, isto é, a consideração dos problemas sociais, econômicos e políticos junto aos ambientais e, portanto, sua vinculação com as ciências sociais e humanas em geral”. (p. 78/79)

“Uma política congruente com os valores verdes apresentados anteriormente (ecologia, justiça social, não-violência, feminismo e espiritualidade) é impossível de ser imaginada de forma funcional com as lógicas do Estado ou do mercado. A

política verde supõe que os seres humanos recuperem a soberania sobre a sociedade e a natureza. A racionalidade ecológica não pode brotar espontaneamente do sistema econômico e político vigente”. (p. 124)

Assim, ao longo do século passado, os ecologistas buscaram convergência com os cientistas sociais, tentando demonstrar que a impactação ambiental, em todas as medidas, estabelece complementaridade, não só com a economia, mas também com a sociedade. Portanto, ratificando a interdependência entre as ciências, confirmando-a como o grande paradigma deste século vinte e um. Ao mesmo tempo em que se percebia que as soluções que o ambientalismo passou a requerer iam além das posições políticas tradicionais de direita e de esquerda, o que exigirá dos formuladores de políticas públicas estarem à frente de seu tempo⁹³. Registro, não obstante, que Leis (1999) não adota o anarquismo para o equacionamento da dimensão política⁹⁴. Na realidade, busca ampliar a politização da ecologia. Este autor é que ocupa o espaço aberto com o resgate da lógica libertária.

A discussão passa, então, pela ética de mercado que a ocidentalidade adotou ao idealizar o sistema capitalista a partir das argumentações de Adam Smith, em *Riqueza das Nações*. A idealização foi desenvolvida com as propostas e reflexões dos economistas clássicos e neoclássicos, estando, hodiernamente, ao mesmo tempo, em processo de consolidação e em processo de questionamento.

O processo de consolidação deu-se com a queda do Muro de Berlim, quando a bipolaridade política cedeu lugar à *Pax Americana*, ampliado com o fervor da globalização, onde os produtos de consumo de massa se transformaram em produtos globais, reproduzindo o capital das grandes firmas transnacionais em escala nunca antes experimentada. O processo

93. Os *slogans* “direita” e “esquerda” talvez estejam esgotados, mas tal fato, na minha percepção, não deve camuflar a necessidade da humanidade superar a barbárie conferida pelo sistema capitalista/estado moderno.

94. Leis (1999), na realidade, avança seus questionamentos sobre a dimensão religiosa, abordando a supremacia do mistério da redenção sobre o da criação dada pela cultura judaico-cristã, que favoreceu e induziu a ação antrópica, determinadora dos conflitos ambientalistas e, ao mesmo tempo, oportunizada pelo desenvolvimento científico-tecnológico, concluindo, entretanto, que a nova utopia (utopia na minha percepção) do desenvolvimento sustentável somente poderá ser construída na dimensão do amor (aí reside um outro conflito humano, segundo meu amigo libertário Auri Gusmão: ser livre ou amar; amar ou ser livre).

de questionamento, por sua vez, ganha espaço com a proposta ambientalista, estruturada no avanço do conceito de desenvolvimento sustentável.

O sistema capitalista prima pela otimização dos fatores de produção no mercado. Porém, quando assim acontece, a sociedade fica à margem da dignidade. Esta “alocação ótima” oportuniza a concentração de 40% da renda mundial anual nas mãos de apenas 365 pessoas, segundo Jeremy Rifkin, em entrevista na primeira edição da *Veja* de 2003. Ou seja, cruzando essa informação com dados do *Human Development Report 2001*, da *United Nations Development Programme*, temos que, aproximadamente, uma renda anual de aproximadamente 14 trilhões de dólares fica acumulada entre os 365 indivíduos mais ricos da Terra, quando a população mundial é de quase seis bilhões de seres humanos em 1999. Trata-se de uma desumana desproporcionalidade.

Que otimização é esta? Não há otimização. Há competição. Há lucratividade. Há acumulação. Houve a adoção do mercado em detrimento da sociedade, isto é, houve adoção induzida da ética de mercado⁹⁵ em prejuízo da ética social. A sociedade, na era moderna, passou a estar subjugada ao mercado. A indução está no sentido de que a humanidade negou as experiências históricas de produção e distribuição da produção a partir de princípios da reciprocidade, redistribuição e da domesticidade, por exemplo, observados entre os ilhéus de Trobriand da Melanésia Ocidental, utilizados por Karl Polanyi, em “*A Grande Transformação*”, editado pela Campus, no Rio de Janeiro, em 2000.

Quanto à indução do que denominei de ética de mercado, Polanyi assegura que:

“... anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio, que fosse controlada por mercados. Apesar da quantidade de fórmulas cabalísticas acadêmicas, tão persistentes no século 19, o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana.

.....

Mas a mesma tendência que a geração de Adam Smith a ver o homem primevo como inclinado à barganha e à permuta induziu seus sucessores a descartar todo interesse no homem primitivo, uma vez que já se sabia que ele não se inclinava para essas louváveis paixões”. (p. 62 e 64)

95. Uma abordagem das ideossincrasias do mercado moderno pode ser encontrada em *Sobre Ética e Economia*, de Amartya Sen, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Para tanto, expõe aqueles princípios da seguinte forma, os quais demonstram a ausência da motivação do lucro, a ausência de se trabalhar por uma remuneração e, especialmente, a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas, como o é o mercado:

“O homem que sustenta sua irmã e a família dela, entregando-lhe os melhores produtos da sua colheita, ganhará crédito principalmente pelo seu bom comportamento, porém terá em troca muito pouco benefício material imediato. Se ele for preguiçoso, sua reputação será a primeira a ser atingida. O princípio da reciprocidade atuará principalmente em benefício da sua mulher e de seus filhos, compensando-o assim, economicamente, por seus atos de virtude cívica” (p. 67)

“O princípio da redistribuição não é menos efetivo. Uma parte substancial de toda a produção da ilha é entregue pelo chefe da aldeia ao chefe geral, que a armazena. Entretanto, como toda a atividade comunal se centraliza em festas, danças e outras ocasiões quando os ilhéus entretêm uns aos outros, assim como aos vizinhos de outras ilhas (ocasião em que são distribuídos os resultados do comércio em áreas distantes, e o chefe distribui a todos os presentes habituais), torna-se aparente a extrema importância do sistema de armazenamento”. (p. 67/68).

“O terceiro princípio, destinado a desempenhar um grande papel na história, e ao qual chamaremos o princípio da domesticidade, consiste na produção para uso próprio (...) O selvagem individualista, que procura alimentos ou caça para si mesmo ou para sua família, nunca existiu. Na verdade, a prática de prover as necessidades domésticas próprias tornou-se um aspecto da vida econômica apenas em um nível mais avançado da agricultura. Mesmo então, ela nada tinha em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado. Tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades auto-suficientes, o princípio era invariavelmente o mesmo, a saber, o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo”. (p. 73)

Para quem já leu alguma literatura anarquista, certamente reconhecerá o que Polanyi chamou de princípio da domesticidade: “de cada um de acordo com suas possibilidades, para cada um de acordo com suas necessidades”. Neste sentido, fica demonstrada a possibilidade do resgate do fulcro anarquista para a superação do mercado em benefício da sociedade, conferindo sintonia com o avançar do conceito de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável, portanto, é um meio-caminho de uma nova utopia para a humanidade, na medida em que protocolos como o de Kioto, que busca restringir a emissão de dióxido carbono para a atmosfera em decorrência da utilização de combustíveis fósseis, o grande motor da

ética de mercado, mais cedo ou mais tarde acabarão sendo assinados, na medida em que financiamentos nacionais e internacionais, mais cedo ou mais tarde somente fluirão sob critérios ambiental e social observados, enfim, na medida em que surge a consciência de que os insumos não-renováveis para a produção mundial tendem ao esgotamento num horizonte de apenas mais um século, a continuar os moldes do consumo atual e ao mesmo tempo tornando esse consumo impossível fisicamente, mais cedo ou mais tarde forçarão o desenvolvimento e a adoção de tecnologias limpas, desenvolvidas a partir de insumos renováveis, como por exemplo, a energia obtida com o hidrogênio encontrado da água.

Certo, não bastarão os protocolos assinados, os financiamentos sob novos critérios e a consciência das tecnologias limpas para a inversão da ética de mercado em favor da ética social. A competição deverá ceder lugar para a solidariedade. A mentira, a ambição, a violência, o egoísmo, a hipocrisia, enfim, a alienação deverão ser banidas juntamente junto com a autoridade política. A Economia terá base na solidariedade, ao invés da oferta e demanda, superando os atuais conteúdos programáticos universitários. De igual forma, a Ciência Política não mais aprofundará a condição imperial do estado moderno, mas aprimorará formas de autogestão de uma economia humana estruturada na solidariedade econômica.

Por isso, dizíamos concordar com Leis (1999) que o conceito atual de desenvolvimento sustentável, que propugna sinergia entre a viabilidade econômica, a correção ambiental e a justiça social, é insuficiente para que a sociedade se sobreponha ao mercado. Ou seja, na minha medida, somente a reformulação da dimensão política, com a superação da democracia pelo anarquismo, é que a humanidade deverá ganhar dignidade, ocupando o espaço do questionamento da dimensão política defendida por Leis (1999).

Em conclusão, não bastarão que os empreendimentos se reproduzam, atendendo à prerrogativa do lucro (na lógica capitalista, certamente desnecessário na lógica anarquista), de forma sinérgica com o respeito à natureza, mantendo os recursos naturais disponíveis para gerações futuras, e à sociedade, distribuindo lucros aos trabalhadores, cujos filhos deverão estar, necessariamente, nas escolas. Será absolutamente imprescindível que o contexto das decisões de produção e distribuição das mercadorias não estejam mais sob a égide do mercado, mas guiadas pela emergência da solidariedade econômica e geridas pela adoção da gestão participativa, o que somente será possível, com a superação da figura da autoridade política, que determina a decisão dos homens sobre os homens, que determina aquela alienação.

Sobre esta possibilidade idealizei um “projeto de humanidade”, idéia desenvolvida a partir da leitura da “Proposição Justificada ao Comitê Central da Liga da Paz e da Liberdade”, elaborada por Mikhail Bakunin, reproduzida no livro *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*, editado pela Cortez, em São Paulo, em 1988, como elemento literário da Coleção Pensamento e Ação, que assim sintetizei nos *Toques Fundamentais*, que sempre vale a pena ratificar:

1. “Projeto humanidade” em que cada homem possa realizar suas reais aspirações individuais, a partir da negação de todo e qualquer sistema de valores imposto como instrumento de manutenção de jugo, como os que têm sido repassados ao longo dos tempos através dos discursos políticos justificadores dos próprios jugos;

2. “Projeto humanidade” onde nenhum homem ou grupamento de homens, quer acobertado pelo manto da iniciativa privada ou estatal, ou ainda em nome do conhecimento ou da ciência, disponha de meios de reproduzir o seu conforto e lazer com base na exploração do trabalho alheio, mas em contrapartida, que todos os homens, assegurados cooperativamente dos meios de produzir e de consumir, tenham o suficiente para a satisfação de suas existências a partir da contribuição possível e dedicada de cada um;

3. “Projeto humanidade” em que, para a gestão das sociedades, inexistente a necessidade de polícias ou quaisquer instituições que tenham dentre seus objetivos a possibilidade da ação coercitiva para assegurar qualquer que seja o tipo de poder;

4. “Projeto humanidade” onde a organização da vida social tenha como força motriz apenas as necessidades naturais de todos os indivíduos, isto é, uma organização de vida que esteja pautada na solidariedade, a qual deverá estar permeada de valores que desestimule a acumulação individual de bens materiais;

5. “Projeto humanidade” em que não seja permitido o estabelecimento de qualquer ordem jurídica que contemple mecanismos que possibilitem a formação de elites a conduzir as sociedades por caminhos interligados a redes de privilégios que as façam mentirosas e afortunadamente diferenciadas, mas tão-somente elabore um código de conduta aplicável a toda humanidade visando a valorização dos direitos e deveres naturais de todo homem, o qual, inclusive, terá revisões permanentes até o momento em que os homens o entenderem de caráter irreprensível;

6. “Projeto humanidade” onde toda criança e todos aqueles incapazes de prover sua existência tenham garantia dos meios de vida; onde todo indivíduo tenha, se assim desejar, a real perspectiva da instrução científica, até os graus mais elevados;

7. “Projeto humanidade” em que a busca da ciência e a aplicação tecnológica concernente sejam decididas dentro de princípios nobres objetivando a melhoria da qualidade de vida de toda a humanidade e não desenvolvidas com caráter mercenário;

8. “Projeto humanidade” onde esteja banido todo e qualquer tipo de autoridade política, religiosa, jurídica ou econômica;

9. “Projeto humanidade” em que inexistam nações, onde o patriotismo seja cultuado em favor de todas as raças e, por conseguinte, haja fraternidade, e não guerras, entre todos os homens;

10. “Projeto humanidade” em que a família seja um instituto resultante do amor, liberto de todo e qualquer aspecto legal, econômico e/ou religioso.

Bibliografia Citada

1. HUMAN Development Report 2001, *United Nations Development Programme*.
2. LEIS, Héctor Ricardo. *A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis/Florianópolis: Vozes/UFSC, 1999.
3. POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
4. REVISTA *Veja*, primeira edição, 2003.

TOQUE FINAL À PRIMEIRA EDIÇÃO

A proposta deste livro é procurar demonstrar que existe vida, em forma abundante e de conteúdo belíssimo, na externalidade da cultura do consumo estabelecida pelo sistema capitalista/Estado moderno.

O fato de tolerá-lo, conforme ficará sugerido abaixo, deve implicar tão-somente que o homem está ainda muito longe de uma solução de vida definitiva, pautada na negação da autoridade política e na solidariedade econômica, no sentido da existência libertária⁹⁶ de todo o homem, conforme preconizado pela doutrina anarquista.

A sugestão anarquista, com a qual concordamos, é de que, apesar dos vieses da alienação, o sistema capitalista/Estado moderno supera em qualidade o extinto sistema do socialismo real/Estado operário, porque a vertente totalitária desta última é ainda mais nefasta do que a limitada liberdade concedida pelo liberalismo, ao mesmo tempo em que a doutrina libertária não admite a igualdade entre os homens por “decreto revolucionário”; *os homens devem buscar suas diferenças*; o homem deve primar pelo seu individualismo, pois somente assim atingirá a liberdade libertária (vide nota de rodapé nº 12).

O anarco-cristianismo, ao qual demonstramos simpatia, se fundamenta na não-violência, o que pressupõe levar a consciência da solidariedade ao homem, visando negar a atual, baseada na competição e na acumulação, o que somente será possível com a possibilidade do *descondicionamento da memória sociogenética* do homem formada ao longo dos séculos (vide nota de rodapé nº 6).

Este caminhar é muito longo, e por hora, admito a seguinte matriz como paradigma de ação: onde, por desenvolvimento humano, atingido com a totalização do crescimento econômico (incremento dos agregados econômicos) + desenvolvimento econômico (crescimento econômico com

96. Hilton Japiassu e Danilo Marcondes, no *Dicionário Básico de Filosofia*, editado pela Jorge Zahar, no Rio de Janeiro, em 1990, assim define o termo libertário (p. 152): “Aquele que defende uma prática de liberdade absoluta e irrestrita do indivíduo, não aceitando nenhuma autoridade moral, política ou religiosa”.

desenvolvimento humano					ñ
+ ↑					d
desenvolvimento social	e ⁹⁷	a	o		p
+ ↑	d	l	d		e
desenvolvimento econômico	a	e	o		s
+ ↑	d	n	r		r
	r	a	t		i
	e	ç	n		f
	b	ã	v		v
	i	o ⁹⁸	e		o
	l		c		l
			s		i
			e		v
			d		a
					d
					a,

incremento da qualidade de vida) + desenvolvimento social [desenvolvimento econômico com interiorização, com cooptação do verdadeiro

97. Conceituar *liberdade* é transcender a própria capacidade racional do homem, no sentido de que reflete um sentimento puro e ao mesmo tempo de conteúdo infinito e extremamente complexo, especialmente do ponto de vista filosófico, como o amor. No entanto, reproduzo o entendimento sobre o termo expresso (p. 151/152) no *Dicionário Básico de Filosofia*, já antes citado: “Condição daquele que é livre. Capacidade de agir por si mesmo. Autodeterminação. Independência. Autonomia. 1. Em um sentido político, a liberdade civil ou individual é o exercício, por um indivíduo, de sua cidadania dentro dos limites da lei e respeitando os direitos dos outros. (...) . 2. Em um sentido ético, trata-se do direito de escolha pelo indivíduo de seu modo de agir, independentemente de qualquer determinação externa. (...) . 3. É discutível, do ponto de vista filosófico, se o homem teria realmente a liberdade em um sentido absoluto, dados os condicionamentos biológicos, psicológicos e sociais que o limitam. Kant considera que a liberdade é a ação em conformidade com a lei moral que nos outorgamos a nós mesmos. A liberdade implica assim a responsabilidade do indivíduo por seus próprios atos. (...) . 4. *Liberdade de pensamento*: em seu sentido estrito, é inalienável. (...) . Reivindicar a liberdade de pensar significa lutar pela *liberdade de exprimir meu pensamento*”. (grifo *Dicionário*).

98. O *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio e outros, já antes citado, traz (p. 20) a seguinte noção essencial sobre *alienação*: “O uso corrente do termo significa, freqüentemente de forma genérica, uma situação psicossociológica de perda da própria identidade individual ou coletiva, relacionada com uma situação negativa de dependência e de falta de autonomia. A Alienação, portanto, faz referência a uma dimensão subjetiva e juntamente a uma dimensão objetiva histórico-social. Neste sentido se fala: (...) de Alienação dos colonizados enquanto sofrem e interiorizam a cultura e os valores dos

conceito de cidadania (liberdade civil) por todos os indivíduos de todas as sociedades humanas vivas], deve-se entender o que Marx expressava por *sociedades iguais e libertárias*, como sendo aquelas “que reterão e desenvolverão ainda mais a eficácia geral das formas mais avançadas da sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que *suprimirão todas as formas sociais de alienação* (disponibilização da liberdade civil + liberdade ética + liberdade filosófica absoluta + liberdade de pensamento = liberdade libertária – vide notas de rodapé nos 89 e 90⁹⁹) e *restabelecerão, em alto nível material e cultural, a plena auto-realização de cada um e de todos os seres humanos*” (p. 55, do livro *Introdução ao Desenvolvimento Social: as perspectivas liberal e marxista e os problemas da sociedade não-repressiva*, de Hélio Jaguaribe, editado pela Paz e Terra, no Rio de Janeiro, em 1979) (grifos e acréscimo nossos).

O trabalho que se tem a fazer, portanto, está representado pelo rompimento do círculo vicioso da relação centro-periferia que a condição hegemônica dos países desenvolvidos determina aos que não detêm a fronteira tecnológica da produção de consumo de massa, limitando a evolução deste ao simples processo de crescimento econômico sobrecarregado de uma dose elevada de alienação, ao mesmo tempo em que aqueles outros caminham, sozinhos e a passos largos para a liberdade que condicionará as sociedades que atingirão a plenitude do desenvolvimento humano.

Surge como alternativa operacional, desponta como possibilidade, de no futuro, o planejamento das sociedades humanas, no sentido progressivo do crescimento econômico ? desenvolvimento econômico ? desenvolvimento social ? desenvolvimento humano, seja formulado a muitas e muitas mãos, em forma de rede multi e interdisciplinar, a qual, em absorvendo o conceito anarquista de solidariedade econômica, determinará o grande ponto de inflexão na história autoritária da humanidade.

Este objetivo é que deveria ser adotado como o novo paradigma para o século 21.

Vejam a reprodução de parte do diálogo entre Fritjof Capra, David Steindl-Rast e Thomas Matus sobre “federalismo mundial” (p. 177), ex-

colonizadores; (...); de Alienação das massas enquanto objeto de heterodireção e de manipulação através do uso da *mass media*, da publicidade, da organização mercificada do tempo livre; (...)” (grifo *Dicionário*).

99. Isto é, liberdade libertária seria a possibilidade de, num modo de vida onde inexistisse a autoridade política aliada à prática da solidariedade econômica, todo indivíduo experimentasse todos os vetores possíveis de qualificação do complexo conceito de liberdade.

traída do livro *Pertencendo ao Universo: explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade*, editado pela Cultrix/Amana, em São Paulo, em 1991:

“*Fritjof*: Deixe-me dizer a você de que maneira eu vejo isso. Tenho ouvido falar, com bastante frequência, sobre essa idéia de uma federação mundial ou de um governo mundial; *David*: Seja cuidadoso para não chamá-la de governo, pois isso faz com que surjam espectros de autoritarismo; *Fritjof*: Mas eu quero falar sobre governo mundial justamente para fazer com que esse espectro venha à tona. É importante ser claro com relação a isso. *O que você não quer é um governo centralizado*. Não queremos isso nem mesmo dentro das nações, pois a centralização é um dos principais obstáculos da atualidade. Portanto, queremos que os estados nacionais se submetam a dois tipos de desenvolvimento. Um deles consiste em descentralizar o poder e a atividade econômica, descentralizar o processo de tomada de decisões, tanto quanto possível, dentro do Estado. O outro consiste em se engajar internacionalmente num processo de cooperação muito mais substancial com outros estados. Se você acompanhar esses dois desenvolvimentos, obterá uma federação global na qual as decisões descentralizadas são coordenadas. O papel dessa federação seria o de coordenar, e não o de impor a sua vontade; *Thomas*: Penso que o que precisa ser criado é um fórum efetivo, encarregado de manter níveis de ligação, de trabalho de rede e de comunicação entre corporações governamentais e não-governamentais, bem como entre as regiões dentro de estados-nações maiores” (grifo nosso).

Embora não esteja explícito o desejo da superação da autoridade política (vide grifo acima), portanto, do instituto Estado, já é um bom caminho para o conceito da solidariedade econômica.

Está chegando o dia em que a surdez e a mudez da massa humana alienada falará por si só com um toque indelével na consciência das elites governantes regionais e mundial que têm permanecido insensível as suas condições indigentes.

Este tempo representará a possibilidade do aprimoramento da solidariedade humana, pré-requisito da solidariedade econômica, que, por sua vez, também evoluirá.

Só a partir de então é que a humanidade caminhará verdadeiramente para a liberdade libertária e para o desenvolvimento humano, enquanto exercício pleno da individualidade diferencial de e por todo ser humano e para estágios avançados de sociedade, o que possibilitará a supressão da alienação e de toda e qualquer autoridade entre os homens.

Portanto, estes *Toques Anarquistas*, conforme sugerido no *Toque Inicial*, rompe com a visão clássica anarquista, que advoga a negação da autoridade política, como condicionante para a solidariedade econômica,

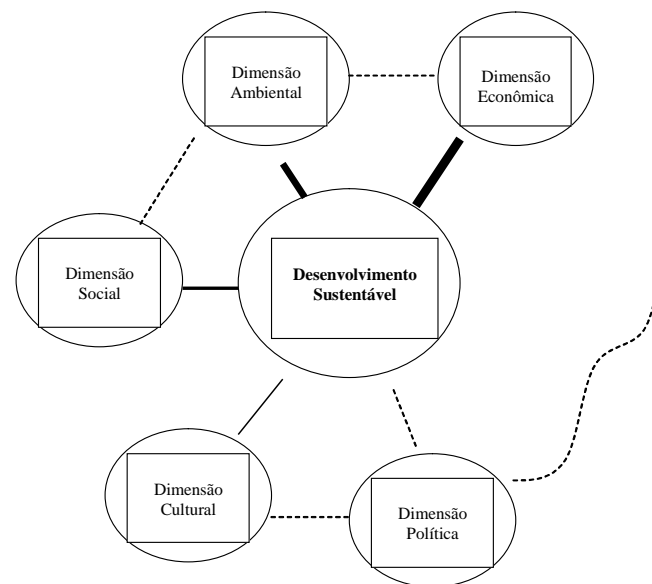
possível somente a partir de um processo insurrecional da massa trabalhadora e indigente.

Não obstante, creio na possibilidade de vida sem governo, creio no anarquismo necessariamente permeado pelo conceito cristão de vida, representando a perspectiva da solidariedade, desprezado o viés beato da religiosidade e negado o entendimento mítico do pecado original, vetores que realimentam os discursos hipócritas desta modernidade e dissimulam seus vieses negativos e insustentáveis para o ser humano e para a humanidade como um todo.

O Autor, no final do segundo semestre de 1996!

TOQUE FINAL À SEGUNDA EDIÇÃO

Na contra capa da minha brochura *Apontamentos de Engenharia Econômica: um enfoque a partir do anarquismo no contexto do desenvolvimento sustentável*, publicada em 2004, desenhei o símbolo abaixo para sinalizar o quanto o desenvolvimento sustentável representa de utopia para o século 21.



Assegurando que a Engenharia Econômica está contida no Desenvolvimento Sustentável, mas não no Anarquismo, sinalizava a utopia. A linha cheia e mais grossa parte da dimensão econômica, chegando a dimensão cultural mais tênue, passando pelas dimensões intermediárias relativas ao contexto ambiental – mais forte – e social – menos forte. Esta configuração parcial ilustra o atual mantra do desenvolvimento que se quer viável economicamente, ambientalmente correto e socialmente

justo. A partir disto, resta caracterizado a descontinuidade da dimensão política com o desenvolvimento sustentável na medida em que o atual instituto Estado alberga a lógica da concorrência como pré-requisito do progresso, o qual é adotado como insustentável para a construção de uma nova socioética.

Assim, sustentava que é preciso que todo indivíduo conscientize-se de que tanto a democracia burguesa quanto a ditadura do proletariado são estágios intermediários da evolução da humanidade, e que como formas imperfeitas utiliza-se de mecanismos coercitivos e compulsórios, via instituto Estado/autoridade política, para o estabelecimento das respectivas ordens sociais.

Como argumento na reflexão final daquela brochura, essa lógica pura e simples talvez ganhe forma alternativa quando a humanidade observar as possibilidades da “solidariedade econômica”, superando a “ideologia do lucro” e “a faceta mercenária da tecnologia”. Uma grande esperança é o aprofundamento de formas coletivas cooperativadas – associações e cooperativas, enquanto ferramenta de autogestão dos empreendimentos produtivos, em paralelo à revisão dos conteúdos programáticos dos cursos de economia, estruturados nos princípios da oferta e da demanda, além da própria Engenharia Econômica aplicada.

Neste tempo futuro, talvez o anarquismo possa ser realizado pelo homem, aplicando sua política maior: “de cada um, de acordo com suas potencialidades; a cada um, de acordo com suas necessidades”. Esta aplicação representando a utopia de sempre dos seres humanos.

O conceito de desenvolvimento sustentável ainda está em construção. Ao mesmo tempo, sugere a mais recente utopia para a Humanidade, como sugiro acima. Estas considerações residem nos fatos de que, a partir da percepção inicial da década de 1970 do século, quando se declamou, a partir dos impactos da economia à dimensão ambiental, que o desenvolvimento econômico deveria disponibilizar recursos pertinentes ao meio ambiente para a sobrevivência de gerações futuras. Assim, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, agregando valor à simples lógica do desenvolvimento econômico. Estabeleceu valor com a sinergia de três dimensões: a do meio ambiente, a da justiça social e exatamente a da economia.

Ou seja, os negócios serão sustentáveis se responderem pela correção ecológica, pela justiça social, mas, sobretudo, pela viabilidade econômica. Portanto, se não estiver assegurada a reprodução do capital. Então, o que é sustentável realmente? O capital ou o homem?

A este respeito, reproduzo, mais uma vez, a reflexão “Sociedade e Mercado”, onde adoto, definitivamente, que a tese do desenvolvimento

sustentável é a nova utopia da humanidade, não porque prevalece a dinâmica capitalista, mas até porque somente a dimensão política poderá romper com a organização social estruturada pela democracia, na qual predominam a competição e a conseqüente acumulação individual de lucros.

Por isso, e não há outra intenção, é que reintroduzo o ensaio “Pequena Comparação das Grandes Linhas do Desenvolvimento do Estado Burguês em Rousseau e do Estado Operário em Lenin: reflexões frente à alternativa anarquista”, para sinalizar que, possivelmente, somente com a superação do Estado é que a Humanidade poderá praticar a “economia econômica”, apagar a “ideologia do lucro” e destruir a “a faceta mercenária da tecnologia”.

TOQUES BIBLIOGRÁFICOS

Reproduzo de *Os Grandes Escritos Anarquistas*, Introdução e Seleção de George Woodcock, L & PM Editores, São Paulo, 1990, sínteses bibliográficas (p. 345 a 357) dos mais importantes representantes das quatro principais vertentes anarquistas:

1. VERTENTE COLETIVISMO (El colectivismo fue la rama dominante del movimiento anarquista bajo la influencia de Bakunin. Los colectivistas aspiraban a un futuro en el que el trabajo organizado hubiera expropiado al capital y en el que cada grupo de trabajadores controlara sus propios medios de producción. La distribución de las ganancias sería una cuestión a decidir colectivamente, siempre en el supuesto de que las recompensas habrían de ser proporcionales al trabajo realizado. Los colectivistas se oponían a lo que ellos consideraban el Comunismo autoritario de Marx y sus seguidores – reducida de Enciclopedia del Pensamiento Político, obra já citada, p. 27/28):

⇒ Michael Alexandrovich BAKUNIN (1814-1876) – Bakunin, o mais brilhante entre todos os anarquistas, pertencia a uma rica família de proprietários de terra na Rússia. Alguns membros da família de sua mãe tinham participado do levante decembrista de 1825, mas de início a rebelião de Bakunin teve caráter filosófico, quando descobriu Hegel e Fichte. Foi Herzen que iniciou a sua conversão ao radicalismo político e mais tarde, em 1843, quando completava seus estudos filosóficos da Europa, ele se tornou um revolucionário graças à influência de Wilhelm Weitling e

Proudhon. Durante os anos de 1848-1849, tomou parte ativa nas rebeliões que ocorreram em Paris, Praga e Dresden; capturado após o fracasso da rebelião de Dresden, esteve preso em prisões da Saxônia e da Áustria, tendo sido entregue posteriormente à polícia do Czar. Depois de um longo período de internamento na fortaleza de Pedro-e-Paulo, onde o escorbuto provocou a perda de seus dentes, foi enviado para a Sibéria, conseguindo mais tarde fugir para o Japão e de lá, para os Estados Unidos e Europa. Participou de uma fracassada revolta na Polônia e, tendo abandonado definitivamente suas idéias pan-eslávicas, desenvolveu uma série de teorias anarquistas e fundou uma organização política secreta, a Aliança da Social Democracia. Em 1868 juntou-se à Internacional e liderou a corrente que se opunha a Marx; foi oficialmente expulso da Internacional em 1872, mas muitos membros oriundos da Itália, Espanha, Bélgica, França e Suíça saíram com ele, fundando uma organização independente, a chamada Internacional de St. Imier. Na década que se iniciou em 1870, Bakunin tomou parte nas revoltas de Lyon e Bolonha, acabando por morrer em Berna, onde foi sepultado. Sua obra escrita é vigorosa mas muito mal organizada; o próprio Bakunin confessou a Herzen que não tinha qualquer noção de arquitetura literária, e só muito raramente conseguia concluir qualquer trabalho mais longo do que um artigo. Era um ativista e talvez a sua mais importante contribuição à causa tenha sido como fundador do movimento anarquista histórico, que acabaria com a destruição das organizações anarco-sindicalistas espanholas ocorrida em 1939.

Segundo, ainda, o Dicionário do Pensamento Marxista, Bakunin “foi o fundador do *anarquismo* como movimento revolucionário internacional e o principal adversário de Marx na primeira das Internacionais”.

2. VERTENTE COMUNISMO (“*La siguiente generación de anarquistas, en particular Malatesta y Kropotkin, desafió la presunción de que el comunismo sólo podía imponerse a través de un estado autoritario. Sostenían que la solidaridad humana conduce a la eliminación de todas las diferencias de propiedad. En una sociedad anarquista cada persona utilizaría los recursos comunes según sus necesidades. La oferta de trabajo productivo se organizaría en asociaciones voluntarias de trabajadores, mientras que la demanda lo haría en comunas locales cuyas tareas deberían corresponder a las necesidades de las personas que viven en su área. Las comunas se asociarían para coordinar proyectos tales como la construcción de carreteras y ferrocarriles que atravesaran sus fronteras – idem acima, p. 28*”):

⇒ Errico MALATESTA (1853-1932) – Filho de uma família abastada do sul da Itália, o estudante de medicina Malatesta ingressou na Primeira Internacional e sofreu a influência pessoal de Bakunin. Abandonou a profissão para dedicar os últimos 60 anos de sua vida à agitação anarquista, tanto em sua terra natal, quanto em países tão distantes e diferentes entre si quanto a Turquia e a Argentina. Participou de insurreições na Bélgica, Espanha e Itália. Totalmente absorvido pela ação ativista e tendo que ganhar a vida como eletricitista, não chegou a escrever nenhuma obra importante, mas seus artigos e panfletos – *Anarquia* é o mais conhecido entre os leitores de língua inglesa – estão entre o que de melhor existe na literatura anarquista. Passou os últimos anos de sua vida na Itália e, durante o regime fascista, foi mantido sob prisão domiciliar. Tal era o medo que inspirava às autoridades da época que, ao morrer, seu corpo foi jogado numa vala comum para impedir que seu túmulo se transformasse num símbolo e no ponto de partida para as agitações dos dissidentes.

⇒ Peter Alexeyevich KROPOTKIN (1842-1921) – Nascido em Moscou e pertencendo a uma família nobre e tradicional, os Príncipes de Smolensk, descendentes de Rurik, o Grande Príncipe de Kiev na Idade Média, Kropotkin ainda menino atraiu a atenção do Czar Nicolau I e passou a integrar o seletivo Corpo de Pagens. Já oficial, servindo na Sibéria, seus interesses científicos levaram-no a realizar explorações de grande importância para a geografia da região. Suas experiências na Sibéria aguçaram uma tendência já existente para a rebelião. Desligou-se do exército, tornou-se geógrafo e mais tarde abandonaria a ciência para tornar-se um anarquista. Ingressou na Internacional em 1872 na Suíça e voltou à Rússia para realizar um trabalho clandestino. Aprisionado, conseguiu fugir espetacularmente para a Europa Ocidental, onde fundou e editou um jornal, *Le Révolté*, até ser novamente preso na França em 1882. Em 1885 seria libertado, depois de um amplo movimento de protesto apoiado por escritores, cientistas e acadêmicos. Passou os próximos 30 anos na Inglaterra, onde escreveu suas obras mais importantes: *A Conquista do Pão, Ajuda Mútua, Memórias de um Revolucionário e Campos, Fábricas e Oficinas*. Voltou à Rússia durante a Revolução de 1917, mas desiludido com a ditadura dos bolcheviques e sem qualquer influência sobre os acontecimentos, passou seus últimos anos dedicado a escrever mais um livro, *Ética*, que deixou inacabado ao morrer. Escreveu também muitos panfletos, e, embora tivesse abandonado a pesquisa científica, seu espírito transparece em todos os seus trabalhos.

3. VERTENTE INDIVIDUALISMO (*Los individualistas toman la soberanía individual como punto de partida. Cada persona tiene*

una esfera inviolable de acción en la que nadie más debe inmiscuirse y las relaciones sociales se constituyen originalmente a través del intercambio y del contrato. El nihilista alemán Max Stirner es frecuentemente considerado como el fundador de esta escuela, que creía que el individuo debe actuar exactamente como le plazca, sin tener en cuenta las normas morales, a Dios o al Estado – idem acima, p. 27)

⇒ Max STIRNER (1806-1856) – Kaspar Schmidt foi um professor alemão e exercia sua profissão numa academia para moças em Berlim. Escreveu um único livro *The Ego and His Own*. Esse anarquista que era, ao mesmo tempo, um individualista extremado, tinha profundas ligações com os Jovens Hegelianos radicais que se reuniam em torno de Arnold Ruge e Bruno Bauer. Schmidt adotou o pseudônimo Max Stirner como seu non-de-plume. Vítima de um casamento infeliz, ele se tornaria um tradutor de aluguel nos seus últimos anos de vida, e seu livro, que iria influenciar Nietzsche, foi o único trabalho importante que deixou.

4. VERTENTE MUTUALISMO (*El mutualismo puede ser considerado como un punto intermedio entre las versiones individualista y colectivista del anarquismo. Proudhon y sus sucesores adoptaron este término para su sistema económico, que según el propio Proudhon reconciliaba la propiedad e el comunismo. Su principio era que cada persona debía poseer sus medios de producción (los útiles, la tierra, etc.) bien colectiva bien individualmente, siendo recompensada sólo por su trabajo, eliminando así el beneficio y la renta y asegurando un alto grado de igualdad. El intercambio se realiza mediante una forma ética de negociación en la cual cada parte demanda sólo el equivalente de lo que está ofreciendo. Formaba parte de su esquema el establecimiento de un banco de crédito mutuo que, cubriendo sólo sus costes de administración, concedería préstamos a los productores a un tipo mínimo de interés – idem acima, p. 27)*

⇒ Pierre-Joseph PROUDHON (1809-1865) – Proudhon era filho de camponeses da região de Franche-Comté. Seu pai era um tanoeiro e proprietário de uma taberna. Proudhon iniciou a vida como tipógrafo e mais tarde trabalhou como representante de uma firma transportadora com sede em Lyon. Foi aí que manteve seus primeiros contatos com os socialistas e começou a desenvolver teorias próprias sobre um sistema sem governo, baseado numa organização econômica cooperativista e na liberação do crédito da agiotagem que o controlava. Em 1840 publicou *Qu'est-ce-que la Propriété?*, onde se declarou pela primeira vez anarquista. O livro foi elogiado por Marx que se transformaria mais tarde no grande crítico das idéias de Proudhon. Durante a revolução de 1848-

9, Proudhon tornou-se deputado independente da Assembléia Nacional e fundou um Banco do Povo para demonstrar na prática as suas teorias sobre crédito livre e editou uma série de diários altamente críticos, começando com *Le Representant du Peuple*, que lhe valeu uma longa temporada na prisão sob o reinado de Napoleão III. Posteriormente um outro livro, *De la Justice*, levou a que fosse julgado e exilado na Bélgica. De volta a Paris, suas críticas corajosas fizeram dele um líder respeitado entre os operários, e um grupo de discípulos seus, os Mutualistas, teve participação ativa na criação de Primeira Internacional. Seu livro póstumo, *De la Capacité Politique des Classes Ouvrières*, forneceu a base teórica para o anarco-sindicalismo. Bakunin chamava-o de “Mestre de todos nós!”.

Segundo, ainda, o Dicionário do Pensamento Marxista, Proudhon “foi a primeira pessoa a usar a palavra *anarquia* em sentido não pejorativo, para referir-se ao seu ideal de uma sociedade ordenada sem governo”.

5. Adicionalmente, enquanto representante do anarco-cristianismo, que não deve ser considerado como uma corrente anarquista propriamente dita:

⇒ León TOLSTOI (1828-1910) – Tolstói já era um grande romancista (autor de *Ana Karenina* e *Guerra e Paz*) e um rico proprietário rural (com uma passagem pela vida militar como oficial do exército russo), quando, aos 50 anos, abandonou seu passado para tornar-se um pacifista cristão, procurando viver exatamente como viviam os camponeses russos. Jamais se intitulou anarquista, desejando evitar a conotação de violência que vislumbrava nessa designação, mas tinha opiniões sobre o governo e a autoridade que eram tipicamente anarquistas e foi profundamente influenciado pelas idéias de Proudhon. Em 1910, aos 81 anos, ele decidiu finalmente romper todos os laços que o ligavam ao passado e abandonou o lar, morrendo logo em seguida na Estação da Estrada de Ferro de Astapova.

Observo que, à exceção de Proudhon e Stirner, todos foram muito bem-nascidos e optaram, à medida que se configurou a consciência anarquista, pelo desprezo ao conforto vazio que proporciona a vida baseada na autoridade e sobre o manto da propriedade.

Preencheram suas vidas de forma ativa e crítica, questionando persistentemente a autoridade instituída, o que lhes valeram anos e mais anos de reclusão, ao passo em que se desfizeram de suas riquezas materiais.

Do malogro do movimento anarquista, iniciado durante o século 19 e desestruturado com o fim das organizações anarco-sindicalistas espanholas ocorrida em 1939, conforme consta da síntese bibliográfica de Bakunin,

restam as obras desses pensadores, as quais teimam em apontar uma solução de vida baseada nas solidariedades humana e econômica.

Como última observação, registro que, dos seis mais importantes pensadores e ativistas anarquistas, três foram russos, daí entender que a perspectiva socialista permeia positivamente aquele povo, conforme demonstrei no artigo intitulado *A Sabedoria do Povo Russo*, o qual deverá permanecer na vanguarda pertinente.